

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**PORTUGAL NO ATLÂNTICO**  
**A POSSE DAS CANÁRIAS NOS SÉCULOS XIV E XV**  
**UMA QUESTÃO MILITAR**

José Manuel Marques Baleira

Tese orientada pelo Professor Doutor José Manuel Henriques Varandas  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História Militar.

2016



*Para a minha irmã Manuela,  
que o destino fez partir fora de tempo  
e para os meus avós António e Maria Luísa  
que onde estiverem, estarão por certo a olhar por mim.*



## ÍNDICE

Resumo	9
Abstract	10
Palavras-chave / Keywords	11
Agradecimentos	12
Introdução	15
Estado da Arte	27
I. A PENÍNSULA IBÉRICA NOS SÉCULOS XIV E XV	49
1. O contexto político-militar	49
2. Portugal e Castela: a visão dos reis, vínculos e conjugações	60
II. UMA DIMENSÃO EUROPEIA	69
1. A Santa Sé e a mediação do conflito	69
2. A Europa atlântica: perspectivas e realidades	76
III. A QUESTÃO DAS CANÁRIAS	80
1. A Península Ibérica e o Atlântico: uma nova definição estratégica	80
2. Os meios navais de Portugal e Castela	89
3. As expedições navais	111
4. A luta pelas ilhas Canárias	123
5. Precedências, consequências e probabilidades	138
Considerações Finais	146
Bibliografia	154
Anexo	164



## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - Ilhas Canárias. <a href="https://es.wikipedia.org/wiki/Guanche">https://es.wikipedia.org/wiki/Guanche</a>	21
Fig. 2 - Galé portuguesa, séculos XIV e XV	24
Fig. 3 - Giovanni Boccaccio possível autor do relato da segunda expedição portuguesa às Ilhas Canárias em 1341 <a href="https://it.wikipedia.org/wiki/Giovanni_Boccaccio">https://it.wikipedia.org/wiki/Giovanni_Boccaccio</a>	32
Fig. 4 – Península Ibérica após a Reconquista. <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Coroa_de_Castela#/media/File:Corona_de_Castilla_1400_pt.svg">https://pt.wikipedia.org/wiki/Coroa_de_Castela#/media/File:Corona_de_Castilla_1400_pt.svg</a>	51
Fig. 5 - Papa Bento XII. Papa de Avinhão entre 1334-1342. <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Conclave_de_1334">https://pt.wikipedia.org/wiki/Conclave_de_1334</a>	52
Fig. 6 - D. Afonso IV rei de Portugal <a href="http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/afonso4.html">http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/afonso4.html</a>	62
Fig. 7 - Afonso XI rei de Castela <a href="https://vramon1958.wordpress.com/2014/05/30/madrid-bien-merece-una-frase/">https://vramon1958.wordpress.com/2014/05/30/madrid-bien-merece-una-frase/</a>	63
Fig. 8 - D. João Manuel, nobre castelhano e opositor de D. Afonso XI. <a href="http://rutacondelucanor.es/el-conde-lucanor/">http://rutacondelucanor.es/el-conde-lucanor/</a>	64
Fig. 9 - Papa Clemente VI. <a href="https://es.wikipedia.org/wiki/Clemente_VI">https://es.wikipedia.org/wiki/Clemente_VI</a>	77
Fig. 10 - Litoral Norte africano (segundo António Dias Farinha, <i>Portugal e Marrocos no séc. XV</i> , vol. I p. 285), in João Cosme, <i>A guarnição de Safim em 1511</i>	83
Fig. 11 - Lisboa nos séculos XIV e XV. <a href="https://commons.wikimedia.org/wiki/File: Braun_Lisboa_HAAB.jpg">https://commons.wikimedia.org/wiki/File: Braun_Lisboa_HAAB.jpg</a>	119
Fig. 12 - Regime de ventos atlânticos, segundo Jaime Cortesão, in <i>Os descobrimentos Portugueses</i> , Vol. I, Cap. V, p.115.	120
Fig. 13 - Itinerário da viagem de 1336.	129
Fig. 14 – Carta de la expansión portuguesa por los mares de Canarias, (segundo Elías Serra y Ráfols, in <i>Los portugueses en Canarias</i> , p.83) <a href="http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/MDC/id/1460">http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/MDC/id/1460</a>	131
Fig. 15 – Descrição das Ilhas Canárias (1686). (Pedro Agustín del Castillo y Ruiz de Vergara (1669-1741). <a href="http://mdc.ulpgc.es/cdm/singleitem/collection/mdci/id/1323/rec/6">http://mdc.ulpgc.es/cdm/singleitem/collection/mdci/id/1323/rec/6</a>	134
Fig. 16 - D. Pedro I de Portugal. Estátua jacente no túmulo do Rei D. Pedro I de Portugal. <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_de_Portugal">https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_de_Portugal</a>	139
Fig. 17 - D. Maria de Portugal, rainha consorte de Castela. <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_de_Portugal,_Rainha_de_Castela">https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_de_Portugal,_Rainha_de_Castela</a>	143

Fig. 18 - Arquipélago das Canárias.

[http://www.gobiernodecanarias.org/cmayer/interreg/indice/observatorio\\_macaronesia/pt/macaronesia/ca/canarias.html](http://www.gobiernodecanarias.org/cmayer/interreg/indice/observatorio_macaronesia/pt/macaronesia/ca/canarias.html)

153



## RESUMO

Esta dissertação de Mestrado em História Militar Medieval, com o título *Portugal no Atlântico. A posse das Canárias nos séculos XIV-XV. Uma questão militar*, tem o propósito de observar a entrada de Portugal na aventura Atlântica, após um processo de consolidação das suas fronteiras com Castela, inserido numa Europa a precisar de uma melhor estabilização político-militar, e num contexto ibérico em confronto com o Islão, no reino de Granada. Neste quadro relacional tem lugar o conflito luso-castelhano (1336-1339), que propomos aqui estudar como um dos meios propulsores para a expansão portuguesa. Neste contexto procuramos observar a «questão das Canárias» nos seus variados aspectos, integrando-a na complexidade da política governativa do rei Afonso IV e nas turbulentas relações com Castela, até ao momento final, quando aquele arquipélago é entregue, em feudo perpétuo, a um nobre castelhano.

Alargava-se a *Christianitas* sobre aquelas terras gentias. Este acto, que é reconhecido pelo papa Clemente VI, a Luís de la Cerda, dá o direito de Principado, sobre a futura colonização e evangelização daquelas ilhas, enuncia os primeiros problemas que levarão à «questão das Canárias». Uma carta de Afonso IV de Portugal, datada de 1345, dedica-se a reclamar a posse das ditas ilhas, por ter sido o primeiro a enviar uma expedição naval àqueles territórios anterior à eclosão da guerra entre Portugal e Castela (1336-39) e a batalha do Salado de 1340, contra os muçulmanos.

A partir daqui o problema multiplica-se em dimensões políticas, diplomáticas e militares, tendo em vista a resolução sobre o direito de posse para Portugal, ou para Castela. É Castela que vence esta disputa. Todavia a colonização e presença de castelhanos nas Canárias só se viria a dar já no século XV, em 1402. Até lá foram missões portuguesas a marcar a presença naquele arquipélago.

## ABSTRACT

This Master's thesis on Medieval Military History, entitled 'Portugal in the Atlantic. The ownership of the Canary Islands in the XIV-XV centuries. A Military issue', has the purpose of observing Portugal's entry into the Atlantic adventure, after a process of consolidation of its borders with Castile, inserted in a Europe in need of a better political-military stabilization, and in an Iberian context in confrontation with Islam, in the kingdom of Grenade.

In this relational framework, there is the Portuguese-Castilian conflict (1336-1339), which we propose here to study as one of the driving forces for Portuguese expansion. In this context, we seek to observe the 'Canary Islands issue' in its various aspects, integrating it into the complexity of King Alfonso IV's governing policy and the turbulent relations with Castile, until the final moment, when that archipelago is delivered, in perpetual fief, to a noble Castilian. *Christianitas* was stretched out over those Gentile lands. This act, which is recognized by Pope Clement VI, Luís de la Cerda, gives the right of *Principado*, on the future colonization and evangelization of those islands, states the first problems that will lead to the 'Canary Islands issue'. A letter from Afonso IV of Portugal, dated 1345, was devoted to claiming possession of those islands, for being the first Iberian king to send a naval expedition to those territories prior to the outbreak of the war between Portugal and Castile (1336-39) and the Salado battle of 1340, against the Muslims.

From here the problem multiplies in political, diplomatic and military dimensions, in view of the resolution on the right of possession for Portugal, or for Castile. It is Castile that wins this dispute. However, the colonization and presence of Castilians in the Canary Islands was only to take place in the fifteenth century, in 1402. Until then Portuguese missions mark the presence in that archipelago.

## **PALAVRAS-CHAVE / KEYWORDS**

História Militar – Idade Média – Oceano Atlântico – Ilhas Canárias – Século XIV.

Military History – Middle Ages – Atlantic Ocean – Canary Islands – XIV<sup>th</sup> century.

## **AGRADECIMENTOS**

Na estrutura de uma dissertação, prevê-se um pequeno espaço dedicado a dar graças a todos os que estiveram ao nosso lado nesta caminhada. Procura-se que seja um texto breve e sucinto, onde, transversalmente, se deixam os nossos agradecimentos.

Todavia o espaço é exíguo, e as palavras são muitas, e o lapso de esquecer alguém é um risco incomensurável, pelo que será necessário delinear desde o início todo o percurso e as pessoas envolvidas na sua prossecução.

Faz todo o sentido evocar em primeiro lugar, que a escrita de uma dissertação é inevitavelmente um verdadeiro acto solitário, distribuído em noites e dias entre fontes e bibliografia. Logo, as primeiras palavras vão para aquelas pessoas que se viram privadas da minha presença, acompanhamento e atenção: a minha família. Em particular a minha filha Sofia a quem muitas histórias ficaram por contar, e a minha mulher, Paula, a quem pela paciência, compreensão e cumplicidade nestes momentos de ausência, muito devo pelo trabalho alcançado. De seguida, aqueles que se viram privados da presença assídua do seu filho, os meus pais, que me ensinaram os verdadeiros caminhos da humildade e da honra, como elementos fulcrais para enfrentar as vicissitudes da nossa existência, como ferramentas essenciais para singrar na vida. E a eles, à Albertina e ao José, obrigado por acreditarem sempre em mim, e que seria possível. À minha avó, Demecília, o obrigado pelo carinho, pelo amor e pela calma que me deu para continuar, quando tudo parecia entorpecer no caminho. Por fim, nesta família pequena, um obrigado às minhas tias, Cibél e Lurdes, por estarem sempre presentes com o apoio necessário.

No âmbito profissional, na «minha Marinha», as primeiras palavras vão para o Senhor Capitão-de-mar-e-guerra, José Manuel Lopes Pires, que em 2011, à altura Director do Centro de Educação Física da Armada, a quem devo a disponibilidade para dar início aos meus estudos superiores, congregando sinergias para que este projecto viesse a ser uma realidade, assim como ao Senhor Capitão-de-mar-e-guerra San-Payo de Araújo, e ao Capitão-de-fragata Ferreira Tavares pela força dada na jornada, não esquecendo o Senhor Sargento-chefe José Manuel Monteiro de Oliveira, um Fuzileiro Especial, cuja presença, ajuda, confiança e cumplicidade diária, característica de um Amigo, facilitou muitas vezes as minhas necessárias ausências. Também ao Telmo Valentim, ao Leocádio e ao Luís Lima, uns subordinados à altura das exigências. No meu actual serviço, o Sub-registo do Ministério da Defesa Nacional, o meu obrigado pela colaboração prestada na pessoa do Senhor Coronel António Tomé Romero, e restantes

camaradas, José Vaz Afonso, Luís Moutinho e José Martins, os escolhos foram ultrapassados e a missão cumprida com êxito. Uma palavra de consideração ainda ao apoio que encontrei na Biblioteca do Ministério da Defesa Nacional, nas pessoas da Dr.<sup>a</sup> Isabel Coutinho e da D. Maria Carminda Morgado, e pela simpática colaboração mesmo quando eu deixava passar a data para a entrega dos livros.

No círculo académico, não posso, nem devo esquecer, alguém a quem necessito dirigir uma palavra de amizade e afeição desde o começo deste percurso, e com quem desenvolvi uma enorme cumplicidade e amizade, a Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Francisco, uma historiadora de enorme talento e maior perspicácia, com quem tive a felicidade de partilhar ideias e momentos inesquecíveis, próprias de estudantes que iniciaram a sua caminhada académica um pouco mais tarde do que o estudante comum. A ela devo o facto de as minhas ausências não se terem tornado lacunas de informação.

Neste trajecto pelo ensino superior, gostaria de prestar igualmente o meu reconhecimento à Professora Doutora Maria de Fátima Reis, uma docente que desde o primeiro ano da Licenciatura e continuando no Mestrado, pela sua eloquência e observação pelo estudo da História marcou, indelevelmente, o meu percurso, e cujas ferramentas facultadas me permitiram encontrar o rasto essencial para desenvolver o conhecimento e a observação pelos diversos caminhos da História.

Por último, mas no princípio, a quem tudo se deve, neste episódio, como principal mentor: o Senhor Professor Doutor José Manuel Henriques Varandas, por ter aceitado a tutoria desta dissertação, assim como pelo interesse que manifestou pelo nosso trabalho; pela constante disponibilidade demonstrada, sempre com uma palavra amiga e tranquilizadora da nossa ansiedade. E, quando o desespero se instalava, ia depositando uma enorme expectativa pelo caminho que a escrita levava, mesmo que a desmedida necessidade com que se debatia em leituras dos nossos textos, em escrita barroca, desadequada da objectividade da mensagem, que a sua assertividade, entre sugestões, ia harmonizando num discurso facilitador no caminho do entendimento. Se a gratidão é para o Homem o sentimento que mais enobrece, é de toda a justiça evocar esse sentimento para com o Professor José Varandas, pela relevância, assim como pela exemplar proficiência, que me fez suscitar o gosto pela História Militar. E, dessa vontade, partir para a elaboração desta dissertação, assente na sua iniciativa que levou à criação deste mestrado interuniversitário.

Terminando, o resultado está à vista. Se for profícuo em incongruências e/ou incorrecções, estas devem-se às dificuldades intelectuais do discípulo, porque as referências em intelecto e dentro do panorama historiográfico, prestam-se à douda e assertiva proficiência do Mestre, por isto e muito mais, Senhor Professor Varandas, muito obrigado.



## INTRODUÇÃO

Para a historiografia, Portugal tem o seu foco inicial como esboço de nacionalidade, com a nomeação de D. Henrique, um filho terceiro do Duque de Borgonha, para a administração de umas terras a sul do Minho, ganhas como condado, após casamento com D. Teresa, filha bastarda do rei Afonso VI de Leão e Castela, e em reconhecimento, à forma como se havia distinguido em aliança com o rei, na luta contra o poder muçulmano, estamos em 1096, e nascia assim o Condado Portucalense.

A História de Portugal, ganha com a chegada de D. Henrique, do século XI e até ao século XIII é uma História assente sobretudo em características guerreiras, fazendo dos primeiros momentos do reino, um verdadeiro, exemplo de estudo, para o ramo da História Militar, os primeiros dois séculos de uma dinâmica que lança um novo reino que só parou (ou melhor abrandou) os seus conflitos contra o Islão, quando chegou ao Algarve em 1249. Haviām passado 153 anos desde a chegada de D. Henrique, e 121 anos desde que Afonso Henriques, seu filho, proporcionou a «primeira tarde portuguesa»<sup>1</sup>, numa afirmação da sua liderança, ao sair vencedor na batalha de S. Mamede, no dia 24 de junho de 1128, afirmando ali assim a sua posição de autonomia perante a coroa de Leão. Se nestes dois séculos, o estado de peleja no território que viria a ser Portugal, foi uma realidade constante e, por conseguinte, um bom foco de investigação para quem o estudo da história dos conflitos armados faz parte do processo de conhecimento.

Se nasceu um reino, se se formou uma nação, e dessa se criou um império, sobejamente marítimo, foi na base da acção militar que serviu como alicerce para sustentar a sua identidade. A Portugal, serve o propósito desta realidade, pois foi com a força da espada, numa mão, e a cruz levantada no ar pela outra, que se fez o caminho e se desligou de Leão e depois se afirmou contra Castela, com um poder estratégico e uma capacidade tática, que manteve até à geração filipina, firma-se uma verdadeira autonomia de um pequeno e improvável território, que se apresenta agora frente-a-frente, como Golias e David, perante a dimensão muito superior do território do seu «vizinho» de leste, e da imensidão do desconhecido por oeste, mas haveria de prevalecer.

---

<sup>1</sup> «A Primeira tarde portuguesa». Título de um painel representando a Batalha de S. Mamede, da autoria de Acácio LINO, patente numa sala na Assembleia da República.

Portugal entra, após a afirmação da sua autonomia, como um reino independente, logo no século XIII, quando D. Dinis ratifica, com o Tratado de Alcanizes, em 1297, os limites alcançados por seu pai, D. Afonso III, ao chegar ao Algarve em 1249. Foi na exploração dos seus limites na faixa litoral, que se fez crescer um reino, que se voltará para o mar. Um pequeno passo para um reino, mas um enorme passo para a humanidade.<sup>2</sup> Portugal abria a porta ao conhecimento naval, às influências dos processos de navegação mediterrânicos, que tanto irão influenciar as opções marítimas de D. Afonso IV.

Chegados ao século XIV, ao reinado do sétimo rei de Portugal, D. Afonso IV, que em 1325, ascende ao trono, e que anos depois se lança pelo Atlântico, dando cumprimento à vontade régia de seu pai, o rei D. Dinis, sobre quem recairá para a historiografia, a iniciativa de criar uma Marinha e de observar que era no mar que viria a decidir-se o futuro. Afonso IV vislumbra no Oceano, ao largo do continente africano, umas Ilhas Afortunadas, que a tradição apontava por aquelas paragens. Parece que o destino se decide e aponta para as Ilhas Canárias.

Não se tratando qualquer das expedições às Canárias patrocinadas por D. Afonso IV, um exemplo claro de História Militar, isto atendendo à definição para tal, apontada por John Keegan<sup>3</sup>, uma vez que não existiu uma verdadeira batalha que colocasse Portugal contra Castela, ou os portugueses frente aos nativos das ditas ilhas, pela posse territorial ou do seu mar circundante mas, que ainda assim, fez surgir algo que julgamos poder ser a continuidade de um plano naval estratégico, que se observa através da aplicação de doutrinas estratégicas, que ao se afastarem da teorização da guerra e do combate propriamente dito, se aproximam de um campo mais vasto da história das ideias e nos enquadramentos da ciência política<sup>4</sup>.

Mas, sendo certo, que o nível de pensamento estratégico, não vigorava na Idade Média como na contemporaneidade atual, e a ciência política ainda não se encontrava tão bem esboçada, pensamos ser oportuno, como refere Marc Bloch, citado por Jacques le Goff, ao defender que a História não só deve permitir «compreender o presente através passado, mas também compreender o passado através do presente».<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Adaptado da expressão de Neil ARMSTRONG, quando a 20 de Julho de 1969 pisou solo lunar, transformando o momento que estava a viver num marco na história do século XX, tal como Portugal o fez a partir da segunda metade do século XIV.

<sup>3</sup> Para um melhor enquadramento sobre a questão ver, KEEGAN, J., *O rosto da Batalha*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, pp. 20-21.

<sup>4</sup> *Idem*, p.21

<sup>5</sup> GOFF, J., «História e Memória», 1º Vol., Lisboa, Edições 70, agosto de 2000, p. 25.



Todavia, se estes princípios conjecturais se aplicam a uma observação mais contemporânea, saída da teorização de Clausewitz, o estudo da capacidade estratégica na Idade Média, numa Península Ibérica, a sair para novos projectos e novas perspectivas de afirmação, adquire sob o nosso prisma um pensamento estratégico assertivo, e que julgamos faltar ainda fazer, seguindo a muito despretensiosa tese de Francisco García Fitz<sup>6</sup>, onde não se traça a generalidade de uma observação ibérica, para toda uma Idade Média, mas apenas até ao século XIII.

Nestes pressupostos, a chegada ao nosso ponto de partida, dá-se com a largada das amarras dos navios portugueses rumo ao Atlântico Sul, a caminho das Canárias, e nesse percurso, os marinheiros portugueses encontram-se frente-a-frente com o mar e com todos os seres fantásticos que o habitam, domando-os numa forma de superação do medo, que permite assim progredir, frente a um desconhecido mar, que urgia fazer despertar para o conhecimento. Deste modo, a consideração da missiva de D. Afonso IV ao Papa Clemente VI, afirma uma política agressiva, no limite das hostilidades com opositor castelhano, que é cada vez mais enquadrante e definidora de uma tendência para o futuro: o avanço sobre o Atlântico.

Esta realidade reflecte, uma visão estratégica, passível de ser melhor compreendida pela história militar, definidora de um modelo medieval sobre a importância do domínio marítimo. Afinal, a certeza sobre esse pensamento estratégico, uma vez que cumpre ao historiador, como defende Keegan: «espalhar a compreensão do passado, e não apenas o seu conhecimento»<sup>7</sup>. Este será, queremos, um dos caminhos a desbravar, nesta dissertação.

Todavia, a abordagem que nos cumpre fazer, passa inevitavelmente, pelo conhecimento da realidade política, que Portugal e Castela, e o seu relacionamento com a Santa Sé, num período repartido entre o poder de Roma e de Avinhão, numa cúpula bicéfala, mas actuando independentemente, que se sujeita a alianças e divergências políticas e religiosas, todas muito conjunturais. Sobre os monarcas, será necessário conhecê-los, e a sua disputa por aquele espaço insular. D. Afonso IV e Afonso XI, de Portugal e de Castela, respectivamente.

---

<sup>6</sup> FITZ, F., «Hubo estrategia en la Edad Media? A propósito de las relaciones castellano-musulmanas durante la segunda mitad del siglo XIII», *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, 1972, pp. 837-854. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4039.pdf>, [consultado em 05/06/2016].

<sup>7</sup> KEEGAN, J., (1987). *Op. cit.*, p. 26.

O tema que procuramos abordar nesta dissertação tenta, tanto quanto possível, despertar uma perspectiva de observação, sobre a celeuma que viria a ficar para a historiografia como a «questão das Canárias», nomeadamente, o seu perfil militar, sobre as respectivas expedições, durante o reinado de D. Afonso IV e, na nossa linha de análise, com a sua aproximação ao conflito luso-castelhano de 1336-1339.

A evolução dos confrontos, um pouco por toda a zona raiana, apesar de toda a mortandade surgida como dano colateral dos embates, concentra-se numa declaração de guerra sobre o reino vizinho, baseada na legitimidade com que se achava o rei de Portugal, de interferir nos destinos e administração do reino vizinho, e por causa do comportamento do rei de Castela para com a rainha D. Maria. Estavam em causa diferendos matrimoniais com a filha do rei de Portugal.

Existem divergências, também, do lado de Afonso XI. Uma má vontade que se expressa em decisões como a de impedir a D. João Manuel e à sua filha, nobres castelhanos, de cruzar a fronteira, a fim de contrair matrimónio com o príncipe herdeiro português, D. Pedro. Em causa estava a aliança estratégica do monarca português com um dos grandes de Castela, conhecido pela sua oposição ao seu rei.

Estes resultados, apontados historiograficamente como os impulsionadores dos motivos por detrás do início do conflito, parecem-nos que não o terão sido efectivamente. Como Miguel Gomes Martins defende, estes diferendos, eram o pretexto, mas parecem estar longe de se encontrarem próximos do verdadeiro motivo provocador do conflito armado.

E esse conflito, parece-nos surgir como uma tentativa para afastar as atenções sobre o centro nevrálgico do reino, o porto de Lisboa, onde uma frota de naus portuguesas aparelham e largam pano em direcção ao Atlântico Sul, no sentido das Canárias. Mais manobras evasivas estrategicamente posicionadas em zonas específicas do território português, levavam a um desbaratamento das energias castelhanas, com a necessidade de desmultiplicação de meios e recursos para fazer frente às consecutivas ofensivas portuguesas. Enfraqueciam, deste modo, as forças de Castela em gastos desmesurados. Se tinham mais posições chave, de protecção defensiva da zona raiana, também o número de homens seria proporcionalmente superior ao dos disponibilizados pelas hostes portuguesas, o que acarretava tanto em perda física como a um elevado desgaste económico com essas deslocações.

A «questão das Canárias» pode estar relacionada com a agressividade fronteiriça portuguesa. É uma entre várias possibilidades. Se era notório a existência de algumas contrariedades com os problemas familiares no casamento de D. Afonso XI, com D. Maria, filha do rei português. E se o rei Afonso XI impedia a filha de D. João Manuel, D. Constança Manuel, de vir contrair esponsais em Portugal, com o futuro rei, podem não ser o único móbil para o aumento de conflitualidade entre os dois reinos.

Aceitámos então um desafio. O de observar a longevidade de um povo, que é o nosso, através de um dos seus momentos. A nossa dissertação de mestrado tem como objectivo principal tratar a questão das Canárias nas suas dimensões militar e política.

Esta dissertação ocorre no âmbito do Mestrado de História Militar, e pretende sublinhar um reino em definição de fronteiras, em contexto de alargamento de espaço estratégico, através do Oceano e numa disputa constante com a potência castelhana. A definição da «corrida» pelas Canárias, no nosso entender, assume os contornos de processo definidor e catalisador para a memória do que somos, para a construção da nossa independência. Na História de Portugal, a génese nacional é inúmeras vezes associada à acção militar, combativa, violenta. Reacção directa do facto de Portugal ser, no início, um pequeno condado, forçado a resistir e a crescer sobre um território pejado de inimigos. Um esforço conseguido através da espada, impondo a Cruz, e afirmando-se como um reino cristão.

Contextualizar esta afirmação, neste trabalho, implicará uma observação dos processos de consolidação da independência nacional, através da solidificação das fronteiras, na relação difícil com o reino de Castela, e na constante pressão sobre as terras muçulmanas, até ao contexto da batalha do Salado, momento importante entre os dois reinos cristãos, onde se vislumbra uma aliança estratégica, momentânea, mas imbuída dos princípios norteadores do mundo europeu – os da *Christianitas*.

Desde que se reúnem todas as variáveis possíveis, para a asserção dessa legitimidade portuguesa, nos seus primeiros passos, como processo autónomo e independente, é esse o desafio que se coloca a um reino de dimensões modestas, concorrencial com outras coroas no tempo e no espaço, constantemente a fabricar recursos interpor sobre direitos e possessões alcançadas em terra e no mar; aberto a novidades e à recepção de mundos diferentes e hostis, alimentado pelo desconhecimento de outras realidades, mas suportado pelo conhecimento e pela curiosidade sobre as

questões marítimas. Um reino habituado a sulcar as águas da sua faixa litoral, dominando as viagens curtas e ao abrigo da costa.

Partimos da observação de um território posicionado no extremo mais ocidental do continente europeu, profundamente ligado ao processo da reconquista cristã da Península Ibérica, e a que se associam múltiplas dinâmicas no sentido da definição de um espaço que assume nos primeiros cento e cinquenta anos de existência uma coerência política e cultural muito evidente. O espaço português que se constrói define-se, também, numa ligação constante e profunda com o Atlântico. Os impedimentos que obrigam à fixação de uma fronteira terrestre, pelo menos, a partir de 1249, tornam obrigatória a definição de outras estratégias. A preparação de missões navais no mar Oceano sem fim é uma delas.

São tempos de definição, aqueles que pretendemos observar. O século XIV encontra Portugal totalmente integrado na *Christianitas* e assumindo o papel de parceiro determinante no contexto peninsular. O território está construído sobre unidades populacionais dinâmicas e em franco processo de desenvolvimento. A unidade política é sólida. O reino é eficaz, coerente e ambicioso. Suporta-se num sistema integrado de defesa em profundidade, aspecto, entre outros, que lhe garantirá nos séculos vindouros a independência. Tem uma consciência clara do seu território e, também, das suas limitações.

O reino de Portugal é sólido. E é um parceiro indispensável para a disrupção do sistema de equilíbrios cristão/muçulmano na Península Ibérica. A necessidade de Castela em manter uma dinâmica forte, pesada, cara em recursos, no sentido da guerra contra o Islão, permite a solidificação do processo português e a sua inclusão como aliado na guerra contra os mouros de Granada. É um processo dinâmico, que visto à luz de um quadro conceptual bem definido, como Humberto Baquero Moreno bem evidenciou, contribuiu para as significativas transformações ocorridas em Portugal nos primeiros alvares do século XIV<sup>8</sup>. A isto não é alheio o facto, de no final do primeiro quartel, subirem ao trono, quase em simultâneo, dois novos monarcas, em Portugal e Castela, cujas relações serão importantes no estabelecimento de novos processos relacionais, com

---

<sup>8</sup> MORENO, H., «Portugal e a fronteira com Castela no século XIV», *Actas III Jornadas de Estudo Norte de Portugal – A Aquitânia*, Porto, Publicações da Universidade do Porto, 1996, p. 195. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19927/2/hbaqueromorenoportugal000083353.pdf> [em linha consultado em 05/06/2016].

mudanças significativas a todos os níveis, mas em particular, às relações políticas e à definição das dinâmicas territoriais.

Considerando a importância que a mudança de século trouxe para Portugal, a nossa dissertação pretende observar alguns aspectos deste quadro relacional e, muito em particular, uma das suas linhas de força. Aquela que permite observar os interesses de Portugal (e os de Castela) nas primeiras aproximações ao «desconhecido» Oceano Atlântico, colocando o ponto central de observação no problema da posse das ilhas Canárias. E, aqui, o ponto de precisão, o ponto de focagem, pretende assentar sobre os aspectos militares que envolveram os recursos do reino durante o século XIV.

Propomos analisar, como linha de força, o processo inicial de Portugal no Atlântico, tomando a posse pelas ilhas Canárias nos séculos XIV e XV, enquanto processo militar, como elemento fundamental. Parece-nos ser este um caminho, entre outros, para tentar compreender os constantes confrontos entre os reinos ibéricos, num tempo e num espaço em franco processo de construção, e aliado a uma crescente e constante dinâmica militar. De novo a questão das fronteiras assume um papel relevante nas relações entre os dois reinos, sobretudo o novo quadro estratégico que resulta do tratado de Alcanizes, assinado por D. Dinis, pela parte portuguesa, em 1279.

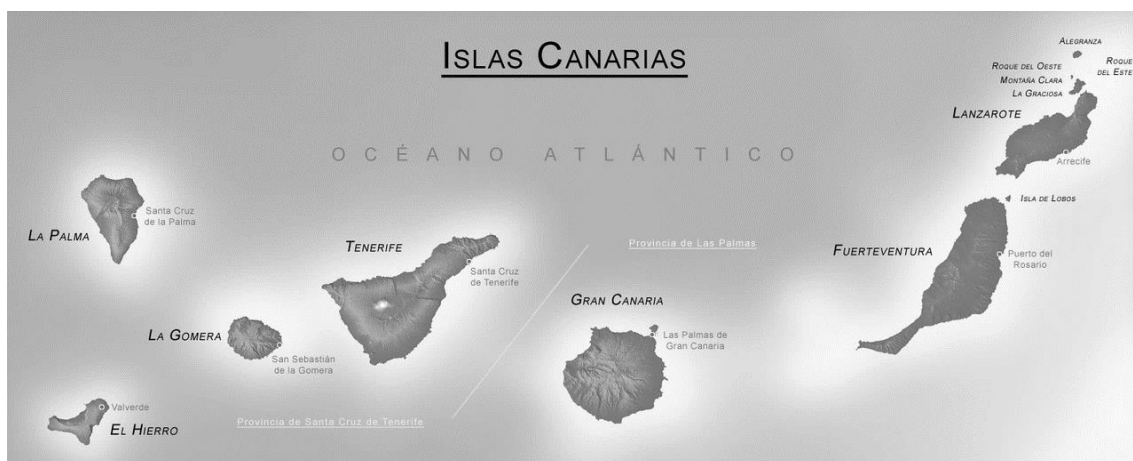


Fig. 1 - Ilhas Canárias. <https://es.wikipedia.org/wiki/Guanche>

Portugal é um Reino situado na extremidade de uma Europa em constante evolução e expansão, e integrado no seio de uma Península Ibérica em permanente estado de guerra, quer contra um inimigo diferente - o Islão - quer em lutas intestinas pela afirmação de soberanias ou pela tentativa de construção de um sistema homogêneo e centrípeto.

Com um passado comum, em muitos aspectos, e assente no processo da Reconquista cristã, os dois reinos ibéricos, apresentam processos culturais e individualidades próprias, e distintas quando os comparamos. Estão sempre em busca de particulares desenvolvimentos, pressionados pela sua condição periférica, em relação a uma Europa cada vez mais centrada a Norte, mas dispostos e determinados a definir outros focos de acção integrados na maior dinâmica da Cruzada e que assegurem o controlo da entrada do Mediterrâneo. Os objectivos estratégicos dos dois reinos não são assim tão diferentes um do outro. Mas, os planos de acção seguirão caminhos diferentes.

Sustenta-se assim a acção de Portugal enquanto reino independente, em relação aos outros reinos ibéricos<sup>9</sup>, criando expectativas e abrindo novos caminhos na entrada de um novo século. O mar passa a estar cada vez mais presente nos objectivos estratégicos e na resposta às necessidades de alargamento e consolidação do reino. O Atlântico permite, também, cumprir a cruzada. Adicionar às dinâmicas naturais a marca cultural da Europa. A expansão da fé pela espada e o *dilatar da fé nas terras viciosas* justapõem-se ao processo natural que levará os portugueses a trilhar as rotas marítimas. As condições estratégicas sobre a defesa da costa algarvia e a protecção em relação aos mouros norte-africanos são, decisivamente, razões prementes e fundamentais para que o reino invista nas «coisas do mar».

Nesta dissertação queremos observar a importância que teve a acção «evangelizadora» mantida contra os infiéis, cumprindo as determinações da Santa Sé, e mantendo um processo diplomático, político e negocial constante que procurava garantir o apoio papal aos nossos interesses estratégicos.

Não é novidade historiográfica, mas queremos sublinhar a importância que as questões marítimas assumem, no século XIV, para os interesses nacionais. O acesso ao Atlântico de forma estruturada, com o «aparelhamento» de um sistema de portos e uma política de grande investimento na construção de embarcações para navegação a longa distância, revelam novas tendências e novos processos. António Borges Coelho, deixa antever, ao considerar que «o mar deixa de ser o limite»<sup>10</sup>, expressão que bem define o caminho que o reino começa a trilhar. Não em terra, mas no mar.

---

<sup>9</sup> Portugal viu consolidadas as suas fronteiras terrestres no século XIII, no reinado de D. Afonso III, com a conquista do Algarve em 1249, e afirmadas por D. Dinis, em Alcanizes em 1297.

<sup>10</sup> COELHO, A., «Largada das naus», *História de Portugal*, Volume III, Lisboa, Editorial Caminho, 2011, p. 13.

O ponto focal da nossa dissertação está na «questão das Canárias», sobretudo, no desenvolvimento dos seus aspectos militares, estratégicos e políticos. Nesta perspectiva de estudo interessa-nos definir, para uma melhor compreensão do assunto, um conjunto de questões sobre as diversas envolvências que integraram as missões militares às ilhas Canárias:

- Quais as razões que estiveram, e determinaram, a expedição militar?
- Que legitimidade tinha D. Afonso IV para reclamar a posse das ilhas Canárias?
- Qual o motivo (ou motivos), que levam D. Afonso IV a acatar a decisão papal de que o arquipélago deve ficar na órbita de Castela?
- Que importância estratégica tinham as Canárias para Portugal?
- Que meios navais e que capacidade militar apresentava o reino de Portugal para poder desenvolver acções de guerra e ocupar o arquipélago?

A formulação destas questões, não se deve entender sem uma observação dos domínios e jurisdição do poder naval português. Devemos recuar e centrar o foco na contratação do genovês, Manuel Pessanha, em contrato celebrado em 1 de Fevereiro de 1317, onde se formalizavam as regras do compromisso, e onde se impunha o futuro vínculo de vassalagem e de fidelidade ao rei assim como aos seus sucessores. Tornava-se, Pessanha, num homem de confiança do monarca português. D. Dinis passa a ter no reino verdadeiros profissionais das coisas do mar, da guerra naval e da importância do domínio marítimo. A contratação daquele Almirante será vital na génese da marinha de guerra nacional.

Importante é destacar que o fundamento base de D. Dinis, ao chamar ao reino este especialista, se faz por se sentir uma grande necessidade de defesa do litoral, face às constantes investidas mouras vindas do Norte de África, que assolavam o litoral do reino. Torna-se operativa e determinante a missão militar da Ordem de Cristo, cuja missão ideológica assenta na continuidade do processo da Reconquista. Era a Guerra Santa que a partir deste momento se podia fazer, também, por mar.

Para o desenvolvimento e manutenção desse poder naval, era necessário dotar a frota do Almirante italiano com guarnições à altura das missões que se perspectivavam. Este recrutamento nem sempre se apresentou de forma pacífica no contexto nacional, uma vez que a particularidade e complexidade com que se revestia a missão marinheira, caracterizada por uma forma diferente do modo de fazer a guerra, desenvolvida em meio incerto, com condições de equilíbrio precário, por vezes nauseante, bastante difícil para quem estava habituado apenas a combater em terra, levava, não poucas vezes, o recrutado a tentar todos os subterfúgios para fugir a essa obrigação procurando muitos recusar a embarcar. Esta dificuldade do pessoal é incompatível com a necessidade de formar equipagens completas para os navios. Pode comprometer o planeamento e o lançamento de missões navais. O recrutamento forçado é uma solução.

Se as frotas eram constituídas, em boa parte, por galés, a necessidade de marinagem treinada para o trabalho do aparelho, velame, e remos tornava-se relevante. A esta tripulação de manobra juntava-se uma chusma, pessoal de combate, necessário para o êxito das missões, sobretudo as que implicavam o desembarque nas praias. A memória escrita sobre os processos de engajamento para a vida a bordo contida nos forais das nossas vilas piscatórias, torna claro o processo. O reino definia-se para o mar.

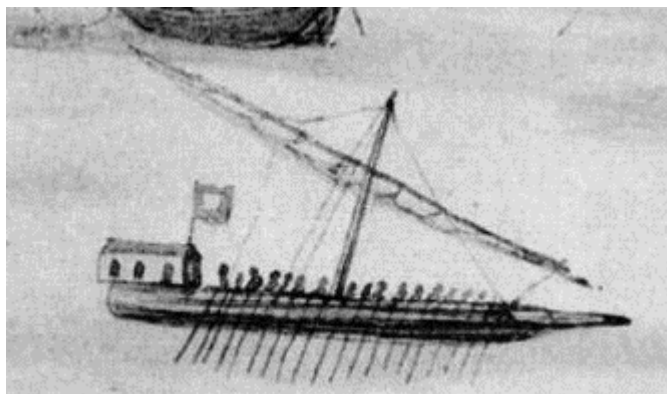


Fig. 2 - Galé portuguesa, séculos XIV e XV.

Algumas fontes remetem, para períodos posteriores, a figura dos condenados às galés, os designados «forçados», que por algum motivo da sua vida, foram condenados a cumprir a pena a bordo. Trabalho difícil e esforçado e perigoso, pago com refeições diárias e com uma vida de

exclusão social. Nos comandos dos navios, estavam desde o reinado de D. Dinis, definidos os processos de recrutamento e de progressão. Os oficiais eram escolhidos para as funções de alcaides, arraizes e petintais, e para outras funções de comando bordo. Muitos provinham de famílias nobres e todos os que cumpriam estas funções estavam ilibados de prestar serviço militar em terra.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Para um melhor enquadramento deste tema ver VIANA, Mário, «O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média», Açores, Centro Cultural de la Fundación Caja Rioja, del 26



Na Idade Média, no período em análise, e seguindo Mário Viana, não pode ser descartado igualmente para a acção naval ao serviço do rei, o recrutamento de corsários, tais as menções que lhes são feitas. Em suma procurava-se intensamente dotar as frotas com guarnições em número e qualidade. Mas, este recrutamento profissional era difícil. A escassez de pessoal especializado aliado à constante necessidade de ter meios navais capazes de responder às ameaças latentes, podiam levar a processos de recrutamento mais violentos, ou ao uso de forçados.

Mas, o grande esforço recaía sobre as «vintenas do mar». As comunidades do litoral, cumprindo os deveres assumidos no «contrato» municipal com a Coroa, disponibilizavam grupos de vinte homens, aptos para a vida marítima. Muitos assumiam as funções de remadores. E embora o quadro da tradição inscreva esta prática para tempos mais tardios, de forma generalizada, cremos que o sistema se encontra em actividade por meados do século XIV.

Todo este desenvolvimento reflecte, efectivamente, a evolução da marinha nacional, e a melhor preparação das guarnições dos complexos, no aparelho, na equipagem, no armamento, nas missões. Os tempos do rei Afonso IV são de evolução, em todos os aspectos, para os meios navais. Dos sistemas técnicos, à evolução das equipagens e à definição de um pensamento naval estratégico, a marinha firma-se enquanto superestrutura, importante e fundamental, na definição de velhas e de novas fronteiras. Os processos de definição fazem-se pelo exercício prático. Assim inscrevemos as missões às Canárias, levadas a cabo por meios navais da Coroa, enquanto aplicação concreta de uma realidade estratégica.

A historiografia, nomeadamente a espanhola, presente nos estudos de Bonnet e de Rafóls, remete essa presença apenas para o ano de 1341. Fala de uma só incursão, resultado da luta contra o Islão após a batalha do Salado. A esta missão naval junta-se um relato manuscrito atribuído a Bocácio, de uma certa viagem de genoveses, sob o pendão do rei de Portugal, em exploração às Canárias.

Duas informações se juntam. A castelhana e uma carta de D. Afonso IV de Portugal dirigida ao Papa, datada de 1345, por causa do reconhecimento das ilhas a um nobre castelhano, D. Luís de la Cerda. Refere esta missiva a presença de forças portuguesas no arquipélago das Canárias, antes do início da guerra contra Castela. Esta

presença pioneira portuguesa, embora sem data precisa, parece ter acontecido, pelo menos, a partir de 1336.

1336 e 1341 parecem emergir como balizas enquadradoras da actividade naval portuguesa naquelas paragens do Atlântico e, elemento de grande importância para a nossa análise, é o facto de a posse das ilhas Canárias representar um ponto de discórdia entre Portugal e Castela. As posições irredutíveis dos dois monarcas sobre o assunto acabam por envolver a Santa Sé num intenso e bastante discutido processo de arbitragem.

No domínio destas relações concorrenciais este procedimento arbitral do Papa contribuiria para afastar mais os dois reinos cristãos, especialmente num contexto onde o poder islâmico no território ibérico e na entrada do Mediterrâneo, ainda era uma força importante e com a qual se tinha de contar. Será essa a grande justificação para a intervenção papal? A de que a existência de desavenças entre castelhanos e portugueses fragilizaria a Cristandade perante as forças muçulmanas?

Os diferendos entre as duas Coroas não se estancariam no Salado. A concorrência e a desconfiança entre Portugal e Castela acentua-se e a disputa pelas ilhas Canárias é, ao mesmo tempo, reflexo e combustível, para a existência de grande tensão entre os dois reinos. A opção papal pela atribuição da jurisdição do arquipélago a Castela, embora resolva o diferendo político, não atenuará o clima de tensão permanente. Estão demasiadas coisas em jogo para os portugueses.

A abertura dos caminhos do oceano resulta claro, por fim, na emancipação naval estratégica de Portugal, que ganha a dianteira a Castela. A sociedade medieval de Trezentos acrescenta nas suas dinâmicas sociais a valorização das elites navais enquanto elementos de grande importância. As palavras de Mário Viana, indicam o exercício das forças navais, como um «ofício militar de fronteira»,<sup>12</sup> uma espécie de continuação do processo de Reconquista, que se alastra agora para fora das fronteiras terrestres. A intencionalidade mantém-se: a luta contra o Islão. Agora, também no mar e a longa distância dos portos nacionais, acentuando a presença estratégica da marinha real cada vez mais a Sul. Adivinham-se novos tempos, com diferentes processos.

---

<sup>12</sup> *Idem*, p. 340.

## **ESTADO DA ARTE**

Na origem desta dissertação, encontra-se subjacente a análise de uma questão importante no contexto da definição de uma das fronteiras de Portugal, a aproximação ao Atlântico, com a expedição às Ilhas Canárias durante o reinado de D. Afonso IV. Este episódio insere-se como a porta de saída para a futura diáspora portuguesa, e representa um momento marcante, na disputa entre os reinos de Portugal e Castela, pelo controlo de um oceano ainda desconhecido.

Em pleno século XIV, no ano de 1325, um sucessivo desenrolar de acontecimentos, daria lugar a novos equilíbrios na Península Ibérica. A 7 de Janeiro, com a morte de D. Dinis, rei de Portugal, sucede-lhe o seu filho, D. Afonso IV, com trinta e cinco anos de idade. No mesmo ano, o reino de Castela, via terminar um conturbado período político, onde o reino tinha estado sob regência. D. Afonso XI, que em 1312, com pouco mais de um ano de idade, havia ascendido ao trono por morte de seu pai Fernando IV, de Leão e Castela, nada podia fazer pelo seu reino que atravessava tempos conturbados e convulsões internas, por causa da menoridade do jovem infante. A regência é assumida pela rainha-mãe, Maria de Molina, avó paterna do jovem príncipe, que asseguraria a governação até à maioridade de Afonso XI, em 1325.

Neste contexto é importante observar os laços que ligavam as duas coroas ibéricas. A mãe de D. Afonso XI, D. Constança, era filha de D. Dinis de Portugal, e irmã de D. Afonso IV, fazendo do jovem monarca castelhano sobrinho, do rei de Portugal e, mais tarde, genro, ao casar com a princesa Maria, filha de D. Afonso IV. D. Maria de Molina era avó destes dois reis, tantas vezes rivais, na Península Ibérica.

Este grau de familiaridade entre as duas coroas completava-se com laços diplomáticos e correntes de influência. Tinha propósitos, como a construção de um sistema político estável. Processo, contudo, difícil de construir. Com a subida ao trono dos dois monarcas, alteraram-se paradigmas e os destinos da governação política nos dois reinos cristãos. Novos interesses, novas definições estratégicas, novas rivalidades, construam-se nestas lideranças.

Pretendemos observar as capacidades político-militares dos dois soberanos, nunca deixando de analisar os interesses individuais e comuns dos dois reinos peninsulares, onde se vislumbra uma vontade firme em afastar das terras cristãs o poder muçulmano.

Estas circunstâncias, quando alcançadas (Portugal, com o domínio do Algarve; Castela, com a conquista de Granada), abririam horizontes para outras ambições, de relevar que após 1340 e num decénio precedente todos os reinos ibéricos viam culminar um vasto sistema de edificação da sua autoridade.

A «questão das Canárias» apresenta-se como um assunto de grande valor, e interesse, para os dois projectos régios. Constitui processo pioneiro iniciado por Portugal, com Castela na sua esteira, sobre o mar sem fim.

Se a visão Atlântico-estratégica, em fase inicial, dava assim os seus primeiros passos na procura de um alargamento de influências, outro dos aspectos balizadores desse ensejo entroncava no ideal de Cruzada, e estava presente por certo, na campanha encetada pela coroa portuguesa, acompanhada pela Santa Sé. Esta ideologia presente na luta contra o poder muçulmano, presente a Sul, no reino de Granada, e que pretende adquirir um maior controlo sobre a entrada do Mediterrâneo, e em perspectiva o acesso à dimensão atlântica e ao que esta poderia proporcionar.

A Europa ganha, com a luta pelas Canárias, uma nova e mais abrangente perspectiva, e um novo ponto de focagem geoestratégico – o Atlântico. Este é um processo importante, uma outra visão estratégica, que assentava no domínio de um ponto naval de apoio no Oceano Atlântico. O arquipélago em questão, amenizava as difíceis condições de navegação e permitia um bom ponto de escala, de abastecimento e de controlo sobre a costa africana.

Numa breve síntese, apresentamos as linhas principais desta dissertação, com a qual se pretende tratar alguns dos pontos mais importantes sobre a discussão Ibérica pela posse das Canárias. Decisões, divergências, observações, consequências saídas do longo e difícil processo negocial entre Portugal e Castela, são o nosso ponto de focagem, ao qual se junta a questão da guerra contra o Islão.

Processo central nas agendas dos reinos europeus nestes tempos dos finais da Idade Média. Portugal e Castela, rivais em terra e no mar, percebem melhor do que qualquer outra potência na Europa a necessidade em fazer frente comum contra tão resiliente inimigo. Será, contudo, que a presença, enquanto aliados, na batalha do Salado, juntos contra um inimigo comum, atenua essa rivalidade?

Quando as forças castelhanas se debatiam contra as forças muçulmanas, num rasgo cooperante, D Afonso IV, parte em apoio do seu genro e sobrinho, motivado pela

súplica da sua filha, e contribuiu para a derrota das forças muçulmanas. Anula-se uma ameaça importante, mas as relações entre os monarcas cristãos irão melhorar?

Torna-se essencial, observar o máximo de perspectivas, através da análise da produção historiográfica sobre o tema em discussão. Guia-nos, como pano de fundo, a abertura de rotas no Atlântico em direcção às ilhas Canárias, a sua sustentabilidade, e o contexto das relações diplomáticas entre Portugal e Castela, no período compreendido entre os séculos XIV e XV, com principal enfoque para o reinado de D. Afonso IV. Nesta perspectiva, entre outras, Bernardo Vasconcelos e Sousa oferece-nos um importante estudo biográfico sobre o sétimo monarca português.

A nossa análise assenta numa observação político-militar sobre os dois reinos mais ocidentais da Europa, com o enfoque principal sobre a «questão das Canárias», que se define sempre como o nosso objetivo central. Suporta, a análise desta questão, uma considerável e sólida bibliografia, quer nacional, quer internacional. Contudo, alguns aspectos, relacionados com a disputa pelo arquipélago das Canárias, parecem precisar, no nosso entendimento, de continuar a ser analisados.

A saída de uma geografia continental acentua a importância da guerra naval. Este é um facto que se apresenta como tema menos explorado na historiografia portuguesa. São, geralmente, obras de enquadramento geral, como as Histórias de Portugal, que o referem. Por exemplo, no volume IV da Nova História de Portugal, obra coordenada por Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, ou a obra de António Borges Coelho, *Raízes da Expansão Portuguesa*.

Para uma observação mais política sobre governação no século XIV português, encontrámos no Volume II da História de Portugal, sob a direcção de José Hermano Saraiva e coordenação de Ângelo Ribeiro, a abordagem no artigo: *Afirmção do país – da conquista do Algarve à Regência de Leonor Teles*, algumas referências circunstanciais, sobre o episódio da disputa das Canárias.

Nos estudos monográficos onde, especificamente, se procura observar um enquadramento estratégico direccionado, a “Introdução à História dos Descobrimentos”, coordenada por Luís de Albuquerque, situa-nos os primeiros alvares dos descobrimentos portugueses, na Idade Média, onde a expedição às Canárias ganha centralidade, ideia reforçada por Joaquim José da Costa de Macedo, nas *Memórias Para a História das Navegações e Descobrimentos dos Portuguezes*, nas *Memórias da Academia Real das*

*Sciencias de Lisboa* de 1816, que reportam para um conjunto de expedições marítimas sobre a costa africana, durante o reinado de D. Afonso IV<sup>13</sup>, e um dos principais estudos para a apresentação da «questão das Canárias», num enquadramento crítico nomeadamente de fontes espanholas, com referências, incongruências e inverdades na observação historiográfica, numa observação de conhecimento de causa, com leitura de fontes primárias, e uma observação de verdade na carta de D. Afonso IV ao papa.

Sobre as definições políticas de D. Afonso IV e D. Afonso XI, e as relações internacionais, duas observações se apresentam. Uma de Maria Margarida de Sá Nogueira Lalande, *A Política Externa de D. Afonso IV (1325-1357)*<sup>14</sup>, que a par de José Marques com as *Relações fronteiriças Luso-castelhanas nos séculos XIV-XV*<sup>15</sup>, nos transportam para as questões diplomáticas emergentes entre estes dois reinos peninsulares e que são, para estes dois autores, tema essencial para compreender os interesses em disputa.

Todavia a presença de Portugal nas Ilhas Canárias durante o século XIV, tem também recebido, por parte da historiografia espanhola algum tratamento, embora a nosso ver, quase residual, e quando elaborada, numa perspectiva nacionalista observando Castela como centro de toda a decisão política e estratégica da Idade Média, na península Ibérica, afastando por completo e em algumas considerações os portugueses, dos primeiros alvares da presença portuguesa nas Canárias.

Buenaventura Bonnet, em *La Expedición Portuguesa a las Canarias en 1341*<sup>16</sup>, num estudo de 1943, aborda a expedição portuguesa às canárias em 1341, como a única empresa a ser deslocada para as Canárias pelo coroa portuguesa no século XIV, numa aproximação natural ao relato constante no manuscrito autógrafo de Giovanni Boccacci, aproximando e ligando de um modo explícito, tratar-se desta expedição que D. Afonso IV alude na carta em resposta ao papa Clemente VI, quando este lhe comunicou a

<sup>13</sup> MACEDO, J., «Memórias para a História das Navegações e Descobrimentos dos Portuguezes». Lisboa, Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1816, p. 16. <https://ia800307.us.archive.org/16/items/memoriasparahist00mace/memoriasparahist00mace.pdf> [em linha, consultado em 5/12/2015].

<sup>14</sup> LALANDA, M., «A Política Externa de D. Afonso IV (1325-1357)». *Arquipélago. História*. 1ª série, Vol. 11, Açores, 1989, pp. 107-151. [https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/982/1/MariaMargaridaNogueiraLalanda\\_p107-151.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/982/1/MariaMargaridaNogueiraLalanda_p107-151.pdf) [em linha consultado em 27/10/2015].

<sup>15</sup> MARQUES, J., «Relações fronteiriças luso-castelhanas, nos séculos XIV-XV». *Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos*, Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade 2009, pp. 91-141, <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/iberia-quatrocentos-quinhentos/ler-em-pdf> e [em linha consultado em 27/10/2015].

<sup>16</sup> BONNET, B., «La Expedición Portuguesa a las Canarias en 1341», *Revista de Historia*, Tomo 09, año 16, número 062, Abril de 1943, pp. 112-133, <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/revhistoria/id/569> [em linha, consultado em 26/10/2015]

investidura de D. Luís de la Cerda como príncipe das Afortunadas. Encontrando e forçando a sua observação teórica que pretende defender, depreendendo que «el rey de Portugal se referia de um modo indubitable a la expedición de 1341»<sup>17</sup>, afastando toda a possibilidade, mesmo que remota da presença portuguesa nas Canárias anterior a esta data. Todavia, as suas menções breves de enquadramento historiográfico, formam proeminentes abordagens, na pesquisa cumprida por Buenaventura Bonnet (1883-1951), publicada na Revista de História entre 1942 e 1943, em estudos disponibilizados em linha, na *Memória Digital de Canárias*<sup>18</sup>, cuja divulgação historiográfica acerca daquele arquipélago assume grande relevo. Elias Serra y Ráfols<sup>19</sup>, enquadra as Canárias e o caminho da expansão portuguesa, referindo num enquadramento generalizado no período em estudo, que as Canárias, nas proximidades do continente africano, foram as únicas ilhas que não são, nem nunca foram portuguesas, assinalando o carácter único da expedição portuguesa às Canárias, numa empresa isolada do caminho que um século mais tarde iria ter a atenção privilegiada da coroa portuguesa.

Neste caminho, Ráfols, levanta algumas questões relativamente a disputa luso-castelhana, das Canárias, revelando o efectivo e superior poder de Portugal no mar, embora não obstante esse facto nos remeter igualmente para a tradição historiográfica antiga, apontando os genoveses como os primeiros exploradores do Atlântico, e, por conseguinte, os primeiros a chegar às Canárias. Temos, com Ráfols, uma abordagem da tradição naval portuguesa, como recebedora dos ensinamentos da escola genovesa, de onde haveria de vir toda a superioridade técnica. Como se constata na expedição de 1341, onde que faz questão de salientar que foi capitaneada por pilotos italianos, embora custeada pelo rei de Portugal.

Por conseguinte, encontramos neste autor espanhol, uma breve abordagem à expedição de 1341, excluindo igualmente qualquer outra expedição, a ter sido levada a efeito no reinado de D. Afonso IV, associando a expedição de 1341, à já referida descrição efectuada pelo rei de Portugal aquando da carta ao papa, em 1345.

---

<sup>17</sup> *Idem*, p. 115.

<sup>18</sup> <http://mdc.ulpgc.es/>

<sup>19</sup> RÁFOLS, E., «Los Portugueses en Canárias», La Laguna (Tenerife), Imprenta y Librería Curbelo, 1941, pp. 7-14, <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/MDC/id/14600> [em linha, consultado em 26/10/2015].



Fig. 3 - Giovanni Boccaccio possível autor do relato da segunda expedição portuguesa às Ilhas Canárias em 1341.

[https://it.wikipedia.org/wiki/Giovanni\\_Boccaccio](https://it.wikipedia.org/wiki/Giovanni_Boccaccio)

Temos, portanto, uma historiografia espanhola, reflectida nestes dois historiadores, da década de quarenta do século XX, a afastar a presença, de emissários de D. Afonso IV às Ilhas Canárias, nos anos trinta do século XIV, como apontado na Carta de D. Afonso IV<sup>20</sup> ao papa, mas contrariamente apontando uma única via de presença portuguesa, e esta datada de 1341, e da qual resultaria *a posteriori* o abandono da ideia das Canárias fruto do medíocre resultado saído dessa expedição.

Para uma contextualização da Batalha do Salado, as observações de Bernardo de Vasconcelos e Sousa em, *O Sangue a Cruz e a Coroa - a Memória do Salado em Portugal*<sup>21</sup>, serviu-nos como arranque e enquadramento a questão das capacidades militares do Islão, e a forma como Castela e Portugal lidam com a situação. A batalha do Salado, uma vitória cristã, põe fim à iniciativa do Islão em termos peninsulares.

Propomo-nos, portanto, observar nesta dissertação, outros caminhos na discussão sobre a disputa pelas ilhas Canárias no século XIV, fundamentando grande parte da nossa análise sobre aspectos militares. Interessa-nos observar as questões navais, o desenvolvimento dos processos militares, as dificuldades das missões e os objectivos definidos. Afinal o rumo de navios portugueses em direcção às Canárias aproxima a Europa de um mundo novo. Mas, este particular episódio da História de Portugal, quer-se, aqui, abordado enquanto projecto militar. Este particular episódio da história

<sup>20</sup> RÁFOLS na nota 16 do seu ensaio, *op. cit.*, refere, até com uma nota de ironia, o facto de alguns portugueses como F. da Fonseca, e Jordão de Freitas, do início do século XX, terem levantado suspeitas sobre a autenticidade da carta de D. Afonso IV, p. 48.

<sup>21</sup> SOUSA, B., «O Sangue, a Cruz e a Coroa, a Memória do Salado em Portugal», *Penélope: revista de história e ciências sociais*, Nº. 2, La Rioja, 1989, pp. 27-48, <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2690758>, [em linha, consultado em 12/09/2015].



portuguesa tem de ser abordado sobre múltiplas perspectivas, com base na documentação disponível e na bibliografia conhecida. Uma dessas perspectivas passa pela forma como a Santa Sé entende a missão dos reinos cristãos peninsulares e, em particular, a sua visão sobre a importância destas ilhas atlânticas. O papa reclama uma expedição cristã sobre elas. Define essa missão na linha dura de acção contra o Islão.

Mantém todos os requisitos e todas as prerrogativas sobre os processos de justificação, e de acção, contra os inimigos da fé. A missão às Canárias é reconhecida pelo papa, que como era costume, isenta o reino do dízimo, para que este seja aplicado na cruzada. Mantêm-se processos e modelos de conflito, mas com uma novidade, alargam-se as áreas de intervenção militar. O Atlântico assume uma outra face.

Complementa a expansão da cristandade. Define novas vertentes de intervenção e acrescenta possibilidades na intensa necessidade de garantir a integridade nacional, através da defesa dos mares, e da costa. Novos caminhos e novos ventos se apresentam aos portugueses. O Atlântico emerge como expoente de novas estratégias e como tabuleiro para velhas lutas. Todavia, a isenção aplicada pelo Papa, que de certa maneira ajudava a abrir novos horizontes e, em particular, sobre a costa norte-africana, merece ser integrada num contexto de informação de maior abrangência.

Desde quando se conhecem na Europa cristã, aquelas ilhas? E, como, se define, na historiografia actual, o momento do primeiro contacto entre militares portugueses e aquela cultura neolítica? São questões que de certo modo ainda falta apurar, uma vez que as fontes são omissas sobre esse momento.

Sobre a questão geoestratégica das Canárias e os seus primeiros momentos de aculturação religiosa, é importante referir os trabalhos de Francisco Diez Velasco<sup>22</sup>, que aponta igualmente a particularidade Canária, «em ser uma encruzilhada religiosa e geoestratégica entre continentes», potenciada pela sua localização entre continentes como a Europa, África, e num panorama já na idade moderna com a linha de caminho para o continente americano.

Por conseguinte, continua Velasco, com a caracterização das Canárias como fronteira meridional da Europa Ocidental, que representa por si só, sob o ponto de vista

---

<sup>22</sup> VELASCO, F. (Ed.), «La especificidade Canaria: Religiones entre continentes», La laguna, Icaria editorial, octubre de 2008, pp. 17-19.  
[http://www.observatorioreligion.es/upload/80/39/Pdfd\\_interactivo\\_Canarias.pdf](http://www.observatorioreligion.es/upload/80/39/Pdfd_interactivo_Canarias.pdf) [em linha, consultado em: 21/11/2015].

geoestratégico e cultural, um local de acérrima competitividade no seu controlo, no que diz respeito ao seu nível de aculturação religiosa, não sofreu influências cristãs do período Clássico, nem perante as possíveis incursões islamitas da Idade Média, mas uma vez colonizadas a partir de 1402, foi rápida a sua aglutinação religiosa ao cristianismo<sup>23</sup>, embora o ensaio se estenda mais para além da janela temporal presente nesta dissertação e não tanto sobre o nosso período em análise, no entanto é importante a abordagem de Velasco para um panorama generalizado da influência colonizadora das Canárias, e de todo o seu processo de aculturação religiosa, até aos nossos dias, num estudo presentemente alargado sobre a construção do arquipélago das Canárias, tendo-nos debruçado sobre este estudo, na observação apenas da introdução, cuja abrangência nos remete a observação dos primeiros momentos da presença europeia nas Canárias<sup>24</sup>.

Com Vitorino Magalhães Godinho, no seu estudo *Economia das Canárias nos séculos XIV e XV*<sup>25</sup>, referente às relações da cristandade com as ilhas Canárias, aborda a presença de cristãos e muçulmanos, no espaço insular antes do século XIV, embora o seu saber náutico gozasse de uma penumbra de conhecimento da sua real localização. Todavia, a presença cristã ou de cristãos no território insular, apresenta como que a rondar o final do século XIII, com uma expedição genovesa capitaneada ao que apresenta por Vadino Vivaldi, tendo-se perdido o rasto da sua expedição a partir do Cabo Não<sup>26</sup>, ou seja expedição inconclusiva.

Segundo Magalhães Godinho, é também um genovês, quem marca presença conquistadora no arquipélago, um tal Lanzarotto Malocello, numa expedição a rondar os anos 1310 e 1330, mas também esta é assegurada pela dúvida existencial da sua realização e dos moldes e período em que fora efectivamente levada a cabo, no entanto vai sendo criado uma aura de presença europeia e consequentemente cristã nas ilhas Canárias, embora sem grandes testemunhos de certeza documental, e somente com Bocácio numa troca de correspondência com mercadores florentinos, datada de 15 de novembro de 1341, surge a primeira descrição de algumas das ilhas, referindo-se a expedição patrocinada por D. Afonso IV, saída de Lisboa em 1 de julho de 1341, numa força naval constituída por

---

<sup>23</sup> *Idem*, p. 23

<sup>24</sup> *Vide*, pp. 17-19.

<sup>25</sup> GODINHO, V., «Economia das Canárias nos séculos XIV e XV». *Revista de História*. São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1952, <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35082/37821> [em linha consultado em: 21/11/2015]

<sup>26</sup> *Idem*, p. 311.

dois navios e um barco mais pequeno<sup>27</sup>, levando a bordo uma guarnição constituída por florentinos, genoveses, castelhanos e catalães, equipada com material de guerra para um eventual confronto e com anseios de conquista, todavia trouxeram o que de maior riqueza possuía nas ditas ilhas. Para testemunhar a existência de habitantes nativos quatro prisioneiros acompanharam a expedição de regresso a Lisboa em princípio no mês de Novembro, trazendo no porão «peles de carneiro e de cabra em abundância, sebo, óleo de peixe, peles de lobos-marinhos e madeiras»<sup>28</sup>.

Este é o panorama que nos traça a observação de Magalhães Godinho, prendendo-se de seguida a todo o desenvolvimento diplomático entre a Santa Sé e os reinos cristãos ibéricos, ao ter entendido por bem investir com o senhorio das Canárias um nobre castelhano, o Conde de Talmont, D. Luís de la Cerda, que viria a desencadear toda uma miríade de esforços do papa Clemente VI, na solicitação junto dos reinos cristãos, de auxílio militar, para que fosse possível a conquista de tais Ilhas Afortunadas. Todavia, D. Luís de la Cerda e por consequência o próprio papa Clemente VI, nunca viriam a obter o tão desejado apoio, figurando a atribuição desse senhorio como um verdadeiro fracasso.

E, é desta feita, que surge a visualização primária da designada «questão das Canárias», aquando da resposta do rei de Portugal, D. Afonso IV, dirigida ao Sumo Pontífice, que a pena de Magalhães Godinho descreve e argumenta, contextualizando as possíveis orientações descritas pelo monarca português, ao reclamar a concessão das ilhas, indo contra a iniciativa do papa, embora de um modo respeitoso, indica a proximidade geográfica de Portugal em relação as Canárias, desfavorecendo a posição de Castela, assim como a primazia na descoberta, uma vez que «os nossos naturais foram os primeiros que acharam as mencionadas ilhas»<sup>29</sup>, e aqui nesta consideração, Godinho apresenta como uma afirmação falsa, a consideração de D. Afonso IV, ao reclamar o direito de primazia, uma vez que como refere neste mesmo ensaio, esse pressuposto se deve ao genoveses, contextualizando a circulação náutica que se fazia, já no século XIV, por águas próximas do arquipélago.

Por conseguinte, e traçando perspectivas de observação, questiona a real possibilidade dessa ocorrência, efetuando uma passagem aos escritos de Damião Peres, que aproxima esta viagem não em 1336, mas ao tratar-se da viagem de Bocácio em 1341, embora, no entanto, Godinho, não embarque nas diversas considerações fundadas na

---

<sup>27</sup> *Idem*, p. 313.

<sup>28</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>29</sup> *Idem*, *ibidem*.

perspectiva de Peres, numa demonstração clara nas divergências de relatos entre a carta do monarca português e os escritos atribuídos a Bocácio. Entre outros considerandos de menor relevância para o nosso estudo, está a descrição dos primeiros relatos de nomeação religiosa para as Canárias, a rondar o ano de 1351, que prendem igualmente a atenção de Godinho. Todavia, importante se torna uma passagem no seguimento do ensaio, com a evocação da presença, colonizadora na Canárias, como se tendo ficado a dever a acção de Jean de Béthencourt, e a um cavaleiro Gadiferde la Salle, que em 1402, desembarcam na ilha de Lançarote trazendo na equipagem mulheres francesas para proceder a respectiva colonização do território<sup>30</sup>.

Da observação subsequente do Capítulo I do texto de Godinho, chega-nos todo o processo de colonização levado a cabo no arquipélago, numa caracterização da própria economia indígena presente nas ilhas assim como a influência que esta deteve no seio da preponderância da cultura europeia em território insular.

No Capítulo II, é ressaltado as transformações económicas da ilha antes e depois da conquista, uma vez que à chegada, se encontrou uma sociedade cuja vida económica girava à volta da criação em abundância de gado caprino, que impressionou os elementos da expedição de 1341. Sublinhando que, o regime alimentar na ilha, se baseava sobremaneira na ingestão de carne seca proveniente do gado com maior índole dómico, servindo igualmente o aproveitamento das respectivas peles para o vestuário indígena.

Descreve Magalhães Godinho uma sociedade indígena em tradições e costumes, enraizados numa sociedade de características neolíticas, com uma agricultura cerealífera, entre o trigo e a cevada, de pequena monta associado a criação do gado, caprino e suíno, e uma alimentação a base do leite extraído das cabras, e da respectiva carne dentro da amostragem das espécies existentes, não se excluindo o recurso à pesca também presente na prática autóctone. Sob o ponto de vista da religião da mentalidade primitiva, acreditavam num deus, que, evoca Godinho poder tratar-se do Sol.

No Capítulo III, é-nos descrito a vertente de defesa, por não depreendermos da observação do autor para a podemos considerar militar, mas que da sua existência se depreendida da sua utilização, como chuços curtos como flechas, que eram ainda endurecidas ao fogo para lhe conferir uma maior e melhor eficiência e resistência. Em suma, este ensaio de Vitorino Magalhães Godinho, funciona para a nossa dissertação

---

<sup>30</sup> *Idem*, p. 316.

como o elemento chave para a descrição e evocação de tradições de sociedade de cultura do povo autóctone, assim como na primeira e no pré-chegada de cristãos ao território insular, num estudo essencial para que se entenda todo o processo de descoberta, de expedição conquista, colonização aculturação e criação de identidade de um povo de cultura rudimentar, cristianizado num processo que se conhece como rápido, que antes da chegada de europeus adoravam ao deus Sol como elemento superior e orientador da sua identidade.

Todavia, é na prossecução da observação de Godinho que encontramos o reforço à nossa visão sobre a «questão das Canárias» ao observar a carta de D. Afonso IV ao papa Clemente VI, como uma fonte revestida de um estimável valor real que lhe confere a linha observadora da nossa análise historiográfica, uma vez que será necessário a sua associação, aos documentos e ao estado da nação, vivida em pleno século XIV, que em simultâneo à expedição às Canária, se desmultiplicava num conflito sangrento entre as duas coroas ibéricas Portugal e Castela, por um motivo diferente do autêntico objectivo a alcançar.

Por conseguinte, e na senda do caminho seguido durante o processo heurístico na base desta dissertação, o recurso a um fundo importante de conhecimento para o estudo da cultura Guanche, está na excelência da *Memória Digital de las Canárias*<sup>31</sup>, do Centro de Documentação da Universidade de la Laguna, e que, de forma abrangente e transversal, nos permite ter um melhor entendimento da evolução daquela cultura autóctone e das demais questões actuais.

Importa abordar e analisar com mais pormenor o estado em que esta cultura nativa das ilhas se encontrava aquando da chegada da primeira expedição portuguesa. É difícil enquadrar a questão da aculturação que podem ter sofrido às mãos de eventuais expedições muçulmanas. Certo é que apresentavam um certo grau de sofisticação cultural e espiritual. Possuíam um conjunto de divindades a quem adoravam e cuja evocação se percebe através da existência de vestígios de templos e de uma tradição de oferta de sacrifícios. O sol nascente e a Lua eram as referências divinas fundamentais.

O povo Guanche, afectado a partir do século XIV, por expedições navais portuguesas, não desconhece, contudo, a arte da guerra. Pelo menos, consegue apresentar

---

<sup>31</sup> Para enquadramento vide o sítio da Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, cujo trabalho presente na *Memoria Digital de Canarias* apresenta um excelente acervo documental. <http://mdc.ulpgc.es/> [em linha, consultado em: 10/01/2015].

aos agressores algumas capacidades defensivas. Embora nos pareçam, hoje, incipientes, as tácticas empregues, em particular a do arremesso muito certo de pequenos projecteis de pedra, revelaram-se eficazes. O historiador castelhano, José Molina González, refere, também, a existência de algum equipamento defensivo, como escudos pessoais feitos de madeira de dragoeiro.<sup>32</sup>

Continuando a perspectiva militar, uma iniciativa de índole estritamente naval, como a expedição levada a cabo sob o patrocínio de D. Afonso IV, leva-nos ao necessário conhecimento das características, das tipologias e dos meios empregues na missão, ou nas missões. A obra de José António Rodrigues Pereira, *Marinha Portuguesa nove séculos de História*<sup>33</sup> propõe uma linha orientadora para o estudo e descrição das embarcações que se aventuraram pelo mar oceano, numa abordagem simples e assertiva sobre os conhecimentos técnico-navais, numa perspectiva evolutiva que nos parece comum aos reinos de Portugal e de Castela.

Não muito longe estão os capítulos de João Gouveia Monteiro e de Luís Miguel Duarte, na *Nova História Militar de Portugal*<sup>34</sup>, que traçam um panorama complexo que envolve os conflitos e os meios utilizados, sob o prisma dos recursos humanos e materiais que possibilitam a capacidade portuguesa em empreender acções navais a longa distância, fora do sistema habitual da navegação de cabotagem, e num contexto de rivalidade com Castela.

É uma nova perspectiva. Um contexto diferente onde os horizontes se alargam, na direcção do Ocidente e sobre o Sul, por cima do Oceano. Os objectivos assumem-se sobre novos caminhos, através de um espaço povoado de criaturas míticas, fantásticas e maravilhosas. Uma nova aventura que merece ser decodificada, como o fez Jaime Cortesão que na obra *Os Descobrimentos Portugueses*, acentua a passagem de um mundo mediterrânico conhecido ao pormenor que se parece «tornar numa simples divisória flutuante, onde se defrontam e combatem civilizações antigas»<sup>35</sup>. A Idade Média europeia acrescenta ao seu modelo basilar – o Cristianismo – a importância de uma nova

---

<sup>32</sup> GONZÁLEZ, J., «Conocimientos científicos técnicos de los guanches». *InfoNorte Digital, Memoria Digital de Canarias – Textos*. 2003, Gáldar (Gran Canaria). <http://mdc.ulpgc.es/cgi-bin/showfile.exe?CISOROOT=/MDC&CISOPTR=1434&filename=1440.pdf> [em linha, consultado em: 13/04/2015]

<sup>33</sup> PEREIRA, J., «Marinha Portuguesa. Nove Séculos de História», Lisboa: Edição da Comissão Cultural de Marinha, 1ª edição, 2010.

<sup>34</sup> BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. I, Rio de Mouro: Círculo de leitores, 1ª edição, 2003.

<sup>35</sup> CORTESÃO, J., *Os Descobrimentos Portugueses*, Volume I, Lisboa, edição exclusiva do Expresso, e produzido por Alêtheia Editores, Março de 2016.

visão marítima, que acentua a escala das navegações e a importância das novas capacidades oceânicas dos reinos do Sul sobre as tradições dos vikings.

Muito do trabalho desenvolvido sobre as incursões portuguesas no Atlântico tem sido feito por historiadores dedicados ao estudo do processo de expansão marítima portuguesa. Entre eles João Paulo Oliveira e Costa que na coordenação da obra *História da Expansão e do Império Português*, nos abre as portas à observação das primeiras expedições, precisamente as do tempo de Afonso IV às ilhas Canárias.

Num enquadramento mais geral sobre a expansão portuguesa importa sublinhar a edição sob a direção de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*<sup>36</sup>, obra de referência sobre a alvorada da diáspora marítima portuguesa, onde as Canárias recebem um tratamento introdutório, assim como o desfecho das intenções portuguesas sobre a posse do arquipélago, em dois capítulos distintos.

Alberto Vieira, no seu ensaio, *Los portugueses y las islas Canarias, Madeira, las Azores y la isla de Lanzarote*<sup>37</sup>, inicia a sua exposição citando Pierre Chaunu, ao referir-se ao facto de as Canárias terem sido «de facto um condomínio hispano-português». Destas considerações traça uma linha de observação conjuntural que aproxima a disputa pelo território insular entre os dois reinos ibéricos, que se havia de arrolar na estratégia de «expansão atlântica e diplomática de ambas as coroas».

O episódio das Canárias, serve para as duas coroas e principalmente para o reino português, como veículo para o avanço para reconhecimento do Atlântico, traçando áreas estratégicas de influência, bastante relevantes para um futuro próximo aquando, no século seguinte o processo expansivo português já se encontrava a navegar com ventos favoráveis.

Se as correntes de legitimação portuguesa em termos de direitos sobre o arquipélago, se iam esfumando no processo político-diplomático, militarmente Portugal fazia-se representar no terreno, com viagens de presença assídua nos anos seguintes a 1341, mas mesmo com esse cenário de vento favorável a Portugal, o processo de

---

<sup>36</sup> THORNTON, J., «Os Portugueses em África»; WOOD, A., «Padrões De Colonização no Império Português, 1400-1800» in BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (dir.) *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa: Edições 70, 2010, pp.145-148 e 175, respectivamente.

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, «Los Portugueses y las Islas Canarias-Madeira, Azores y la Isla de Lanzarote», Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico. <http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/aieira/lanzarote.pdf>, [em linha, consultado em: 10/01/2015].

reconhecimento de posse viria a estar sempre e desde o início do lado de Castela, até que com o tratado de Alcáçovas-Toledo, de 1479, tudo ficar entregue de uma forma definitiva, com o reconhecimento de posse das Canárias a Castela.

Todavia, como refere Alberto Vieira, «os portugueses dão-se por vencidos e não por convencidos com o domínio castelhano», mas a necessidade de definir linhas de influência estratégica, principalmente para Portugal, arrumava de um modo definitivo estas quezílias. Atente-se que com este tratado, Portugal teria mais a afirmar do que propriamente Castela, uma vez que do mesmo surgiria o reconhecimento de áreas de influência no Atlântico, mas isso só uns anos mais tarde viria a ter a sua relevância estratégica.

Alberto Vieira, numa observação panorâmica sobre as Canárias, traça no seu ensaio, a polémica entre observações historiográficas traçando um paralelismo de observação entre os dois principais historiadores espanhóis que mais se pronunciaram sobre o tema das Canárias, Buenaventura Bonnet, e Elias Serra Ráfols, e os portugueses José da Costa Macedo e o Visconde de Santarém, onde as opiniões divergem sobre a mesma questão, reforçando a importância da observação tendencial entre, para lá e para cá da fronteira.

Evidencia, Alberto Vieira, a análise em que se foram definindo as opiniões, e criando linhas de observação, com as influências nacionalistas, de parte a parte a advogar para si o direito de reconhecimento de posse, com esta linha de fronteira a ser limitativa na observação «da verdade histórica», e tem sido na cultura e desenvolvimento deste imaginário nacional que de cada lado da fronteira ibérica, se vão criando linhas de observação tendenciosas sobre o assunto. Todavia, é assente neste faccionismo das fontes narrativas, como refere A. Vieira, que se têm vindo a desenhar a linhas de observação sobre as Canárias, continuando neste ensaio com a disputa e o interesse da coroa portuguesa, arrastando-se como refere até Alcáçovas-Toledo, num ensaio recheado de fontes para a disputa mais tardia da posse pelo arquipélago.

Num outro ensaio, *As ilhas atlânticas para uma visão dinâmica da sua história*,<sup>38</sup> Alberto Vieira, traça igualmente essa interessante perspectiva atlântica, para os reis periféricos do território europeu, criando referência à importância que as ilhas que

---

<sup>38</sup> VIEIRA, A. «As ilhas atlânticas, para uma visão dinâmica da sua história», *Anuario de Estudios Atlánticos*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, 2004, pp. 219-264. <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/aea/id/1897> e em <http://www.madeira-edu.pt/portals/31/ceha/avieira/islas.pdf> [em linha, consultado em 10/01/2015].



polvilhavam o oceano, representando verdadeiros pontos estratégicos, nessa imensidão de água, encontrando-se referências ao Atlântico desde o remoto passado da antiguidade Clássica, de onde advém mesmo o seu nome de batismo. Alberto Vieira, baliza mesmo de certa forma, neste ensaio, a importância história com que se viriam a revestir, essas ilhas, numa verdadeira acção intermediária entre o litoral continental, europeu, africano e num rasgo mais para longínquo, com o espaço das américas.

A partir deste período em finais da Idade Média, nascido com o episódio das Canárias, cria-se um vínculo directo entre as ilhas e as áreas limítrofes continentais, fazendo a ponte entre a importância do oceano em finais da Idade Média, e os inícios da modernidade funcionando no apoio fundamental no cruzamento de rotas estratégicas seja ao nível mercantis, seja ao nível estratégico-militar. Termina Alberto Vieira, com uma referência a posição e utilização dos espaços insulares, em idades em que a aposta nas ilhas atlânticas figurava como desembargadora de espaços económicos, num momento inicial das aventuras oceânicas para verdadeiros *faróis do Atlântico*, no apoio as inúmeras travessias das embarcações que iam paulatinamente deixando nas águas atlânticas as suas esteiras.

Com Luís Adão da Fonseca, no seu ensaio *Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos a formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo*,<sup>39</sup> surgem-nos as definições estratégicas da Península Ibéria tendendo a principal observação para Portugal, numa visão voltada para o exterior, para o espaço comum a toda a península, o Oceano Atlântico, no início das preocupações marítimas do reino de Portugal, ainda no século XIII, e a estender-se até as influências portuguesas já entrados em pleno século XV. No entanto, remete-nos Adão da Fonseca, para a importância e a relevância do ponto de partida para a conquista atlântica, que reside no processo de Reconquista, terminado com a chegada de D. Afonso III ao Algarve em 1249. Deste modo, este é o principal factor da viragem de paradigma da política e dos objectivos régios, entrados no século XIV, uma vez que a conquista do Algarve, representa para Portugal, a abertura do Estreito de Gibraltar, e por conseguinte a penetração subsequente no Mediterrâneo, e com essa afirmação terrestre com o reforço

---

<sup>39</sup> FONSECA, L., «Portugal e o Mediterrâneo, Entre Castela e Marrocos a Formação da Fronteira Marítima nos Séculos XIV-XV e a Noção de Espaço Político Descontínuo». Porto: *Centro de Estudos da População Economia e Sociedade*, 2009, pp. 45-60. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56624> e <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56624/2/luisfonsecaportugal000133727.pdf> [em linha, consultado em 10/01/2015].

naval, a hipótese de poder asseverar na posse régia todos os territórios conquistados a Sul do Tejo.

É, pois, terminada esta etapa de solidificação de fronteiras, que faz revisitar na acção política de D. Dinis, a necessidade de desenhar para o reino «uma política marítima, e também naval». Era, por conseguinte, como apresenta Adão da Fonseca, urgente dar continuidade à conquista do Algarve, numa efetivação político-diplomática, mas sempre com a observação na imensidão de mar a sua frente, e dessa preocupação o esboçar uma verdadeira estratégia marítima, que servisse como garante dessa etapa de endurecimento do espaço geográfico como reforço da viragem ao Atlântico. Todavia relembra-nos igualmente no seu ensaio, as vicissitudes que acompanharam essa solidificação da fronteira meridional, e o que ela representou para a política externa entre Portugal e Castela, nomeadamente na chamada questão do Algarve, só serenada em 1267, pelo tratado de Badajoz.

Mas com a celebração deste tratado, chegava também um sinal, o de que o sistema como define Adão da Fonseca, estava também ele a alterar, na relação entre Portugal e Castela, uma vez que o diferendo pela sua zona raiana e o seu limite meridional voltado ao Atlântico se firmavam de um modo definitivo, dá-se por conseguinte por terminado o móbil legitimador das quezílias entre os dois reinos.

E é, por conseguinte, firmada com essa prerrogativa que Portugal passa a verificar a necessidade de definir uma política marítima, a que não está por certo excluída, o recebimento da Bula *Ad ea ex quibus* do papa João XXII, que confere ao rei de Portugal em 1319, a possibilidade de fundar a Ordem de Cristo, e no ano seguinte através da bula *Apostolice sedis*, também de João XXII, do reconhecido dado pelo papa à contratação por parte do rei português do genovês Manuel Pessanha para chefiar a esquadra de galés do reino, reconhecendo esta iniciativa como a continuação da reconquista como impulsionador do ideal de cruzada, conferindo deste modo toda a legitimidade à estratégia naval portuguesa<sup>40</sup>.

Como bem define Adão da Fonseca é, pois, quando terminado o processo de Reconquista, que a política régia de debruça na preocupação de considerar a necessidade de definir uma política militar para reino, proporcionando com esta mudança de paradigma uma outra linha de observação, e preocupação deixa-se de se fazer

---

<sup>40</sup> *Idem*, p. 48.

directamente a guerra no espaço geográfico confinado entre o limes interior e o espaço Atlântico próximo e bordejante, para passar a fazer a guerra num espaço, que embora afastado sobremaneira do território geográfico, se considera próximo e de forte influencia para a prossecução e afirmação dos limites entretanto alcançados e das políticas que de futuro se viriam a abraçar, com a preocupação atlântica do reino de Portugal.

Traçado este panorama da conjuntura Ibérica como enquadramento da viragem de Portugal para o mar oceano, findo o processo de reconquista, é importante a referência dual da posição geográfica de Portugal para fazer a ponte entre zonas de influência, entre o espaço setentrional e o espaço meridional da Península Ibérica, assim como as ligações que cada um desses espaços de influência, proporciona nas relações externas de Portugal e que Adão da Fonseca caracteriza.

Despontam deste modo, as definições de *primeiro Atlântico medieval*, na viragem dos séculos XII para XIII, quando se liga aos primários alvares de uma viragem europeia para o Atlântico, com a ocupação da «manga» que separa a Inglaterra da França, um braço de mar que se definiu como o «verdadeiro ponto de partida da história oceânica».

Tomando como referência a área limítrofe da Península Ibérica, a ligação e simultaneidade das duas principais coroas em disputa pelo oceano, Portugal e Castela, esta Península, que a natureza colocou numa posição geográfica favorável de entrecruzamento entre vários espaços marítimos, o «cruzamento entre diferentes mares», como caracteriza Adão da Fonseca, este território peninsular, palco de uma articulação histórica na aproximação do Atlântico ao Mediterrâneo, que virá a deter um papel fundamental no processo de viragem para o exterior quando se fala do desenvolvimento da história marítima ocidental quando nos dirigimos para os finais da idade Média.

Deste modo, traça-nos uma linha de observação em que a aproximação dos arquipélagos da Madeira, dos Açores e das Canárias, se enquadram como constituintes de um «Mediterrâneo exterior», numa verdadeira articulação de sinergias e influências que o levam a definir estes três arquipélagos, citando as palavras de Chaunu, de Mauro e Braudel como pertencentes a um verdadeiro «Mediterrâneo do Atlântico»<sup>41</sup>, numa certeza que estes dois palcos representaram os dois «grandes espaços marítimos» com maior

---

<sup>41</sup> Para uma observação mais desenvolvida veja-se a nota nº 2 do referido ensaio: FONSECA, 2009, *Op. Cit.*, p. 60.

relevância na história da Europa, encontrando nos reinos ibéricos uma dupla vocação para praticar estes dois mares.

Entra por conseguinte na observação de Adão da Fonseca, uma outra linha de observação marítima, o «segundo espaço Atlântico», sendo certo que já em finais do século XIV era praticado, recebe a sua verdadeira afirmação já entrados no século XV, com a abertura da rota do Estreito de Gibraltar, estendendo uma directa influência sobre o Mediterrâneo Ocidental, e que vem coabitar com a linha preponderante com o primeiro Atlântico, onde a Península Ibérica desempenha de certo modo, um papel relevante nessa aproximação e nessa troca de influências.

Desta posição central, nomeadamente de Portugal, neste quadrante de observação, recebe uma directa influência estratégica desses dois espaços marítimos, próprio de um reino periférico, bordejado comumente pelas águas dos “dois Atlânticos”, vivendo nesta dualidade de relacionamento, com uma alternância de interesses, umas vezes a norte, aproximando as influências a Inglaterra, (contrariamente aos interesses e a posição defendida por Castela) outras vezes numa aproximação aos interesses comuns partilhados com Castela, quando se dirige ao ponto de união mediterrânica, sendo do resultado dessa fronteira, a da entrada no Mediterrâneo, o ponto nevrálgico onde se arquitecta e afirma a primeira noção fronteira exterior, sobremaneira marítima, como o espaço que dividia a *Christianitas* do Islão, e simplesmente essencial para dessa forma delinear uma articulação diplomática com o reino vizinho de Castela, apontando mesmo Adão da Fonseca como uma «fronteira estratégica, de elevada importância».

Desta dualidade de opções, surgem as relações nem sempre pacíficas entre Portugal e Castela, e não poucas vezes, as correspondências de interesses entre os dois reinos se farão reflectir em divergências acérrimas, foram-no com a aproximação e entrada no Mediterrâneo, e virão a ser com o sulcar das águas atlânticas. Destas diferenças de interesses, estará sempre o mar, seja ele o Mediterrâneo, seja ele o mar oceano, no centro da discórdia, estará sempre o mar e a tentativa hegemónica do seu controlo, e nessa disputa Portugal e Castela defendiam bem o seu papel.

Todavia, além das observações de carácter visual para o exterior da Península Ibérica, importantes para o desenvolvimento do nosso ensaio, temos que observar o panorama geral, de uma Europa em formação, entre lutas intestinas, e de lutas com um inimigo vindo do Norte de África, que empurrava sobremaneira o limes dos reinos cristãos principalmente da Península Ibérica, o que nos faz recuar um tempo por forma a

tornar um enquadramento temporal das ocorrências dentro do seu tempo, e inserido na sua realidade civilizacional.

Sob o prisma da sociedade medieval, surge-nos uma observação generalista pelas Histórias Gerais, para uma caracterização societária antes e durante o processo de solidificação de fronteiras na Península Ibérica, e numa observação inserida no contexto europeu, que uma passagem enquadrante da Idade Média encontramos na obra dirigida por Umberto Eco, *Idade Média Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos* (Vol. I)<sup>42</sup>, assim como, *Explorações Comércio e Utopias*, (Vol. IV)<sup>43</sup>, fazem as honras temáticas, num quadro geral europeu.

No contexto nacional não está naturalmente presente a construção historiográfica sempre actual e crítica de António Borges Coelho, no *Portugal Medieval*<sup>44</sup> e na *Largada das Naus*<sup>45</sup>, que nos remetem a uma leitura quase visual sobre o desenrolar dos acontecimentos, numa Idade Média em terrenos de afirmação a caminhar para o mar.

No contexto mais específico sobre a questão da Questão das Canárias, o volume 46 da Revista Portuguesa de História, uma edição da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no artigo de Armênia Maria de Souza apresenta uma abordagem das fontes da Santa Sé, na atribuição e legitimação sobre a posse das Ilhas Afortunadas. Um trabalho interessante pela abordagem que suscita.

Em A. H. de Oliveira Marques<sup>46</sup>, encontramos uma contribuição com uma perspectiva geral sob a Arte da Guerra, num Portugal do século XIV, a viver em verdadeira conjuntura, legada dos tempos de D. Dinis, e na vigência de D. Afonso IV, numa sociedade de características muito próprias em que o exercício da força desempenhava um papel de relevo junto da classe nobiliárquica mais alta da sociedade, representando desse modo uma das mais prezadas actividades concebidas.

---

<sup>42</sup> ECO, Umberto, (dir.), *Idade Média – Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*, Volume I, Alfragide: Editora D. Quixote, 3.ª edição, 2014.

<sup>43</sup> ECO, Umberto, (dir.), *Idade Média – Explorações, Comércio e Utopias*, Volume IV, Alfragide: Editora D. Quixote, 1.ª edição, 2015.

<sup>44</sup> COELHO, A., «Portugal Medieval. 1128-1385», *História de Portugal*, Volume II, Lisboa: Editorial Caminho, 2010.

<sup>45</sup> COELHO, A., «Largada das Naus. (1385-1500)», *História de Portugal*, Volume III, Lisboa: Editorial Caminho, 2011.

<sup>46</sup> MARQUES, A., «Portugal na Crise dos séculos XIV e XV», *Nova História de Portugal*, vol. IV. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 1ª edição, 1987, pp. 335-364 e 490-564.

Oliveira Marques traça-nos uma observação da cultura e educação da sociedade medieval e da sua preparação para a guerra, onde o filho varão, recebia um enquadramento formativo inserido num processo de formação militar, e no seio de uma cultura militar, era a preparação da guerra e para a guerra que entrava no seio da sociedade medieval.

Para a nossa dissertação a observação de Oliveira Marques, apresenta-nos igualmente e aborda a conjuntura vivida em pleno século XIV, onde se enquadra o episódio das Canárias, e onde o conflito luso-castelhano 1336-39 ganha alguma centralidade, funcionando para uma aproximação ao entendimento conflituoso entre as duas coroas ibéricas.

De um modo geral as fontes e a bibliografia recolhida entre espécies editadas e de acesso livre em linha, traçam de um modo geral a conjuntura envolvente à questão central da nossa dissertação, a «questão das Canárias», não asseverando directamente ao tema versado, vão traçando um enquadramento essencial para o seu entendimento e avaliação, confrontando perspectivas e observando linhas de análise, e posteriores levando a formulação de hipóteses, e aqui são as fontes de enquadramento político-social à época.

Desse conjunto começava por destacar a «Monarquia Lusitana, na sua Parte Sétima», conduzida por Frei Rafael de Jesus, para a vida de D. Afonso IV, seus relacionamentos e atitudes em infante e depois de tomar a cadeira régia, com um levantamento descritivo, do conflito que opôs D. Afonso IV a Afonso XI de Castela, no desenrolar do episódio de desentendimentos matrimoniais entre este e a sua filha e rainha D. Maria.

No mesmo seguimento a *Chronica do Descobrimento e da Conquista da Guiné de Zurara*, e nas *Crónicas* de Dom Dinis, D. Afonso o quarto, de Ruy de Pina, que embora afastados do problema central, uma vez que este surgiu muito séculos depois da escrita dessas crónicas, narram com exaustão o desenrolar dos acontecimentos, entre relações ibéricas entre casamentos e separações como garantes de influencia estratégica no reforço de sinergias régias conducentes à aquisição de uma hegemonia ibérica cometido desde sempre no espírito guerreiro dos reis soldados de uma Península Ibérica a tentar encontrar o seu caminho de afirmação, num momento em que o mar já espreitava e ocupava as atenções régias, e o espaço terrestre se aprazia da tão necessária estabilidade para se poder treinar essa observação naval, e essa estava já a porta.

Todavia, dessas relações ibéricas, dependiam também a observação e preocupação da Curia papal, fosse de Roma ou de Avinhão, a preocupação central centrava-se na ameaça que o Islão representava para os reinos cristãos da Península, pelo que a observação dessas ameaças, juntamente com as discórdias intestinas vividas no seio da Península Ibérica, ao lutar quase sem um objectivo definido e tangível à observação atenta de quem de fora se dedicava a observar, leva a Santa Sé na pessoa dos respectivos papas, a deter uma observação atenta ao desenrolar das situações.

Todavia se as relações entre os dois reinos ibéricos não transpareciam tranquilidade, as relações entre o monarca português e a Santa Sé, assim como com o seu bispado, nem sempre gozaram de um relacionamento fácil, e é no estudo de Hermínia Vasconcelos Vilar, *No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos*<sup>47</sup>, que encontramos essa presença, e nos ajuda a perceber caracteristicamente a figura central de todos estes episódios, D. Afonso IV. Não se tratando de um estudo central para a nossa dissertação serve o propósito de conferir um paralelismo relacional do rei com as instituições seculares, nem sempre ou a maioria das vezes, não muito saudáveis.

Em suma, muitos foram os caminhos percorridos pela investigação, e durante o processo de pesquisa, sendo certo que não se trata de uma tarefa concluída, fica aqui patente a preocupação daqueles que ao escreverem a nossa História abordaram assuntos importantes e fundamentais. Queremos com a nossa dissertação ir ao encontro dessa discussão historiográfica, em torno da questão das Canárias. É nosso propósito desbravar mais caminho, relacionar evidências, entender propósitos e definir problemas.

É deles o grande contributo para este nosso trabalho, as diferentes perspectivas sobre o mesmo problema, visões diferentes e não coincidentes, assentes em pontos de partida diferenciados, mas que encorpam dúvidas e definem opções.

A bibliografia é vasta. Assim se saiba fazer as perguntas devidas. É o que nos interessa. Acrescentar ao estado da arte sobre a questão das ilhas Canárias durante o reinado de D. Afonso IV. Acrescentar discussão sobre as dúvidas em torno das relações entre Portugal e Castela. Observar o processo de solidificação de fronteiras, nas suas incertezas, e nas suas determinações. A política agressiva, a observação da importância

---

<sup>47</sup> VILAR, H., «No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos», *Lusitânia Sacra*, Lisboa: 2010, pp. 149-165.

geoestratégica que o arquipélago das Canárias representa para Portugal, para Castela, para o Islão, para a Europa e para a Santa Sé. São os nossos propósitos. Acrescentar e debater.



# I

## A PENÍNSULA IBÉRICA NOS SÉCULOS XIV E XV

### 1

#### O CONTEXTO POLÍTICO-MILITAR

Numa altura em que na Península Ibérica ainda se travam os últimos combates contra o Islão, Portugal tem as suas fronteiras terrestres definidas. E, nos acordos firmados em Alcanizes<sup>48</sup>, está impedido de intervir militarmente, por iniciativa própria, nas terras que agora estão na esfera de Castela. Impossibilitado de poder crescer por terra encontra no Oceano novas possibilidades.

As limitações diplomáticas não impedem a Coroa portuguesa de manter uma pressão constante, e até entrar em guerra, com Castela. São muitos os interesses que estão em conflito entre os dois reinos e, entre eles, a esfera marítima ocupará uma dimensão própria.

A sociedade e a economia portuguesa atravessava uma conjuntura adversa, decorrente não só das suas fragilidades estruturais em termos de recursos internos, como da impotência face ao alastramento da peste que assolou o reino, tal como no resto do continente europeu. As condições eram más, em termos gerais, o que acentuava e agravava as incertezas sobre os cenários políticos. As relações luso-castelhanas não viviam, de todo, a sua melhor hora. A desconfiança instalava-se entre os dois reinos.

De facto, os momentos seguintes à subida ao trono dos dois monarcas, em 1325, demonstram a existência de um clima de profundo desentendimento (com deterioração crescente) do relacionamento entre os dois reinos, materializado na confrontação territorial, e noutras divergências intestinas, com elementos da nobreza portuguesa a

---

<sup>48</sup> O tratado de Alcanizes data de 12 de Setembro de 1297. Foi celebrado entre os monarcas de Portugal e de Castela e põe termo ao conflito existente em várias zonas raianas. Pretende definir um modelo de equilíbrio político-militar entre as duas potências católicas e garantir uma estabilidade diplomática de longa duração.

procurar refúgio em Castela. O mesmo acontecia do outro lado. Procuravam, estes «exilados», apoios para as suas queixas e causas.

A cristandade ibérica está em efervescência interna e com preocupações manifestas com o exterior, sobretudo por causa da crescente actividade militar muçulmana. O perigo maior cai sobre os territórios castelhanos, situação que D. Afonso IV observa com muita atenção. As condições conjunturais são determinadoras de uma atitude cautelosa sobre a situação em terra. Contudo, a oportunidade parece radicar na exploração marítima. O controlo do Atlântico, particularmente, a preponderância naval sobre a latitude do Estreito de Gibraltar assume uma dimensão estratégica precisa.

Portugal olha para o mar enquanto possibilidade. E dispõe de meios navais. Recorde-se que a marinha de guerra vinha a ser reorganizada desde o reinado anterior. Existe uma política de construção naval, de engajamento de tripulações e de contratação de profissionais no Mediterrâneo. A missão às ilhas Canárias não será apenas um capricho do monarca, mas antes uma tentativa, uma necessidade, um ensaio para adquirir outras condições estratégicas que possam modificar os equilíbrios existentes.

As crises que afetam a Europa são, contudo, fator importante para observarmos o contexto nacional. O investimento em homens e meios navais carece de suporte económico e demográfico. Enquadrar uma marinha de intercepção, exploração e de conquista pode ser deveras arrojado. As guerras, as fomes e as epidemias assolam o continente europeu a partir do terceiro quartel do século XIV, obrigando ao retrocesso das demografias nacionais, com todas as consequências sociais que daí decorrem, contribuindo para quebras significativas na produção de excedentes agrícolas e originando uma consequente falta de alimentos. A terra parece não garantir a sustentabilidade dos europeus. E, como sempre, o litoral despoeva o interior. As pessoas aproximam-se dos centros mais desenvolvidos, onde se concentram aos milhares. E estão assim reunidas as condições propícias para o alastramento de doenças epidémicas, como a Peste Negra.

A constante instabilidade económica e social acrescenta pânico a uma Península Ibérica em busca de firmeza territorial. Para fazer face a essa endémica preocupação procura-se fazer desvanecer as preocupações demográficas e económicas com outros pontos de interesse voltados para o exterior onde a vontade de se lançar em novos empreendimentos, com missões embrionárias, pode impulsionar para lá do desenvolvimento das capacidades náuticas dos portugueses, outras formas de resolver e

contornar os problemas principais daquele tempo e daqueles espaços. Assumia-se uma predisposição para navegar. Um objectivo que faz surgir outros. Traz novos conceitos e novas formas de actuação. Novas técnicas e novas perspectivas estratégico-militares.



Fig. 4 – Península Ibérica após a Reconquista.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Coroa\\_de\\_Castela#/media/File:Corona\\_de\\_Castilla\\_1400\\_pt.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coroa_de_Castela#/media/File:Corona_de_Castilla_1400_pt.svg)

Essa esteira de desenvolvimento confere um contributo decisivo para a alteração do *status quo*. Portugal parece traçar, assim, outro destino no caminho para as Canárias. Esse caminho trilhado ao que se aponta a rondar o ano de 1336<sup>49</sup>, marca em associação, o início da guerra que oporia Portugal a Castela, e que se estenderia até aos finais de 1338 e primeiros alvares de 1339<sup>50</sup>, com tréguas fixadas em Talavera, onde a mediação do Papa, se revela determinante. Todavia, a situação político-militar da Península Ibérica, é caracterizada por um estado de guerra permanente, onde as duas coroas ibéricas, sempre desconfiadas uma da outra, estabelecem relações de apoio, motivadas pelo inimigo comum: o Islão.<sup>51</sup>

<sup>49</sup> Se tomarmos em atenção a carta de argumentação e resposta de D. Afonso IV ao Papa Clemente VI datada de 1344.

<sup>50</sup> SOUSA, B., (2005), *op. cit.*, p. 204.

<sup>51</sup> Veja-se sobre este assunto VARANDAS, J., *Bonus Rex ou Rex Inutilis [...]*, Tese Doutoramento em História Medieval, Repositório da Universidade de Lisboa, 2004, p. 15. [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/593/1/16199\\_Bonus\\_Rex\\_ou\\_Rex\\_Inutilis.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/593/1/16199_Bonus_Rex_ou_Rex_Inutilis.pdf) [em linha, consultado em: 20/05/2015].

Desta feita e vendo «para além do reino, as relações no âmbito peninsular»<sup>52</sup> entre Portugal e Castela, em pleno século XIV, e associando a esta observação os conflitos internos e a acção principal de luta contra o Islão, observamos as relações internas entre reinos em constantes e inconclusivos conflitos, de tal modo que a posição papal, tanto em Avinhão como em Roma, investe no alerta para os perigos iminentes de um inimigo da Cruz, e os conflitos entre as duas coroas cristãs, em nada ajudam. A Santa Sé está desassossegada com a instabilidade luso-castelhana. Sente que isso pode abrir o caminho para a ofensiva muçulmana. O Norte de África como espaço de apoio recuado recebe particular atenção.

O Papa Bento XII de Avinhão ocupa um papel determinante, de sensibilização e alerta, para a realidade fortalecida dos muçulmanos na Península Ibérica. Defende o diálogo entre os dois monarcas, exorta à paz, coloca um ponto final (se bem que temporário) num conflito muito pouco profícuo para a Cristandade. Neste quadro conjuntural, as relações entre reinos de uma Europa muito desunida e desconfiada e que atravessa uma grave crise económica e social bastante potenciada pela Peste Negra, ocupam um lugar de destaque, levando a uma preocupação generalizada. Quando pontuais conflitos internos fazem afastar da preocupação central dos monarcas a verificação do avanço de um inimigo, comum a todos, afectando a segurança da *Christianitas*, a atitude torna-se pragmática. É necessária uma política de alianças mais firme, capaz de enfrentar a ameaça do Crescente. Portugal e Castela devem assumir esse compromisso. Esta necessidade de aproximação define estratégias de paz. A Europa entende mal o conflito entre os dois reinos cristãos ibéricos. O fim de tal conflito é vital.



Fig. 5 - Papa Bento XII. Papa de Avinhão entre 1334-1342.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Conclave\\_de\\_1334](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conclave_de_1334)

<sup>52</sup> SOUSA, B., (2005). *Op. Cit.*, pp. 177-209.

Filipe IV, de França, observa e apercebe-se do perigo. A dinâmica muçulmana pode vir a afetar, a seguir, as suas fronteiras – pelo menos as do Mediterrâneo. Ordena à sua diplomacia que participe activamente, e envia um emissário, o bispo de Reims, com o propósito de mediar tréguas entre castelhanos e portugueses no sentido de uma paz firme e duradoura.<sup>53</sup>

Ao mesmo tempo, em Avinhão, o papa Bento XII, não obstante chamar a atenção para a importância das ligações de consanguinidade entre os dois monarcas ibéricos,<sup>54</sup> alerta para a urgência de se observar a posição estratégica muçulmana às portas de uma Europa frágil. A ameaça meridional existe e preocupa o líder da Cristandade.

Essa era a primordial preocupação da Cristandade, e esse era o esforço que se justificava da sua parte para mediar as tréguas, e assente igualmente nos intentos do rei de França, que via em passos largos essa temerária aproximação, pelo queurgia fazer olhar para a *Christianitas* como um ideal a não perder, uma vez que «a ênfase à ideia de Cristandade sobrepunha-se (ou devia sobrepor-se no entender da Igreja) a qualquer outra definição».<sup>55</sup>

Contemplamos esta preocupação da cúria papal em ver terminados os conflitos entre reinos cristãos que em nada de proveitoso contribuem para a dilatação da Cristandade, antes pelo contrário fortalecem o Islão, e no seio de uma Europa cristã, o caminho da *Christianitas* deveria ser o «laço mais forte entre os europeus».<sup>56</sup>

O papa exorta a participação de uma Igreja forte, a mediar os conflitos. Bento XII determina aos Arcebispos de Braga e de Santiago de Compostela para que também eles se juntassem aos seus votos de advertência em prol da paz, preocupado pelo perigo iminente que pairava. O da ofensiva muçulmana sobre o território cristão. Um perigo que poderia vir a testar a sobrevivência da fé cristã em prol da vocação muçulmana, e queurgia travar.

Esta política diplomática sobre a Península Ibérica com uma maior incidência nas relações entre Portugal e Castela, e a mediação da Santa Sé, virá a obter os seus frutos.

---

<sup>53</sup> Como melhor enquadramento da situação política e das relações intraeuropeias. *Vide* Bernardo de Vasconcelos e Sousa, (2005). *Op. cit.*, p. 201.

<sup>54</sup> Porque sendo tio e sobrinho, e genro e sogro, cumulativamente, não era de bom-tom uma discórdia tão estendida no tempo, uma vez que D. Afonso IV era irmão da mãe de Afonso XI, fazendo do monarca Castelhana sobrinho do monarca português, e aquando do casamento deste com a filha de D. Afonso IV, ficou a ser igualmente genro.

<sup>55</sup> VARANDAS, J., (2004), *op. cit.*, p. 12.

<sup>56</sup> *Idem*, *ibidem*.

Os esforços intensos para mediar a paz entre D. Afonso IV e D. Afonso XI, papel desempenhado em Outubro de 1337, por Bernardo de Albi, que como Núncio Apostólico enviado pelo Papa, faz chegar a D. Afonso IV, as letras de exortação papal, apelando à paz. O monarca português aceita considerar uma trégua pelo período de doze meses. Afonso XI viria do mesmo modo a concordar. Em 1338 suspendem-se as acções militares, mas a trégua é muito precária.<sup>57</sup>

Nesta conjuntura diplomática, temente da invasão muçulmana e favorável à existência de tréguas entre os dois reinos cristãos, tudo parece convergir no sentido de travar a ofensiva dos muçulmanos. E, como líder da *Christianitas* o Papa vê-se na necessidade de intervir nos conflitos europeus. Os bons propósitos de Bento XII e do rei francês concluem-se em Outubro de 1338, com as tréguas assinadas entre Portugal e Castela na localidade de Alcalá de Henares<sup>58</sup>.

Afonso IV mantém uma visão estratégica sobre a situação política. Embora armada, a ideia de paz com Castela assume contornos de necessidade e de interesse. Mas o quadro é mais lato. A diplomacia portuguesa está muito atenta às dinâmicas relacionais com Aragão. Interessa, e importa, fazer um jogo constante, mantendo precários equilíbrios políticos e relacionais que, pelas suas características intrínsecas, sustentam um quadro de relações entre poderes, influências, perigos e interesses.

Em termos gerais, as relações entre os reinos ibéricos gozam na sua essência de uma aproximação e ligação intensa, distribuída entre motivações políticas e militares, sempre na procura de um equilíbrio hegemónico no seio da Península. Essa sempre foi a pedra angular nas relações ibéricas entre monarquias cristãs.

Face a estas realidades o conflito luso-castelhano entre 1336 a 1339 assentou não só do incumprimento de promessas de casamento, mas de valores mais profundos e de novas linhas estratégicas em emergência. As dinâmicas marítimas e o posicionamento geográfico, os limites da terra e a atracção do mar, levam a outros espaços conflituais.

Todavia, se esse conflito constante entre o monarca português e o monarca castelhano, já se tornava endémico nas relações entre reinos, a acção diplomática de influência exterior, uma realidade objectiva, põe a nu as fragilidades que este tipo de conflito traz. Existe um mal maior. A erosão militar e económica poderia comprometer a

---

<sup>57</sup> SOUSA, B. (2005), *op. cit.*, p. 203.

<sup>58</sup> *Idem*, *ibidem*.

segurança geral. A disputa entre «irmãos» definia-se como contrária às regras da *Christianitas*.

Deste modo, na observação em abstrato do conflito luso-castelhano, podemos encontrar uma diferente proposição para além das suas limitações geográficas. E, como parte das influências de índole diplomática, descobrimos Portugal a preparar-se para o mar, ganhando autonomia, e motivando-se contra o Islão. O Oceano define-se como processo de acção. Frotas eficazes e competentes formam-se. Assume-se o poder naval enquanto objectivo e as velas enfunadas partem numa outra Reconquista, numa cruzada lançada sobre a terra norte-africana, prolongamento natural da Ibéria. Assim se parece conjugar o caminho que conduz a que as forças castelhanas e portuguesas se juntem no campo do Salado, contra o seu velho inimigo. Ali um contingente de mil lanças sob o comando directo do rei português,<sup>59</sup> vê-se coberto de glória ao derrotar o rei de Granada. Este reino *nazri* e as costas magrebinais estão ao alcance dos meios navais lusitanos. A esta dimensão estratégica nacional junta-se o poder naval de Aragão e a marinha de Castela, cujas forças buscam e destroem o sistema naval muçulmano, no Mediterrâneo Ocidental. O mundo medieval está a mudar.

A solidificação dos limites políticos em disputa entre os reinos ibéricos preenche a atenção e os recursos das Coroas entre os séculos XIV e XV,<sup>60</sup> deixando outras possibilidades na gestão de novas preocupações. Mas, se a fronteira terrestre oriental se encontrava estabilizada e definida, outra questão emerge. A ocidente, na costa e nos portos ribeirinhos, estão a ser lançadas ao mar embarcações portuguesas no espaço Atlântico. A preocupação continua a centrar-se na defesa do litoral e da entrada dos principais estuários, espaços sempre sujeitos à predação marítima magrebina. A defesa da integridade nacional executa-se, cada vez mais, longe da costa, com as missões navais a internarem-se para águas meridionais e, necessariamente, a aproximarem-se da latitude do arquipélago das Canárias. Será uma questão de tempo até as duas potências ibéricas se defrontarem pelo direito de soberania sobre aquelas ilhas.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> Sobre a descrição e a preparação para o combate veja-se A. H. de Oliveira MARQUES, «Portugal na Crise dos séculos XIV e XV», *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1ª edição, 1987, p. 500; sobre o mesmo assunto veja-se: Ângelo RIBEIRO, «A afirmação do país – da conquista do Algarve à regência de Leonor Teles», *História de Portugal*, vol. 2, dir. de José Hermano SARAIVA, Matosinhos: Editora Quidnóvi, 2004, p. 59.

<sup>60</sup> Excluída dessa atenção estariam os monarcas portugueses, uma vez que desde 1249, que esses limites geográficos e políticos, por parte de Portugal, já se encontravam afirmados, com a conquista de Faro durante o reinado de D. Afonso III.

<sup>61</sup> Sobre este assunto veja-se A. H. de Oliveira MARQUES (1987), *op. cit.*, p. 333.

Sendo certo que a demonstração medieval das capacidades navais portuguesas se fará, decisivamente, pelo Atlântico, na defesa dos seus direitos de afirmação, o estilo de guerra em curso, é ainda dominado pelo «modelo terrestre». A predominância técnico-tática, reflecte-se, ainda, pela abordagem directa do controlo de praças terrestres e combates no solo. Mas o Atlântico implica novas realidades e outras necessidades. A dinâmica militar irá pressupor a existência de novas intensidades de construção, recrutamento e exploração de meios navais. As missões estarão entranhadas pela adopção de um pensamento naval estratégico e as monarquias ibéricas, em particular, a portuguesa, assumirão uma outra dimensão. A guerra no mar irá defini-las enquanto modernas talassocracias.

Mas, vislumbremos o momento. A acção concreta. O embater das armas e a mesquinhez e sordidez da batalha. À violência do choque provocado pelo abalroamento, sucede-se a necessária abordagem das equipagens. Parecem pequenas batalhas terrestres, as que estes marinheiros travam, como se fossem soldados de infantaria, em luta corpo-a-corpo. Em bom rigor e como nos revelam as palavras de Oliveira Marques, «a marinha servia assim, essencialmente, para transporte do exército»,<sup>62</sup> desferindo duros golpes nas embarcações inimigas, e com isso provocava o inevitável desembarque em terra, onde tudo era muito mais favorável ao domínio das armas. O episódio das Canárias reclamado pelo rei de Portugal, ao que se aponta por volta de 1336, ou um pouco antes, mais do que uma questão militar e de direito de posse com a presença de forças militares no território, tratou-se, na sua generalidade, de uma questão diplomática, e se não se transformou num conflito naval, talvez tenha sido pelo facto de as duas potências estarem envolvidas num conflito terrestre de maior escala, onde jogavam todos os seus recursos. Contudo, tal aspeto não impediu que D. Afonso IV enviasse, em 1341, uma segunda expedição portuguesa, ou com portugueses, em direção às Canárias, num tempo em que já estava terminado o episódio do Salado. Esta questão desenvolveu-se numa gestão parcimoniosa entre os dois reinos, com a troca de embaixadas sucessivas, situação provocada pela reclamação de D. Afonso IV, em carta de resposta ao Sumo Pontífice Clemente VI, datada de 12 de Fevereiro de 1345, depois do reconhecimento dado pelo papa sobre a posse das Canárias ao nobre castelhano, D. Luís de la Cerda, em 1344.

De um modo geral o espectro das relações entre reinos medievais em discordância dependia sempre da existência dessas embaixadas em representação régia à Santa Sé, e

---

<sup>62</sup> *Idem*, p. 360.



sempre que um qualquer conflito pudesse assolar os domínios da cristandade, por forma a repor a necessária estabilidade. Muitas justificações régias estiveram na base do desencadeamento dos conflitos ibéricos, uns bastante esclarecidos e consideráveis, outros ainda numa nebulosidade de conhecimento que poderá suscitar algumas dúvidas. Todavia, sempre com o pretexto de resoluções antagónicas, assentando no verdadeiro espectro das relações bilaterais entre Portugal e Castela, a que não foi alheio a intervenção e a preparação militar das populações raianas que, paulatinamente, se adaptaram à realidade de comunidades militarizadas de limite fronteiriço e que interagiam deste modo para uma estratégia de defesa dos limites geográficos, assim como para prefigurarem uma protecção tática contra as ofensivas do inimigo.

Esse reforço raiano não foi alheio à observação e realidade do panorama socioeconómico e geral português, cujos poucos meios técnicos e recursos demográficos, impediam as hostes do rei de se deslocarem em constantes movimentações pelo território. O reino ia-se adaptando, cada vez melhor, à sua própria realidade e essa carecia de uma observação parcimoniosa dos recursos sobranes, não muito longe da estratégia interna dos outros reinos europeus, afetados por episódios epidémicos, sitiando recursos em detrimento de deslocações inopinadas.

Neste contexto-padrão de preparação para uma guerra de proximidade, passa o reino a estar dotado de uma disponibilidade constante, e permanente, nos limites da adaptabilidade geográfica, não só evocando a atividade de defesa, quando se aproximava um conflito, mas também e, principalmente, porque era necessário perscrutar a proximidade do inimigo e garantir a manutenção do estado de alerta perante a ofensiva inesperada das forças muçulmanas, ou castelhanas. Deste modo, ciente da sua posição estratégica, e do que ela poderia representar para o desenvolvimento do reino, D. Afonso IV, não hesita em explorar o Atlântico, para lá da geografia fronteiriça de proximidade.

Tomava-se, deste modo, o caminho do Atlântico, com as Canárias no topo da atenção portuguesa, surgindo como um projeto ambicioso, de certa forma continuador do processo de Reconquista, e possibilitador de libertar o acesso a outros espaços, já que Portugal estava impossibilitado de se deslocar por terra sobre os muçulmanos de Granada, por causa do estipulado no tratado de Alcanizes. Abordar o contexto político-militar português do século XIV necessita de compreender uma viragem do paradigma da guerra terrestre para a guerra naval, e do seu uso para atingir um fim bem determinado, o

alargamento do domínio de influência e, com isso, almejar melhor reforço estratégico, num palco até então pouco conhecido: o Atlântico.

Caracterizado como um soberano determinado, D. Afonso IV, liga a sua vida aos destinos do seu próprio reinado. O reino é um forte concorrente da hegemonia de Castela, e noutra perspetiva de observação, a reclamação das Canárias, faria voltar os olhares (e o destino) do reino para a imensidão do Oceano Atlântico. Era um desafio para o sétimo monarca português.

De um reinado herdado bastante próspero, e conflituoso no seu primeiro quartel, com problemas intestinos numa Península Ibérica a procurar a afirmação e o reconhecimento internacional surge a peste negra de 1348, e a consequente crise social e económica, fatores que associados ao nefasto episódio de Inês de Castro, a 7 de Janeiro de 1355, arrastaram o reino para guerra civil, opondo o Infante D. Pedro ao seu pai.

Contudo, estes fatores não provocaram um *acantonamento*<sup>63</sup> de Portugal, dentro da sua posição periférica e, citando B. Vasconcelos e Sousa: «[...] tudo aponta para que sob o governo de D. Afonso IV tenham sido levados a cabo iniciativas de vária ordem dirigidas para diferentes latitudes», a que se juntarão por certo as Canárias, aspeto aliado à vontade de prolongamento natural da Reconquista ao Norte de África, numa empresa militar de luta contra o Islão, focado que estava na observação de que os limites do Algarve se encontravam na ação direta e firme contra o inimigo. Por conseguinte, é de observar esta ação como proveitosa para Portugal, numa empresa de ataque àqueles adversários por mar, numa perspetiva de longo prazo, pensada já no tempo de D. Dinis, quando este se dedicou à contratação de especialistas nas coisas do mar e da guerra naval. Contratar o genovês Manuel Pessanha significava que «os caminhos do mar estavam, pois, em aberto»<sup>64</sup>.

Em atenção a este tema da nossa historiografia, que entra no cerne da nossa questão, Bernardo Vasconcelos e Sousa, refere que a questão das Canárias foi antecedida da luta contra o infiel norte-africano, com D. Afonso IV, a lutar inequivocamente para ganhar para o reino, o domínio dessas ilhas atlânticas, e ao parafrasear Luís de Albuquerque, refere que «se encontravam não muito afastadas da Costa ocidental do continente africano»<sup>65</sup>, marcando o momento de viragem, e figurando como transição

---

<sup>63</sup> SOUSA, B., (2005), *op. cit.*, p. 220.

<sup>64</sup> *Idem*, p. 229.

<sup>65</sup> *Idem*, p. 230.

para novos paradigmas, próprios da evolução dos tempos, e da determinação régia, projetos que ditaram, na transição para o século XV, um verdadeiro avanço no conhecimento tecnológico vencendo os medos escondidos pelo nefasto negro do desconhecido e dos monstros mitológicos que povoavam o oceano, e que uma vez “vencidos” se rendiam às quilhas lusitanas na exploração do Atlântico.

Dir-se-á, agora, que de um modo geral, no panorama europeu, que nenhuma destas fontes de desordem no dispositivo socio-económico-militar da Península Ibérica, são novidades na sociedade do século XIV. Antes pelo contrário, são transversais a uma Europa em formação. Os flagelos sentidos pela acção conflituosa, internos e externos, não parecem integrar o próprio cerne da perturbação que se fazia sentir, mas apenas o seu prenúncio, no agravamento das dificuldades e, onde se examinam as razões da transfiguração da sociedade derradeira da Idade Média. Despovoa-se o interior em detrimento do litoral, e onde a preocupação deixa de se fazer sentir no espaço interno para se virar para a dimensão marítima, observando os mastros com as velas a drapejar rumo ao desconhecido. A sociedade evoluía com o protagonismo de um reino fechado entre limites, que por amplitude da sua visão estratégica e de vontade própria, do seu monarca, alterava o rumo da política de um reino improvável, para se afirmar no mar, definindo uma identidade forte e um carisma de não resignação.

A Península Ibérica juntava, assim, numa solenidade diplomática um xadrez de interesses, onde em rigor estariam as melhores relações no topo das prioridades que permitiriam atingir os melhores objetivos, quer na observação de alianças, quer na definição das ameaças. Os equilíbrios entre reinos eram próximos, de certo modo, em capacidades e técnicas, e essa simetria revestia-se de uma transversalidade ibérica, fosse ela entre Portugal e Castela, fosse entre Castela e Aragão, ou de Portugal e Aragão. Todos estavam a um nível muito próximo, e não obstante as endémicas quezílias, urgia olhar em perspetiva *una indivisibilis* para a ameaça constante da ofensiva muçulmana sobre toda a Hispânia, onde nenhum dos reinos se encontrava de facto a resguardo desse perigo iminente.

## 2

### PORTUGAL E CASTELA A VISÃO DOS REIS, VÍNCULOS E CONJUGAÇÕES

O último ano do primeiro quartel do século XIV, marca uma viragem nos destinos de dois dos reinos ibéricos, Portugal e Castela, fruto da coincidência que reuniu no ano de 1325 a subida ao trono de dois novos monarcas. Em Portugal, e por morte de D. Dinis, ascende com trinta e cinco anos de idade, D. Afonso IV, filho do falecido rei e da Rainha Dona Isabel, enquanto no reino de Castela sobe ao trono D. Afonso XI, filho de Fernando IV de Leão e Castela, e de Dona Constança<sup>66</sup>, e que embora já empossado rei em 1312 com um ano de idade via, em 1325, terminar a sua menoridade régia, que o impedia de assumir as plenas funções de monarca, vendo-se forçado a viver treze anos sob regência.

No entanto e em razão do contorno exterior dos poderes renovados com a subida ao trono destes dois novos monarcas, importa fazer uma retrospectiva do quadro institucional vigente na Península Ibérica, instantes antes de 1325. O que aí vem irá marcar a entrada num novo período, recheado de intervenções marcantes, que irão condicionar os tempos seguintes. Temos, no plano político-social no reino de Portugal, D. Afonso IV que recebe um «[...] Reyno em grande prosperidade, & muyto assesego, porque os achou em segura paz, muyta amizade cõ todos los Reys, Principes Christãos, & as gentes, & vassalos deles muy ricos, & abastados, & sobre isso erdou muyta fazenda, & grandes Thesouros, que ficaram delRey D. Dinis seu padre [...]».<sup>67</sup> É este o panorama observável em 1325, com um novo rei, que recebe de seu pai um reino estável e em paz com os vizinhos, apesar das quezílias internas entre pai e filho, que duraram de 1319 a 1324, pelas dúvidas e tendências na sucessão da cadeira régia, uma vez que a propensão do monarca recaía num seu filho bastardo, Afonso Sanches, em detrimento do Infante D. Afonso, seu único filho (varão) legítimo.

Apesar das relações entre os reinos cristãos peninsulares se encontrarem estáveis, e num salutar princípio de afinidade, o mesmo não se pode dizer das relações intramuros. Portugal, nos derradeiros anos do reinado de D. Dinis atravessava uma constante guerra

---

<sup>66</sup> Filha do Rei D. Dinis e, por conseguinte, irmã do futuro rei D. Afonso IV.

<sup>67</sup> PINA, R., *Chronica Del Rey D. Afonso o quarto*, Lisboa: Ed. Biblion, 1936, p. 1. [http://purl.pt/339/5/hg-25075-p\\_PDF/hg-25075-p\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-25075-p\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/339/5/hg-25075-p_PDF/hg-25075-p_PDF_24-C-R0150/hg-25075-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf) [em linha, consultado em 10/01/2015].

civil entre o pai e o herdeiro do trono, o príncipe D. Afonso<sup>68</sup>, vivendo-se um estado permanente de instabilidade, com múltiplos conflitos, opondo a facção do jovem herdeiro à das hostes reais. Esta distorcida situação política, centrada na sucessão régia, leva o herdeiro da coroa, a rodear-se de apoiantes da sua causa. E não precisava de os convencer, pois uma parte da nobreza estava descontente com o monarca reinante, por causa das políticas centralizadoras de D. Dinis<sup>69</sup>, que eram lesivas para a nobreza de primeira linha. Facilmente apoiariam o *Infante Rebelde*<sup>70</sup>. Os apoiantes da causa do Infante D. Afonso, além de militarem contra as hostes régias, alimentavam ainda mais a discórdia entre os dois pontos divergentes, porque independentemente dos delitos praticados nessa rebelião, passavam a gozar, também, fruto dessa adesão incondicional, de uma imunidade a toda a prova, sendo acolhidos pelo Infante, «que os protegia impedindo a justiça régia de se abater sobre eles».<sup>71</sup> Temos, então, os intentos do jovem príncipe, por um lado, e os desígnios de uma nobreza ferida no seu estatuto, por outro, com cada um a advogar as suas causas, mas que unidos iam cumprindo os seus propósitos de revolta perante os ofícios régios, díspares no argumento, mas iguais na motivação. Achava-se, portanto, o jovem príncipe, suportado no apoio de uma nobreza ainda pujante, obrigado a uma guerra civil, que o fazia envolver numa disputa em duas frentes: uma contra o seu pai e soberano; e outra contra o seu meio-irmão, Afonso Sanches.

Estes vários conflitos viriam a ter, não poucas vezes, a mediação externa, tanto por parte do clero, como pela rainha-mãe, Dona Isabel,<sup>72</sup> que apoiava o filho, chegando, inclusivamente, a receber ordens do monarca seu marido para se deslocar para Alenquer<sup>73</sup>, por forma a não se encontrar perto de D. Dinis, e assim não o avisar, dos intentos ofensivos do pai.

Entre avanços e recuos, e ações mediadas, assim se ia sustendo o diferendo que se arrastou de 1319<sup>74</sup>, até a obtenção de um acordo de paz em 25 de Fevereiro de 1324<sup>75</sup>, acordado pelo jovem príncipe, onde aceita a proposta de tréguas, desde que Afonso Sanches fosse expulso do território português, e que fosse destituído das suas distinções.

---

<sup>68</sup> O futuro rei, D. Afonso IV.

<sup>69</sup> SOUSA, B., (2005), *op. cit.*, p. 54.

<sup>70</sup> *Idem*, p. 32.

<sup>71</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>72</sup> *Idem*, pp. 47, 51 e 52.

<sup>73</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>75</sup> *Idem*, p. 48.

Requisito este que viria a ser aceite pelo monarca, levando Afonso Sanches a ter de encontrar exílio em Castela com a sua família.



Fig. 6 - D. Afonso IV rei de Portugal

<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/afonso4.html>

Em Castela, até 1325, o ambiente não se encontrava melhor. Vivia-se, aí, em constante sobressalto, com acérrimas lutas políticas durante a menoridade do rei de Castela, D. Afonso XI. O reino vivia sob regência, dividido entre várias fações nobres, onde cada parte buscava os favores do jovem monarca. Sobretudo, após a morte da sua avó, D. Maria de Molina, em 1321, a regente do reino. Só em 1325, ao fazer 14 anos de idade, atingia a maioridade. Neste mosaico conceptual, na diplomacia ibérica, traçam-se acordos de aceitação e de reforço de outros compromissos celebrados pelos antecessores régios, confirmando, em rigor, o que Bernardo de Vasconcelos e Sousa designa como «contrato de confirmação»<sup>76</sup>.

Encontrava-se a Península Ibérica, à entrada do segundo quartel do século XIV, exposta a variadas erupções internas, desbaratando esforços para alcançar posições individuais em determinados centros de poder, partilhando entre si, cada um dos reinos efervescentes, os exilados que procuravam refúgio e que eram dissidentes dessas combustões. As Coroas repartiam, como melhor lhes convinha, o acolhimento dos degredados, apaziguando efeitos e impulsionando consequências de intervenção directa nas questões internas de cada uma das administrações régias. As casas reais estavam próximas e ligadas por laços de consanguinidade provenientes dos vários casamentos, que são exemplo das estreitas ligações familiares e políticas entre os dois reinos<sup>77</sup>.

<sup>76</sup> *Idem*, p. 178.

<sup>77</sup> Sobre este assunto veja-se o enquadramento efectuado por SOUSA, B. (2005), *Op. Cit.*, pp.188-189.

Temos, portanto, dois monarcas em posições idênticas, (em termos de instabilidade interna), aquando da subida ao trono. Mas atente-se ao fator da experiência governativa. Um, D. Afonso IV, já era adulto e preparado para o exercício da função régia. O outro, D. Afonso XI, munido de menos experiência organizativa e de liderança militar, porém rodeado de forte gente, se afirmava perante uma nobreza também ela exaurida nos seus propósitos aristocráticos<sup>78</sup>.



Fig. 7 - Afonso XI rei de Castela

<https://vramon1958.wordpress.com/2014/05/30/madrid-bien-merece-una-frase/>

Com D. Afonso IV encontramos um guerreiro, estratega e visionário, um governante ciente dos seus intentos, e preparado para liderar. Sagaz sobre as causas e centros de influência, aproveitava as fragilidades da administração do seu pai, procurando dotar-se de apoios recentes para fazer valer a sua posição. O rei é forte e decidido a pacificar o seu reino. Para isso era vital não interferir nos destinos e nos assuntos internos do reino de Castela, a não ser quando chamado para auxiliar contra as forças islâmicas, na batalha do rio Salado, onde a presença portuguesa foi determinante para o sucesso da refrega. Não necessitava, D. Afonso IV, de interferir diretamente nos destinos castelhanos, uma vez que «muytos confidentes tinha elRey D. Affonso o Quarto na Corte de Castella, que por horas lhe davão avizoz de tudo, o que nella se dizia, & se intentava: com tão destra intelligencia, & sagacidade, que se lhes não escondia o mays oculto segredo»<sup>79</sup>, restando-lhe agir quando a necessidade se tornasse imperativa.

<sup>78</sup> Vide SOUSA, B., (2005), *Op. Cit.*, p. 180.

<sup>79</sup> JESUS, R., *Monarquia Lusitana*, parte sétima, contem a vida de el rey Dom Affonso o quarto por excellencia o bravo, Lisboa, editor António Craesbeeck de Mello, 1683, p.380. <http://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5QadvFiSD7FiED85Cut7DjG5RdrS3V1zo>

Para lá da inteligência estratégica, a relação entre D. Afonso IV e D. Afonso XI, havia de ter os seus momentos de compromissos e alianças, através de casamentos por acordo tácito entre núcleos de interesse, que levam o monarca castelhano a procurar o reforço da sua política. Atua Castela em duas linhas estratégicas, inicialmente com a celebração de esponsais entre a filha de um opositor interno do reino, D João Manuel, na tentativa de o inserir na proximidade régia através do casamento com a filha D. Constança e, assim, apaziguar a má vontade daquele em relação ao rei. Mas tal compromisso não se viria a realizar.



Fig. 8 - D. João Manuel, nobre castelhano e opositor de D. Afonso XI.

<http://rutacondelucanor.es/el-conde-lucanor/>

Se a corrente interna de apaziguamento não estava conseguida falhando a celebração do casamento com a filha de D. João Manuel, o rei tentava a paz e a estabilidade interna no exterior. D. Afonso XI propõe constituir esponsais com a filha de D. Afonso IV, a infanta D. Maria. O jovem monarca castelhano procura agir de acordo com os diversos fatores e problemas que o seu reino atravessa. Este casamento traria um importante e forte aliado, o rei de Portugal, o que possibilitava a constituição de uma aliança estratégica entre os dois reinos e um bom suporte para a legitimação do seu poder régio<sup>80</sup>. O início do reinado do jovem monarca assenta, deste modo, no reforço das ligações com Portugal. Não podemos esquecer que a mãe do rei castelhano era D. Constança, filha de D. Dinis, e irmã de D. Afonso IV, o que fazia de Afonso XI sobrinho do rei português. O casamento com a filha de D. Afonso IV tornava-o, não só sobrinho, como genro do rei de Portugal.

[6OguaVjgicgcHw3Yi4sVGlaf9tU3r6PQeNLCjit3gwt6ytFvVkAO9H5PivOJI434deEmbm0eXzBA5Y8DIVEU\\_DWoLKVLF8mo23JDEmxypM\\_fz5Pba7Zq\\_ZEjVPHH9pHlyYtOjmfBi0xkP0Kqo7pqd7Hc3QPD9DxxYzUXITsR6ctNIKjm7\\_S2GoeSnO6A-Q5P\\_I0aB6Pjr8GI\\_ghfBImylmdgiQsm7Azjs2zzca\\_CAWfRiW0j3lhyQ3RtpOPEFJcU3o5Yyy6qiL1OpVbk](http://6OguaVjgicgcHw3Yi4sVGlaf9tU3r6PQeNLCjit3gwt6ytFvVkAO9H5PivOJI434deEmbm0eXzBA5Y8DIVEU_DWoLKVLF8mo23JDEmxypM_fz5Pba7Zq_ZEjVPHH9pHlyYtOjmfBi0xkP0Kqo7pqd7Hc3QPD9DxxYzUXITsR6ctNIKjm7_S2GoeSnO6A-Q5P_I0aB6Pjr8GI_ghfBImylmdgiQsm7Azjs2zzca_CAWfRiW0j3lhyQ3RtpOPEFJcU3o5Yyy6qiL1OpVbk) [em linha, consultado em 11/04/2015].

<sup>80</sup> Vide, SOUSA, B. (2005), *op. cit.* p. 180.



Estes laços de consanguinidade não pareciam agradar muito à Santa Sé. Contudo, numa perspectiva de fortalecimento do poderio cristão na Península Ibérica, o papa entende ser mais profícuo para os intentos da cristandade a capacidade militar, remetendo para um segundo plano os problemas de consanguinidade.

Se as boas relações após o casamento, celebrado em 1328<sup>81</sup>, saíam reforçadas, passado pouco tempo começam a definhar. Alcançada a autonomia no exercício do poder, as atitudes e intenções do monarca castelhano mudam de rumo e, neste alterar de condições, a relação matrimonial começa a degradar-se, fato que muito desagrade ao rei D. Afonso IV. Os conhecidos maus tratos à infanta portuguesa ajudam a deteriorar o quadro relacional e diplomático entre os dois reis. D. Afonso IV aproxima-se de novo do grande opositor ao rei castelhano, D. João Manuel, e acordará esponsais entre o príncipe herdeiro português e D. Constança Manuel, filha do fidalgo castelhano. Acorda-se a firme amizade entre D. João Manuel e o reino de Portugal, firmando uma linha de oposição ao trono de Castela, e no terceiro ponto do acordo celebrado, consta «[...] que a coroa de Portugal lha assistiria com seu auxilio nas occazioens em que delle necessitasse, & o pedisse: com as limitaçoens. Cõ que da sua parte se obrigava a servir os Principes Portuguezes [...]».<sup>82</sup>

Nascem os primeiros alvares dos diferendos que viriam a opor os dois monarcas ibéricos. Mas não sem antes o monarca castelhano, preocupado com aquele enlace, ter tentado, numa tentativa frustrada, aproximar-se de D. João Manuel. Mas não consegue impedir que se celebrasse o contrato de casamento. O ambiente ibérico estava ao rubro, com D. Afonso IV a declarar guerra a Castela, que duraria entre 1336 e 1339. O conflito desencadeia-se, inicialmente, por discordância em relação à ação praticada pelo monarca castelhano ao tentar impedir a deslocação da filha de D. João Manuel para Portugal. O desenlace destes diferendos levaria ao arrastar das hostilidades entre Portugal e Castela até ao ano de 1340, suspensas quando D. Afonso XI solicita apoio a D. Afonso IV para contrariar a ação ofensiva perpetrada pelas hostes muçulmanas, a partir do reino de Granada, e que aproveitaram a instabilidade entre os dois reinos cristãos, para ganhar posição.

Desta feita, o decorrer dos primeiros quinze anos do reinado dos dois monarcas, distribuiu-se entre pactos, consórcios e, particularmente, diferendos, mas com alguns

---

<sup>81</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 190.

<sup>82</sup> JESUS, R., *op. cit.*, p. 348.

resultados de entremeio de enlances diplomaticamente férteis em anuências de parte a parte. A questão jogava-se em torno da afirmação régia de ambos e da luta pela hegemonia, mas não ultrapassando os limites do jogo diplomático de palavras. Como afirma Bernardo Vasconcelos e Sousa: «[...] não sendo por acaso que a batalha em campo aberto, com os dois exércitos régios frente a frente, jamais teve lugar [...]»<sup>83</sup>.

Todavia, todo este quadro de controvérsias entre os dois reinos cristãos, contou com uma figura central para o apaziguamento dos rivais. Foi o papa Bento XII<sup>84</sup>, que se desmultiplicou em iniciativas diplomáticas, enviando representantes e cartas dirigidas a ambos os reis, na tentativa de terminar com os confrontos. Esta instabilidade e agressividade trazia à Santa Sé, uma grande preocupação, por causa das movimentações estratégicas muçulmanas a partir de Granada, e o receio de alastramento da sua influência ao resto da Península Ibérica. Esse perigo iminente podia levar a um retrocesso muito prejudicial à Reconquista cristã. Os conflitos internos entre reinos cristãos poderiam deitar por terra todo o esforço conseguido. Restava ao papa, dirigir missivas exortando à paz entre Portugal e Castela, promovendo a reconciliação. Para isso solicitou a intervenção direta do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira, e do arcebispo de Santiago de Compostela. Todos os meios serviam para atingir um fim. O de conseguir a paz entre D. Afonso IV e D. Afonso XI.

O papa, nestas diligências, expunha a sua posição enquanto representante máximo da cristandade, com a sua autoridade maior e superlativa perante os reinos cristãos, ordenando que se chegasse à paz, de forma a impedir uma nova ofensiva sarracena, fato que os dois reis pareciam descorar. Entre o envio de emissários e de cartas papais destinadas a serenar os ânimos dos dois reis ibéricos, chega-se por fim a um acordo tácito de tréguas, por doze meses, aceite por ambas as partes, que sendo uma trégua precária, como a define Bernardo de Vasconcelos e Sousa, conta com a participação mediadora de Bento XII, que em 1338, volta a escrever aos dois monarcas, para que dentro dos esforços possíveis, evitassem qualquer diferendo que pudesse deitar por terra todos os esforços de tréguas. Continuando a seguir Bernardo Vasconcelos e Sousa, temos um papa perseverante, que de uma «forma hábil e cautelosa como sempre se dirigiu aos dois reis, evita tomar partido por um ou por outro»<sup>85</sup>, para não ferir suscetibilidades. E, se é certo, que sem a ação directa do Sumo Pontífice, na mediação do conflito, a trégua não teria

---

<sup>83</sup> SOUSA, B. (2005), *op. cit.*, p. 201.

<sup>84</sup> Papa em Avinhão entre 1334 e 1342.

<sup>85</sup> SOUSA, B., (2005), *op. cit.*, p. 204.

sido celebrada, e embora não sendo imediata, contou com um período de acerto de pormenores, entre o final de 1338 e o início de 1339, contando com a participação de outros representantes, entre os quais, o embaixador do rei de França. Este processo levaria à elaboração de um tratado que punha fim às ações beligerantes. Podia-se celebrar, por fim a paz. A trégua perdoava todos os males e malfeitorias provocados pelas partes, e a consequente restituição de praças e povoações tomadas durante o conflito.

Esta vivência, latente, entre a paz e a guerra, caracterizaria os reinados de D. Afonso IV e de D. Afonso XI, com jovens princesas a serem alvo de arranjos políticos, no sentido de criarem pontos de equilíbrio nas relações, numa procura incessante de alianças que pudessem proteger de intentos exteriores as duas monarquias. A Península Ibérica surge como um palco estratégico, espaço avançado da cristandade, cenário dos mais díspares confrontos entre cristãos e muçulmanos, e contexto geopolítico incendiado intestinamente, na luta incessante entre os monarcas de Portugal e Castela.

Numa altura em que a hegemonia ibérica ressurgia no panorama diplomático e de influência, depois de uma guerra que opôs Portugal e Castela durante quatro longos anos, fazia sentido retomar o esforço de cooperação militar, voltando-se os dois reinos para a guerra contra os infiéis. Este foi um fator que contribuiu, sobremaneira, para o engrandecimento do seu poderio militar, tanto individualmente como em conjunto, reforçado pelo reconhecimento da Santa Sé, que afirmava a Península Ibérica como a linha avançada da cristandade, na luta contra o poder muçulmano. Na batalha do Salado as forças cristãs apresentam-se imbuídas de um forte espírito de cruzada motivado pela necessidade de travar a dinâmica militar do Islão.

Este feito notável, fruto da congregação de sinergias régias, viria a ter o seu momento alto com uma celebração, onde os dois monarcas são homenageados em simultâneo, brindados com uma entrada solene na cidade de Sevilha, celebrando assim, um poder bicéfalo, com a vitória sobre o inimigo a marcar uma aproximação entre os dois monarcas.

Temos, desta feita, em observação, o que comumente hoje designamos por geoestratégica. A defesa dos dois reinos não terminava apenas nas suas delimitações políticas, mas no todo, que era formado pelo conjunto dos reinos cristãos. Nessa combinação de sinergias estaria o poder de uma Península Ibérica com as suas delimitações geográficas definidas, voltada para um Oceano Atlântico, ainda desconhecido, e para o Mediterrâneo, mar já sulcado desde à séculos. A isto junta-se a

importância decisiva sobre o controlo de um estreito, que era a porta de ligação entre o conhecido e o desconhecido, não perdendo de vista que a sul aparecia uma África pouco explorada e um sistema comercial a necessitar de novas rotas. Como escreve Frei Rafael de Jesus, na «*Monarquia Lusitana*», Parte Sétima, na página, 347, «o que se espera não espanta» e, desta feita, reuniam-se as condições estratégicas, aliadas à determinação de um monarca com as suas fronteiras estabilizadas e preparado para encetar o primeiro projeto marítimo de Portugal. Serenadas as hostilidades entre Portugal e Castela, surge agora um novo paradigma, o Mar Oceano, que Portugal quer explorar. A Península Ibérica deixa, para os portugueses, de ser o único ponto de focagem. Agora o vetor de ação passa para o Atlântico, nova via de afirmação da autonomia e da independência. O Atlântico irá levar à convergência e à divergência de interesses entre os dois reinos ibéricos, com o surgir da questão das Canárias, da sua posse. Aqui, Castela vai ganhar a dianteira. Solicita ao papa Clemente VI, através de um nobre castelhano, que fosse reconhecida a posse do Arquipélago.

## II

# UMA DIMENSÃO EUROPEIA

### 1

## A SANTA SÉ E A MEDIAÇÃO DO CONFLITO

Numa análise do espectro político-social da Península Ibérica, e olhando para Portugal, observamos que por volta do século XIV, as relações de autoridade entre o poder temporal e o poder espiritual, assumem novas tensões. Os sistemas são dicotómicos e de clivagem entre as monarquias, tendencialmente mais soberanas e centralizadoras, e o Sumo Pontífice. Os reis cada vez mais consideram e assumem que a sua autoridade é indiscutível, provém de Deus. Mas na cadeira de S. Pedro, os papas afirmam-se investidos de superlativos poderes<sup>86</sup>. O papa era o mais alto dignatário de Deus na Terra, tendo uma autoridade reconhecida para se envolver nos mais diversos domínios de influência de «estado»<sup>87</sup>, e com uma forte presença nas políticas económicas, culturais e estratégicas, dos reinos europeus. O choque entre o poder civil e o poder eclesiástico é uma constante, que continua desde os inícios do século XIII.

Dentro deste quadro conceptual, e como reino da *Christianitas*, é seguro afirmar que Portugal mantinha contactos com a Santa Sé, facto que Oliveira Marques assinalava no final dos anos 80 do século passado. Os contactos seriam frequentes e, em grande parte, de natureza exclusivamente eclesiástica<sup>88</sup>. Embora os contactos diplomáticos, de índole civil, estivessem igualmente presentes com a presença efetiva na Santa Sé de embaixadores e o envio de emissários à cúria papal, para solicitação de apoios e mercês. Como consequência desse facto, e para se valer desse reconhecimento, o papa procedia ao fortalecimento das ligações com o envio de plenipotenciários de natureza religiosa, que vindo tratar de assuntos da política nunca descuravam os aspetos financeiros e

---

<sup>86</sup> Embora já em trajetória descendente.

<sup>87</sup> Nos reinos cristãos.

<sup>88</sup> MARQUES, A., (1987), *op. cit.*, p. 322.

comerciais<sup>89</sup>. A Igreja detém uma forte influência na identidade da sociedade medieval europeia, onde o papa usufrui de uma predominância ainda muito incontestável, mas aqui e acolá, perturbada por uma trajetória de outro tipo de autoridade e de poder.

A posição teocrática, gerida de modo cauteloso pelas regências ibéricas instituídas, faz orientar de uma forma parcimoniosa os competentes interesses internos de cada reino. Isto está patente nas mais altas mercês papais conferidas, que nunca poderiam deixar de se encontrar salvaguardadas, correndo-se o risco da atualização da sua *auctoritas*, na valência da aplicação da excomunhão, sempre que não fossem acautelados esses princípios, ou os mesmos fossem contrários aos mais altos valores da *christianitas*, e com esta punição, encaminhar à temerária condição de interditados, todos os sujeitos de um reino, uma vez amaldiçoado o monarca. Os súbditos eram arrastados para a desgraça perpétua. Estavam impedidos de se confessar e de serem, por isso, absolvidos. O pecado sem tratamento impedia o fiel excomungado de, no final da viagem terrena, de entrar no Éden celeste.

Numa observação político-ideológica da figura do Sumo Pontífice, visível na liderança deste período medievo, outro dos fatores relevantes da política moderada na Europa, era o da condição de mediador que a Santa Sé assumia na personificação do seu representante máximo. O papa era uma figura dotada de um poder irrevogável sobre tudo. Fosse no contexto dos problemas diplomáticos, entre reinos em formação, na definição de fronteiras, ou na gestão de conflitos, quando os mais variados interesses nacionais estavam presentes, e sempre que a diplomacia entre as partes envolvidas não encontrava a luz ao fundo do túnel. O papa era determinante para uma manutenção concordatária, definindo novas rotas e novos destinos aos soberanos. Um problema, como veremos.

Das diversas dimensões que o relacionamento diplomático-religioso pode tomar entre Portugal e a Santa Sé, no desenrolar do século XIV, a designação de reino cristão remete para um estado de submissão ideológica ao papa, fazendo jus a um contato de proximidade e de definição, que viria a ficar conturbado com a questão do Grande Cisma do Ocidente (1378-1409)<sup>90</sup>. Dois papas surgem, um em Roma e outro em Avinhão, e Portugal e todos os reinos cristãos, são forçados a optar<sup>91</sup>. As opções dos monarcas, neste contexto, incluem a possibilidade de alternarem, conforme os intentos da diplomacia régia, na busca do papa que aprovesse melhores garantias de reconhecimento e de

---

<sup>89</sup> *Idem*.

<sup>90</sup> Cf. MARQUES, A. (1987), *op. cit.*, p. 323.

<sup>91</sup> *Idem*, *ibidem*.

solução. Da mesma forma, ambas as cúrias, na ansiedade de obter a sua legitimação, se colocavam ao serviço dos reis. Adivinha-se a perda de influência do papa e o surgimento de um poder régio cada vez mais forte. A *Christianitas* vai mudando de tonalidade.

Colocada esta linha de análise, observemos a realidade da ação da Santa Sé na questão das Canárias durante o reinado de D. Afonso IV, como mediadora do conflito que opunha Portugal e Castela sobre a posse daquelas ilhas. O fruto da decisão papal, sai reforçado com a emissão de uma bula de reconhecimento de direitos sobre a posse daquele arquipélago emitida em nome de D. Luís de La Cerda. Esta decisão colca as ilhas sob o domínio castelhano, em detrimento das considerações reclamadas por emissário do rei de Portugal junto da Santa Sé. Os decretos emitidos são como legitimadores do poder de mediação do Sumo Pontífice na resolução do conflito de interesses, sendo este género de intervenção uma constante no processo de reconhecimento e colonização daquelas ilhas atlânticas. Todavia, a prerrogativa da Santa Sé, sobre a posse das Canárias, viria a reacender as quezílias de parte a parte, para a reposição da «verdade»<sup>92</sup>, sobre quem devia ter o direito de posse das ilhas, o que embora refletindo um novo impulso na política visionária da cúria papal, no alargamento da cristandade, fazia voltar a sua atenção para a expansão ibérica.

Entrava, deste modo, a Santa Sé como mediadora de diferendos entre as duas potências hispânicas, solicitando que todos reconhecessem e se aliassem a D. Luís de La Cerda, na gestão das ilhas Canárias, concorrendo com apoio efectivo em forças militares e apoio monetário, para que fosse assegurada a devida posse insular por um reino cristão. Urgia, portanto, que os dois reinos se entendessem numa causa comum, e que mais importante do que se desbaratar em roturas internas no seio da Península Ibérica, o importante era concentrar todos os esforços, na luta contra o poder invasor, que ameaçava as fronteiras e espaços limítrofes, desafiando à conjugação de sinergias hispânicas, para a expulsão sarracena, numa empresa conjunta imbuída de um mesmo princípio de protecção divina como se tratava a realidade ibérica, e após essa constância interna partir-se então para novos projectos onde incidia os projetos atlânticos. Aceitando esta condição litigiosa, entre os dois reinos ibéricos, o ideal de cruzada apontado pelo papa, outorgaria toda a carga espiritual e ideológica para impulsionar uma entrada em força sobre o poder

---

<sup>92</sup> A verdade aqui funciona fazendo jus à argumentação ao Papa feita pelo rei de Portugal D. Afonso IV, que reclamava o direito de posse pelas Ilhas Canárias, por várias ordens de razão, entre elas, a proximidade geográfica da ponta de São Vicente, e mais ainda por ter sido o primeiro a descobrir as ditas ilhas oceânicas.

muçulmano, numa missão ao serviço de Deus.<sup>93</sup> Temos, assim, em terreno de análise a questão da posse e do alargamento de influências, de dois reinos, próximos geograficamente, que encetaram praticamente em simultâneo a sua busca de novos mundos, num processo legitimado pela Santa Sé. Esta questão, que carregaria, por si só, as atenções portuguesas pelo direito de primazia na chegada às Canárias, via no interesse da cúria papal o cumprimento dos objetivos de alargamento da *Christianitas*, dando aos reinos cristãos o patrocínio ideológico e a posse das futuras conquistas.

Mas, se na linha de força portuguesa presente na argumentação ao papa, residia a convicção de ter estado primeiro nas Canárias, e o fato de os portos portugueses estarem mais próximos daquelas ilhas do que os castelhanos, interessaria em primeira instância ao Santo Padre a conjugação de diversos fatores que ditaram a sua decisão, ou que estiveram na base do respetivo reconhecimento. Desta feita foi de Castela que chegou inicialmente a solicitação e a conseqüente predisposição para a conquista e colonização das ilhas entretanto encontradas. Portugal parece ter-se remetido ao silêncio. Não se vislumbram intenções de ocupar militarmente o arquipélago. É uma situação peculiar, e não vislumbramos quais os motivos. De fato, só após a publicação da bula de Clemente VI é que D. Afonso IV reclamará a posse das Canárias. E este é um dado incontestável. Quando, em 1344, o papa Clemente VI, em Avinhão, reconhece o direito de autoridade sobre as Canárias ao nobre castelhano, D. Luís de La Cerda, pela bula *Tuae Devotions Sinceritas*, justifica a concessão pela franqueza e devoção daquele que viria a ser reconhecido como o *Príncipe da Fortuna*. Este reconhecimento e autorização de colonização das Ilhas Afortunadas, leva o monarca português a reagir e a apelar à autoridade papal sobre a justiça dessa decisão, dando origem a uma troca de correspondência, que aqui importa salientar. Num tom respeitoso e cordial, apanágio de um convicto reino cristão, discorda da resolução, por se achar com o direito de posse sobre as ilhas, mas numa elevada quietude aceita que fossem entregues à proteção de D. Luís de La Cerda. Esta concessão (e a sua contestação) não é, e não pode ser alheia ao facto de o cavaleiro castelhano se encontrar em Avinhão, onde parece ter informado o papa da existência «[...] no mar Oceano entre o Meio-Dia, e o Ocidente humas Ilhas chamadas Afortunadas, de que algumas erão habitadas e outras não [...] tencionando o

---

<sup>93</sup> Para melhor contextualização veja-se: FONTES, J., *Cruzada e Expansão: A Bula Sane Charissimus (1418)*, Lisboa, Lusitânia Sacra, 2ª série, nº7, p.412, 1995 [http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4952/1/LS\\_S2\\_07\\_JoaoLIFontes.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4952/1/LS_S2_07_JoaoLIFontes.pdf) [em linha, consultado em 17MAR2016].



próprio a sua aquisição para exaltação da Fé, e aumento do nome Christão».<sup>94</sup> Para o cumprimento de tal ensejo necessitaria da confirmação papal, a quem pedia lhe concedesse a necessária autoridade sob o título de rei das mesmas ilhas<sup>95</sup>. O papa parece ter acedido à súplica de D. Luís, por bula datada de Avinhão a 15 de novembro de 1344, outorgando ao requerente o título de «Príncipe da Fortuna», ficando em «feudo perpétuo à Sé Apostólica, a quem deveria ser pago anualmente 400 florins de bom e puro ouro de cunho e peso florentino».<sup>96</sup>

Após este reconhecimento deu início o papa, numa atitude conciliadora para com os dois reinos cristãos, ao envio de missivas de informação, solicitando junto da cristandade (entre ela os reis de Castela e de Portugal), para que dessem auxílio nesta nova investidura ao novo governante insular (o novo rei). Estas diligências provocaram grande desagrado em Portugal. D. Afonso IV envia uma carta, em tom respeitoso, mas firme, contestando a opção da cúria papal, informando que «forão» os portugueses os «primeiros que acharão» as mencionadas ilhas, e alegando que a posição geográfica de Portugal beneficiaria muito mais a cristandade, e o serviço de Deus, do que se fossem entregues à esfera de Castela, cujas bases navais e portos comerciais estavam mais longe do arquipélago. Começava a disputa pelas Canárias, que se integrava na agenda política papal para a Península Ibérica. As ilhas juntavam-se a um processo litigioso entre os dois reinos, muito considerável, e o papa procurava impor a sua ação mediadora. Não era só Clemente VI, anteriormente o Papa Bento XII, em 1336, dirigia uma missiva a D. Afonso XI de Castela informando-o sobre o envio do bispo de Rodes, D. Bernardo de Alby, na qualidade de seu embaixador à Península Hispânica, para tratar de obter a paz entre ele e D. Afonso IV de Portugal, alertando para os efeitos nefastos que a discórdia entre os dois reinos cristãos trazia à cristandade, sobretudo, porque potenciava a cobiça e as ações de guerra das forças islâmicas<sup>97</sup>, mostrando o perigo iminente para todo o território cristão peninsular.

Estas, e outras diligências papais, na tentativa de apaziguamento das quezílias entre os dois reinos ibéricos foram práticas correntes na estrutura da Santa Sé, tentando a união de sinergias entre todos os filhos da cristandade numa empresa, em força, e unida no mesmo propósito. Não só da Santa Sé se enviavam emissários, para negociar a paz

---

<sup>94</sup> MACEDO, J. (1816), *op. cit.*, p. 6.

<sup>95</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>96</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>97</sup> *Monumenta Henricina*, vol. I, p. 173.

entre os reinos ibéricos. A influência de reinos vizinhos interessados igualmente na manutenção da estabilidade regional incidia igualmente na mediação dos conflitos. É o que se passa com a mediação por parte do rei de França, Filipe VI, ao enviar como seu procurador o bispo de Reims, no intuito de trazer uma trégua às hostilidades entre os dois reinos ibéricos por volta do ano de 1338. Negociações que se prolongariam até ao ano seguinte, agora em conjunto com a mediação papal, acertando-se, finalmente, as pazes em Sevilha em 1339.<sup>98</sup> Surgem os tratados de paz e apelos à concórdia entre reinos cristãos, cuja ação legitimadora assistia à Santa Sé, com o principal objetivo de fazer acalmar as espadas. A Santa Sé parece assumir o estatuto de «estado neutro», o garante da tranquilidade e do foco no inimigo principal – o poder muçulmano.

A consagração de Portugal à Santa Sé é, desde os alvares da nacionalidade, uma característica do condado original, que se faz acompanhar de uma intenção deliberada, e estratégica, de limitar o potencial perigo castelhano para a sua autonomia, tudo aposta na intenção negociadora (e equilibradora) com que os papas assumem a moderação de tal litígio. É seguro que a questão das Canárias fez vir ao de cima os efeitos da competição política e militar entre os dois reinos, concorrentes diretos, em terra e no mar, pela dilatação da Fé e que o efeito do acaso e da natureza,<sup>99</sup> os faria chegar às à terra gentia das Canárias. Ali expandia-se a cristandade. Importava, portanto, reter junto dos objectivos de expansão da *Christianitas*, o aumento do reino de Deus na Terra, que sob o domínio do papa, fazia alargar, e que por falta de meios próprios para o colocar em prática, patrocinava espiritualmente os reinos (e os homens) que se afoitavam pelo oceano desconhecido.

Mas, retenhamos, que a dilatação dessa influência, foi alvo do efeito mediador do papa, cuja intervenção se fazia notar, quer por *motu* próprio, quando estava presente a vontade de dilatar a Fé, ou por resposta a solicitações dos súbditos reinos cristãos, sempre que a vontade individual se fazia notar, ou os intentos de uma sociedade havida do reconhecimento e de obtenção de riqueza, e em cuja vontade se faziam ilustrar as voluntariedades régias, traduzidas na dilatação da Europa, junto das terras novas e estranhas (viciosas), habitadas por gentios, ou simplesmente desabitadas. Tornava-se necessário cristianizar e dar o caminho da luz, a exemplo do que anos mais tarde viria a fazer Frei Henrique de Coimbra, ao rezar a primeira missa em Terras de Vera Cruz, no

---

<sup>98</sup> MARQUES, A. (1987), *op. cit.*, p. 500.

<sup>99</sup> A influência de ventos e marés.

Domingo de Pascoela de 26 de abril de 1500. A dilatação da Fé teve, cremos, o seu ponto de ignição, na empresa das Canárias.

Se o patrocínio financiador da expedição às Canárias se dedica a D. Afonso IV, com uma expedição próximo de 1336 (se prestarmos atenção às alegações de D. Afonso IV ao papa), sob um comando genovês, ditado este requisito, por falta de meios e especialistas nacionais para tamanho evento, parecia faltar a Portugal a capacidade militar de assalto, que viria a ser realidade, com La Cerda.

O impacto resultante da acção mediadora da Santa Sé tendendo à aquisição de uma paz duradoura conduziu à participação portuguesa na batalha do Salado, em resposta a uma solicitação do rei castelhano. Uma derradeira batalha que viria a afastar definitivamente o poder do Islão da Península Ibérica, derrotando os sarracenos, junto ao rio Salado, decorria o ano de 1340, e elevando desse modo a firme valia espiritual do cristianismo. Esta vitória não foi alheia à intervenção direta do papa, que exigiu o cumprimento das obrigações para com a Santa Sé. Os monarcas cristãos deviam empenhar todas as suas capacidades contra o poder muçulmano.

## 2

### A EUROPA ATLÂNTICA PERSPECTIVAS E REALIDADES

Se a mediação da Santa Sé teve um desempenho importante no alargamento de novas perspectivas europeias, a saída para águas que se afastavam da vista de terra, marcaria o impulso necessário para a abertura de novos caminhos, e daí, daria origem ao prolongamento mais a sul do processo de reconquista cristã, indo para além do domínio geográfico, que via surgir, após as colunas de Hércules, o Norte de África. O mediterrâneo, esse «mar fechado», berçário de culturas e de povos ligados ao mar, por onde circula, desde a Antiguidade, toda a vivência civilizacional, sofre a partir do século XIV uma mudança no seu protagonismo. A Península Ibérica apresenta-se como outra linha avançada do mundo até então conhecido, partindo do ponto mais ocidental do território europeu, de uma posição de extremo desmemoriado, para uma posição nuclear, na partilha entre dois mundos, o cristão e o muçulmano, em cuja eloquência cultural, fez desenvolver uma Europa ocupada e que detinha no Mediterrâneo, o palco principal para a representação desse conhecimento e da sua afirmação cultural, alterado agora por um processo expansivo, acompanhado por uma recristianização do espaço ibérico, com a geografia a ter um papel fulcral no desenvolvimento dos europeus.

Abriam-se agora novos paradigmas, e o Atlântico passa a funcionar como berço de uma nova civilização, propulsionada por homens do mar, que o espírito aventureiro fez chegar até onde a vista não alcançava. Desapareciam no horizonte os mastros das frágeis embarcações lusas e castelhanas, cujo móbil assentava no desiderato do alargamento da cristandade. Parafraseando a observação de José Hermano Saraiva, pelas letras do Comandante Virgílio de Carvalho<sup>100</sup>, cada passo da História de Portugal, tem uma qualquer situação que a antecedeu e que funciona como impulsionadora da sua realização, tornando-se essa realidade como pedra angular do desenvolvimento histórico, onde enquadrámos a solidificação de fronteiras, como marco fundamental para o avançar no caminho de novos paradigmas, na política dos dois reinos ibéricos, nomeadamente

---

<sup>100</sup> CARVALHO, V., «A estratégia no tempo dos descobrimentos», *Revista Nação e Defesa*, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, Ano XIV; Nº 51, 1989, p. 73. <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2990> [em linha, consultado em 18FEV2016].

Portugal, onde a tranquilidade resultante dessa estabilização eleva a vista para outros focos de interesse.

Este processo inicial de expansão encontra-se patente, igualmente, na preocupação castelhana em ver concretizado o seu domínio sobre a quase totalidade da Península Ibérica<sup>101</sup>, conquistada à força, em acérrimos embates, contando por vezes com a ação aliada dos outros reinos ibéricos, como Portugal e Aragão, fulcrais para o afastamento do poder islâmico do território granjeando um «forte impacto internacional e de onde resultaria uma grande desmoralização dos muçulmanos»<sup>102</sup> que, antagonicamente, viria a resultar na moralização ibérica para desencadear e desenvolver o conhecimento do mar. Surgiram novas disponibilidades régias e nacionais que encetavam, também, novas perspectivas, traduzidas numa viragem da sociedade europeia.



Fig. 9 - Papa Clemente VI. [https://es.wikipedia.org/wiki/Clemente\\_VI](https://es.wikipedia.org/wiki/Clemente_VI)

Apresentava-se, assim, a Europa, como parturiente do conhecimento para navegar no Atlântico, fruto do conhecimento acumulado oriundo do Mediterrâneo, que não sendo uma realidade idêntica, tanto em termos náuticos, como no tipo de navegação praticada, e nas características das embarcações, mas que terá no Mar Oceano a nova oportunidade de evolução. O Oceano era, assim, o caminho para o Mundo, e Lisboa encerrava e abria esses limites. Era uma porta de saída, já não fechada (nunca o foi), onde o desafio permanecia, onde o conhecimento para sulcar as águas funcionava como a solução para abrir uma estranha fechadura.

Numa Europa fechada, limitada a um modelo de navegação tradicional de cabotagem<sup>103</sup>, alargava agora o seu paradigma naval. Surgia à vista a costa africana, já praticada, mas observada agora noutros parâmetros, dobravam-se agora os Cabos até

<sup>101</sup> Excepção feita ao território mais ocidental.

<sup>102</sup> FERNANDES, H., «O mundo das Cruzadas, sécs. XI a XIII», *Visão História*, 2014, p. 19.

<sup>103</sup> Com exceção dos vikings a maioria dos marítimos europeus deste período navegava o mais próximo possível de terra.

então desconhecidos, e as ilhas emergiam da bruma atlântica como uma fortuna para a *Christianitas*.

Observamos o caminho da cristandade, como o pilar central de toda a construção europeia que viria a funcionar com a abertura do Oceano, onde o lançamento ao mar dos navios das coroas ibéricas, acompanhava uma nova perspectiva estratégica e com ela era estabelecido o controlo da vastidão oceânica, alterando a força centrípeta europeia, que se afirmava agora mais ampla no quadro de influência.

O prolongamento do velho continente, que terminava no ponto mais ocidental da Europa, no reino de Portugal, ia agora até ao vislumbrar da linha de horizonte, e mais além. Até deixar de ver os rasgos de terra, com as suas enseadas abrigadas, ou seja, até a um fim inobservável, afastando-se do bom bordo. A Europa começava, sobre os cascos dos navios de Portugal uma outra empresa. Buscava alargar a sua presença para lá dos seus limites terrestres, afastando os seres mitológicos e maléficos, que engoliam as embarcações, e que a superstição mantinha vivos num horizonte indefinido. As velas portuguesas afastavam, numa temeridade impensável os seres sobrenaturais, agora vencidos pelo domínio do conhecimento e pelo fortalecimento da audácia. A sociedade europeia ganha, deste modo, coragem, e com ela o domínio e o conhecimento do mar tenebroso. Emancipava-se um pequeno reino, na extremidade da Europa, que aproveitava a sua excelente posição geográfica para se tornar mais euro-Atlântico do que ibérico<sup>104</sup>, desprendendo-se dos rasgos de dependência e proximidade relativamente aos reinos vizinhos que agora (assim como sempre, embora com perspectivas diferentes) se tornavam concorrentes directos.

A inspiração Atlântica emergia, assim, no horizonte português, fazendo esse desconhecido e tenebroso mar, sair do anonimato, e apresentando-se perante uma Península Ibérica, que na sua finisterra, se encontra adaptada a observar o mar voltada para poente. Previavam-se novas oportunidades em sentido oposto, de Oeste para Este, e para Sul, assentes numa ideia, a da livre circulação marítima.

Toda esta agregação de elementos se expõe como sustentáculo da mudança perpetrada na sociedade portuguesa em finais da Idade Média. Mais do que uma oportunidade, é uma necessidade portuguesa, que se emancipa, assim, de Castela, e do espaço europeu, ao fazer transportar para o seu ponto mais ocidental, o centro de

---

<sup>104</sup> CARVALHO, V., (1989), *op. cit.*, p. 76.

desenvolvimento, tanto económico, como geoestratégico, bem patente nos novos mecanismos de defesa do seu espaço territorial, com uma afirmação notória no mar, ao ultrapassar a linha avançada da extremidade litoral, ganhando assim capacidade estratégica, que Bruno Reis<sup>105</sup>, aponta como a continuação por outros meios, nomeadamente navais, da disputa pelo poder na Europa, escrevendo deste modo a História Atlântica.

Analisando o fruto resultante dos factores geográficos que colocaram Portugal na dianteira europeia no século XIV, chega-se à necessidade de avaliação do factor estratégico resultante do fazer avançar a Europa para a extremidade do velho continente, concluindo-se que se ganhava assim a designada vocação do mar, caracteristicamente portuguesa, e que viria a desempenhar um papel determinante na afirmação da Europa no mundo.

---

<sup>105</sup> REIS, B., «A centralidade do Atlântico: Portugal e o futuro da Ordem Internacional», Cadernos, nº19, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2015, p. 12.

### III

## A QUESTÃO DAS CANÁRIAS

### 1

## A PENÍNSULA IBÉRICA E O ATLÂNTICO UMA NOVA DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA

No período histórico que antecedeu a Idade Média, toda a civilização pertencente ao designado Mundo Antigo, nasceu no espaço bordejante do Mediterrâneo, que pela sua natureza de mar fechado, onde as distâncias curtas fomentavam as ligações entre todos os pontos do mesmo mar, partilhando entre si, conhecimento e a formação de uma identidade própria, como sociedades talassocráticas, mais tarde aglutinadas num processo de aculturação por parte do Império Romano, numa dinâmica que colocava o Mediterrâneo, como o centro do mundo conhecido, onde residia a cultura e o saber, que se arrastaria até ao início da Idade Média, que Guy Fourquin<sup>106</sup> citando Henri Pirenne, apresenta como tendo nascido por «morte do mediterrâneo Ocidental cristão»<sup>107</sup>.

Fruto dessa capacidade cultural, a Península Ibérica viria a ser na generalidade, bafejada pela transmissão da cultura mediterrânica, assim como Portugal, que apesar de se encontrar fora desse espaço geográfico, transporta a identidade portuguesa, a derivar dessa realidade, que Pequito Rebelo em 1929, assertivamente refere ao caracterizar o território mais ocidental do continente europeu, «Portugal é mediterrânico por natureza e Atlântico por posição»<sup>108</sup>, comentário este, a propósito da dieta tradicional portuguesa, mas cuja realidade, bem se pode encontrar em termos culturais, e idiossincráticos enquanto sociedade, assim como na tenacidade, aquando dos propósitos de afirmação militar, no alargamento e solidificação de fronteiras, e propriamente na afirmação marítima, tendo ido buscar ao mediterrânico algumas das técnicas e do conhecimento que

---

<sup>106</sup> FOURQUIN, G., *História Económica do Ocidente Medieval*, Lisboa: Edições 70, 2000, p.13.

<sup>107</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>108</sup> RIBEIRO, O., *apud*, Pequito Rebêlo, in *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra: Coimbra Editora, 1945, p. 58. [http://purl.pt/421/5/hg-27320-p\\_PDF/hg-27320-p\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-27320-p\\_0000\\_capa1-guardas8\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/421/5/hg-27320-p_PDF/hg-27320-p_PDF_24-C-R0150/hg-27320-p_0000_capa1-guardas8_t24-C-R0150.pdf) [em linha, consultado em: 24/01/2015].



o faz lançar ao Atlântico. Não que isto represente um acréscimo no saber da navegação atlântica para Portugal, porque existem relatos da presença de portugueses nos portos do norte da Europa, desde o século XIII. A contratação de marinheiros genoveses e de outras cidades italianas pelo rei *Lavrador*, não significava que o povo português fosse desconhecedor do mar Atlântico<sup>109</sup>. Antes pelo contrário, sulcar as águas do norte da Europa não se fazia sem experiência e tenacidade, que parece ser própria aos marinheiros portugueses. Mas, estas contratações trouxeram às dinâmicas portuguesas outros conhecimentos náuticos, outras experiências.

Todavia, os destinos de Portugal e, conseqüentemente, os da Península Ibérica, estavam destinados a abarcar o Sul desse Atlântico rigoroso. Pessanha trouxe algo necessário às políticas portuguesas, o delinear de uma linha estratégica, que conduziria à inversão das preocupações lusitanas, que não se tendo privado das ligações comerciais e redes de influência do Mar do Norte, tomava agora outras prespectivas de abordagem atlântica, o mar do Sul. Temos, pois, uma Península Ibérica repartida por duas prespectivas bem diferentes: a do Mediterrâneo e a do Atlântico. Reconcentrar a perspectiva atlântica desse relacionamento é um factor de fortalecimento da nossa identidade coletiva. A natureza geográfica da Península Ibérica, como território projectado da Europa, «toda ela marítima pela sua dependência de livre uso do mar»<sup>110</sup>, coloca-a na linha avançada da Idade Média, como a fronteira de saída da Europa, e como a sua primeira linha de defesa.

Efetuando uma observação geográfica da Península Ibérica, encontramos um reino autónomo, que na sua extremidade ocidental, a Sul, se encontra às portas do Mediterrâneo, mas banhado em toda a faixa litoral pelo Atlântico. Onde a terra encontra o mar estão as Colunas de Hercules, que guardam a entrada das águas cálidas do Mediterrâneo, onde Portugal não pode conquistar mais território. A opção é atlântica. É um objetivo de afirmação e de defesa, para a prevenção de eventuais incursões externas, nomeadamente as que podem vir do Norte de África.

---

<sup>109</sup> Opinião contrária defende Luís de Albuquerque (2001) p. 45, que considera que à época a arte náutica portuguesa não poderia estar muito desenvolvida, apontando mesmo a necessidade de proceder à sua integração técnica mais avançada desse tempo, e esse ensinamento encontrá-lo-iam nos navegadores mediterrânicos.

<sup>110</sup> SACCHETTI, A., «A vizinhança Atlântica, Portugal e a sua circunstância», *Cadernos Navais*, nº6, Julho-Setembro de 2003, Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003, p. 35.

É, pois, na observação desta dicotomia Ibérica, que se dá o rumar a Ocidente, e ao Sul, intentando outro domínio, o do Oceano Atlântico. Esta define uma personificação diferente do território mais ocidental do continente europeu, que abraça, na sua extensa orla marítima e na sua «fatalidade geográfica»<sup>111</sup>, que fará de Portugal um reino independente em pleno século XIII, ao atingir o território mais a sul do continente, ainda no reinado de D. Afonso III, delimitando desse modo as fronteiras com o reino de Castela, vindo a ser as mesmas confirmadas pelo seu sucessor, concluindo o processo de reconquista cristã.

Este é um fator de estabilidade suportado no estado de soberania e essencial para se tornar, um século mais tarde, no verdadeiro impulsionador da demanda pelo mar sem fim, ao ver-se estimulado por uma «solicitação ao mesmo tempo que uma oferta do Oceano»<sup>112</sup>, que se apresenta à sua frente, como uma porta de saída para novos destinos e novas perspetivas de desenvolvimento, abandonando o sentimento de clausura, próprio de um espaço envolto num enclaustramento fronteiriço entre Castela e o Oceano. Dava-se, assim, o advento da gesta lusitana, um país ainda breve, na sua sétima geração régia, que ao lançar-se pelo desconhecido, contraria todos os aspetos mitológicos do imaginário medievo, que via o oceano habitado por seres monstruosos e enormes buracos que engoliam as embarcações dos que ousassem atravessar essas águas, que no quotidiano medieval eram entendidas como a fronteira «exterior da Cristandade, como o anti-mundo a que se associa um carácter destrutivo e demoníaco»<sup>113</sup>. O Atlântico era um brumoso enigma.

No momento em que o mar Mediterrâneo era o salão nobre de uma Europa em afirmação, Portugal afasta-se desse mar pequeno, que se definia na triangulação entre o Sul da Península Ibérica, a entrada das Colunas de Hercules e o Norte de África, para se lançar sobre a costa africana, focado no objetivo de alargar da cristandade, que a sua posição periférica viria a reforçar, e que o espírito de cruzada ia preenchendo com o aval da Santa Sé, dando seguimento aos intentos iniciais do Papa Urbano II, ao convocar as cruzadas para a conquista da Terra Santa, decorria o ano de 1095. Todavia, antes de se

---

<sup>111</sup> CIDADE, H., *Revista dos Centenários*, nºs 2 e 3, Fevereiro e Março, Comissão Nacional dos Centenários, 1939, p. 1. [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/N02\\_3/N02\\_3\\_master/RevistadosCentenariosN2e3.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/N02_3/N02_3_master/RevistadosCentenariosN2e3.pdf) [em linha, consultado em 24/01/2015].

<sup>112</sup> *Idem*, ibidem.

<sup>113</sup> Cf. ANDRADE, A., *apud* Luís Krus, *A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica*, p. 65. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1251657.pdf> [em linha, consultado em: 24/1/2015].

fazerem ao mar, os portugueses necessitavam, em pleno século XIV, de criar uma «estratégia marítima»<sup>114</sup>, assente no conhecimento do espaço oceânico que preenchia toda a sua orla marítima, mas sem nunca perder a observação dos movimentos castelhanos. Esta é uma condicionante que ganha relevância, quando se adiciona à expressão numérica, a necessidade do sigilo absoluto sobre as ações praticadas, e às intenções em carteira, uma vez que se estava perante uma Castela atenta a todas as movimentações portuguesas, onde irá ganhar lugar a questão das Canárias. Com D. Afonso IV definem-se outras orientações estratégicas para Portugal, onde residem motivações de nível económico, associadas a outras ideológico-religiosas, que na prática, davam sequência ao caminho traçado pelo seu pai, quando se volta para o Atlântico e observa, com preocupações defensivas, um território abeirado ao Oceano. Nestes pressupostos, quando em 1317, D. Dinis reflete sobre o potencial Atlântico, prepara-se para se lançar na defesa da sua longa faixa litoral, abrindo deste modo o caminho à capacidade naval portuguesa.

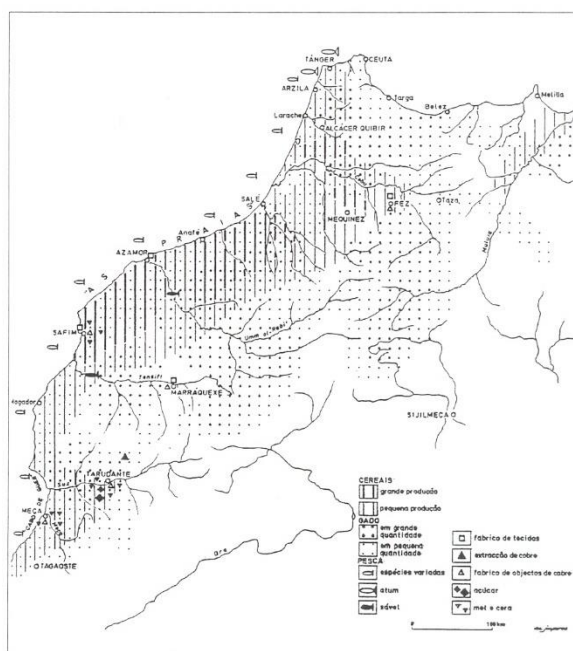


Fig. 10 - Litoral Norte africano (segundo António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no séc. XV*, vol. I p. 285),

in João Cosme, *A guarnição de Safim em 1511*, p.III.

Todavia, existem referências anteriores a estas inquietações dionisianas, observáveis nas diligências que nos remetem para o século XIII, existindo notícias de um

<sup>114</sup> Para um melhor entendimento da dicotomia estratégia naval *versus* estratégia marítima, veja-se António Emílio Ferraz SACCHETTI, no artigo «A estratégia Marítima e o progresso das nações», in *A Estratégia Naval Portuguesa, Ciclo de Conferências no Instituto Superior Naval de Guerra*, publicado nos *Cadernos Navais*, n.º 10 – Julho-Setembro 2004, Edições Culturais da Marinha, Lisboa: 2004, pp. 7-13, [https://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/estudos-reflexoes/cadernosnavais/cadernos\\_navais\\_n10\\_julho\\_setembro\\_2004.pdf](https://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/estudos-reflexoes/cadernosnavais/cadernos_navais_n10_julho_setembro_2004.pdf) [em linha, consultado em: 24/01/2015].

plano para dotar o território mais ocidental da Europa, com uma «Armada de Guerra»<sup>115</sup>, que no entanto sairia gorado do sucesso espetável ao seu desenvolvimento, uma vez que sobre os assuntos do mar, em termos defensivos, o conhecimento ainda era reduzido, remetendo essa preocupação para um plano secundário, uma vez que os navios então existentes, são anunciados como dedicados à pesca, e a um tipo de navegação de cabotagem e de comércio. Contudo, a preocupação de D. Dinis mantém-se, na imperiosa necessidade de consolidação da defesa da faixa litoral, contra as ameaças corsárias<sup>116</sup>, tornando-se este fato relevante para a transformação e afirmação de Portugal no mar.

Se foi com D. Dinis que se deu o arranque sobre as questões de defesa marítima, foi com a determinação de D. Afonso IV que acontece a admissão convicta de Portugal ao Atlântico Ocidental e sul, e com essa determinação, surge a construção de um novo paradigma estratégico português, a abordagem do mar, numa preocupação própria de um território na extremidade do continente europeu, e que descerra uma nova perspetiva, concorrencial entre dois reinos vizinhos, numa potencial observação marítima ampliadora dos confrontos militares terrestres, processos endémicos, que após o sulcar das águas conhecem outro palco de confronto: o Oceano. As circunstâncias condicionariam Portugal a apresentar-se para lá do seu sul territorial, e a considerar o Norte de África como o prolongamento da Reconquista. Por conseguinte, a atitude de afirmação marítima portuguesa na vasta extensão oceânica lança a possibilidade do domínio de um dos elementos mais influentes para a afirmação da Europa, o mar. É em grande parte nesse pressuposto que assenta o estudo da história militar portuguesa a partir do século XIV, onde o velho continente abandona os seus limites geográficos, e transporta as marcas da sua cultura pelo caminho mais propício, o do Atlântico que, «da ocidental praia lusitana», viria a sair de pano caçado rumo a latitudes mais a Sul, na perspetiva de encetar novos caminhos e novas vias de comunicação.

Observavam-se assim os primeiros alvares do processo expansivo, deste território que as palavras de Tomás Ribeiro imortalizaram como o «jardim da Europa à beira-mar plantado».<sup>117</sup> Pelos mesmos motivos, estes pressupostos assentam no que se poderá afirmar relativamente à expedição levada a cabo por volta de 1336 sob o patrocínio de D. Afonso IV, que viria a abrir todos os futuros destinos marítimos a partir de Portugal. O

---

<sup>115</sup> ALBUQUERQUE, L., (2001), *op. cit.*, p. 42.

<sup>116</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>117</sup> Verso da autoria de Tomás Ribeiro (1831-1901), incluído no poema «A Portugal», que abre o seu livro *D. Jayme*, de 1862.

que vindo de um país improvável, desenvolve a prerrogativa lusíada, que deixa antever a motivação, para deixar o isolamento de uma Europa inserida num enclave, dividido entre o mar e a frente islâmica que ganha agora novos ânimos para dar novos mundos ao mundo. Por conseguinte, a identidade ibérica própria de uma península, faz com que se observem, estrategicamente, três realidades distintas:

- 1) Uma opção continental, virada para o interior da Europa, ainda pouco estabilizada internamente por causa da guerra dos Cem anos, e que opunha a Inglaterra e a França;
- 2) O confronto oriental, onde se defronta com o poder islâmico;
- 3) É a resposta a um chamamento geográfico a abeirar-se pelo Atlântico, como recurso para granjear a estabilidade, a autonomia, e consequentemente a sua defesa territorial.

Se para lá da fronteira terrestre não se encontravam possibilidades de afirmação e de evolução, o interesse pelo interior ibérico deixa de se notar tanto. Surge, então, a preocupação pelo mar, que embora não se tenha colocado inicialmente ao serviço dos propósitos de alargamento, viria a evidenciar-se como opção estratégica, servindo para a manutenção da estabilidade e afastando incursões indesejáveis. Nesta preocupação surgiria, na sua esteira, em pleno século XIV, o desenvolvimento de um panorama oceânico, onde a preocupação visionária de alargamento, ainda que imberbe, tem um objetivo subjacente na observação militar e geoestratégica de D. Afonso IV, concentrando-se na tentativa de controlo e no domínio do mar bordejante, não descorando a presença no designado «mar interior», partido entre o Sul do espaço ibérico, o estreito de Gibraltar que marcava a entrada e saída de navios de e para o Mediterrâneo, e o Norte de África, como objetivo primário, onde o alargamento da *Christianitas* se apresenta no cerne da sua dedicação marinheira, não obstante, a procura de novos interesses que proporcionassem reconhecimento e riquezas à nobreza, que comungava com o princípio beligerante e ambicioso do monarca.

Se a opção militar partia da posição régia, e da classe dominante do reino, existem provavelmente observações defensivas de parte a parte, pois tanto uma como a outra, estão legitimadas para encetar tal empresa, parecendo-nos melhor a opção a de uma nobreza a solicitar feitos de renome para afirmação pessoal e aumento da sua influência,

e um monarca forte e determinado, mas onde exiguidade de uma população a rondar um milhão de pessoas, pouco poderia sustentar projetos tão ambiciosos. A viragem de paradigma, leva-nos uma vez mais, a observar que na Península o fator geográfico vai ocupar um lugar central na viragem portuguesa para o mar.

Por conseguinte, o Atlântico, ganha, assim, uma maior centralidade, concorrente com o protagonismo do Mediterrâneo, num trânsito marítimo constante, apresentando a história atlântica portuguesa, como percursora de um frenesim naval, não descurando o fato de alterar todo o modo de estar e de fazer a guerra, uma vez que os monges, peões e cavaleiros medievais, habituados a pelejar em terra firme, davam lugar agora a um novo tipo de combatentes. Marinheiros preparados para a guerra naval, fazendo *jus* a um passado ligado ao mar, embora não como exercício permanente, nem como guerreiros, mas como pescadores praticantes de pequena cabotagem costeira, mas cuja experiência não se pode descurar, uma vez que o recrutamento efetuado, e o apetrechamento das equipagens desses navios, era feito com esses nautas, habituados às lides marítimas, elementos preparados para aprovisionar as galés expedicionárias do novo palco de operações e no desenvolvimento da guerra naval, numa indissociabilidade com o comércio, pois uma realidade não existia sem a outra, estando sempre, por defeito, implícita. A viragem atlântica começa a ter, efetivamente, um peso militar naval, cuja importância estava na determinação do rei, e nos seus intentos de expansão, como faz questão de sublinhar Ângelo Rebelo: «D. Afonso IV, reorganizou a Marinha, e com isso iniciou a expansão marítima de Portugal».<sup>118</sup>

Estas considerações pretendem contribuir para a observação geoestratégica e militar da presença e afirmação da Península Ibérica no Atlântico. Isto é importante, também, por se desenrolar num período de transição, onde a continentalidade europeia dá lugar a uma mudança ibérica para o mar, caracterizada por um dinamismo aperfeiçoado, saído da acumulação do saber português sobre o Atlântico, associado desta ao conhecimento de experientes marinheiros mediterrânicos. Tudo isto estará na base das missões lançadas sobre as Canárias.

Se num primeiro momento, a Península Ibérica, na atividade proporcionada por Portugal e Castela, na demanda pelo Atlântico, torna a Europa mais proeminente, não se consegue observar essa realidade sem se olhar estrategicamente para a ponta de lança

---

<sup>118</sup> RIBEIRO, Â., *A afirmação do País - da Conquista do Algarve, à regência de Leonor Teles*, Lisboa: Quidnovi, 2003, p. 68.

expansionista volvida a Sul. É, essencial, na questão das Canárias, percebermos se se tratou de uma campanha militar. Não temos dúvidas, uma vez que o reporte da viagem presente na carta de resposta de D. Afonso IV ao papa, esse intento está, claramente, presente. Na realidade, o início da viragem para o Atlântico, numa perspectiva expansionista, trata-se acima de todas as considerações, de uma ação mais de carácter político-religioso, sob o manto da cruzada contra os muçulmanos do norte de África<sup>119</sup>, transportando ideologicamente o espectro da guerra. A questão que agora impera é tentar chegar à percepção dos reais objectivos individuais, de Portugal e de Castela, na abordagem atlântica, porque do somatório das suas intenções sairá o produto do conjunto ibérico. Portugal abre, de certo modo, as hostilidades, na abordagem ao Atlântico, num processo quase mercantilista, assente em propósitos de alargamento da *Christianitas*, para a qual recebe do papa, a dispensa do pagamento do dízimo. Um processo tradicional na dinâmica da cruzada europeia. Recebia o alto patrocínio da Santa Sé, para encetar tal empresa, que aliado a uma forte atração que a costa atlântica de África tinha para os homens do mar desse período, era mais um estímulo. O Atlântico ganha uma nova definição estratégica, de centralidade, com a Península Ibérica a vincar o período, e com Portugal a fazer-se valer da necessária mobilização e no incitamento de todas as sinergias necessárias para encetar tamanha empresa. É uma definição estratégica que serve, essencialmente, para proporcionar um redireccionamento Ibérico em termos de perspectivas defensivas e de alargamento de influências. Dava-lhe, igualmente, o predomínio do controlo permanente do Atlântico, o que lhe proporcionava um constante apoio, baseado no mar, e isso poderia ser alcançado com o domínio de possessões próximas da costa africana, que poderiam vir, no futuro, a ser da máxima relevância, essenciais para as viagens e missões de combate, uma vez que o abastecimento de víveres, água e reforços era essencial.

Finalmente, pode assumir-se, que a aventura foi o valor vencedor, o da abordagem ao Atlântico, no século XIV. Partia-se contra um elemento desconhecido, e de quem se temia as aterradoras tempestades, próprias da obstinação de um mar, mas que ainda assim, levaria à criação, e à definição, de um conceito estratégico, não como hoje o entendemos em termos político-militares, mas mais na mistura das linhas de pensamento em transformação que marcariam o ocaso da Idade Média, e os primeiros alvares da Modernidade, o que em conclusão, nos poderá levar a observar, que a alteração de

---

<sup>119</sup> ECO, U., (2011), vol. IV, p. 115.

paradigma, da real continentalidade para a agora observada realidade oceânica, não decorreu apenas no *plateau* em que se passou a representar a adversidade, mas nos próprios atores que levavam à cena tão arriscada peça.



## 2

### **OS MEIOS NAVAIS DE PORTUGAL E DE CASTELA**

Da análise dos capítulos precedentes podemos começar a concluir que durante o reinado de D. Afonso IV, e no do seu antecessor, o eloquente rei D. Dinis, a apreensão régia toma consciência de que os meios até então utilizados, apropriados a um sistema de guerra essencialmente de progressão terrestre, oportuno na observação de um moroso processo de Reconquista, não correspondia às necessidades que se apresentavam perante um território solidificado e estabilizado na sua vertente geográfica, na viragem do novo paradigma ibérico, no dealbar do século XIV.

Por conseguinte, do produto resultante da adição desses momentos nasce a percepção da capacidade e realidade geoestratégica própria de um território avançado sobre o mar, em relação a uma Europa terrestre e em parte bordejada por um mar interior, que agora se via confrontada a Oeste por um mar sem fim, cujas portas agora se abriam. Havia, portanto, a necessidade de alterar as preocupações já de si elevadas, face à constante instabilidade da costa. Granjeando na sua posição natural, no extremo ocidental do continente europeu, tornava o território dos descendentes de Afonso Henriques, como uma espécie de «ponta de lança», preparada para desferir a primeira estocada sobre o mar, mas necessita de se dotar de recursos essenciais, que não possui, para se lançar na prospeção do mar oceano: meios navais.

Dessa observação, e partindo da parte para o todo, trataremos da caracterização dos meios navais portugueses destes tempos, e também, em processo simultâneo, dentro das fontes disponíveis, os meios de Castela. Os reinos estão a caminho de estarem preparados para abraçar uma nova vertente político-militar, cuja resposta se encontra plasmada na esteira deixada pelas embarcações portuguesas. Ao entrarmos na observação dos meios navais das duas potências, no século XIV, no contexto da disputa pelas Ilhas Canárias é, antes de mais, necessário contextualizar e descrever, além dos referidos meios existentes, a conjuntura que proporcionou suporte a tal evento. Precisamos de considerar, a montante, a constituição de cada uma das armadas, que estão, indelevelmente, associadas à necessidade individual de cada um dos reinos ibéricos, na tentativa de conseguir superar o seu mais directo concorrente, por forma a alcançar um perentório poder naval. Feita esta consideração, cujas linhas se aproximam das de António José Telo,

somos levados a observar as suas palavras, ao referir que «todos os poderes emergentes com ambições globais, procuram como elemento essencial da sua ascensão, criar um poder naval que ponha em causa o equilíbrio existente e lhe dê hipóteses de alcançar a hegemonia».<sup>120</sup> Temos, portanto, com esta consideração o reforço da hipótese anteriormente apresentada, em cuja questão central se encontra a necessidade de meios para atingir os respectivos propósitos.

Este é o ponto fulcral, a que se havia chegado, na observação do pós-processo de reconquista cristã, quando a Península Ibérica, primeiro Portugal, e depois Castela, se lançam pelo Atlântico. O primeiro, porque a «muralha» castelhana lhe impedia o avanço de intenções na observância de um possível alargar de fronteiras (já demarcadas, reconhecidas e assinadas); e o segundo, porque a eventual conquista de Granada podia trazer a tão almejada estabilidade, num processo essencial que proporciona aos reinos ibéricos, a disponibilidade para se focarem num outro empreendimento, observado com o voltar para o Oceano, um dos pilares, se não o principal, de afirmação do moroso caminho da *Christianitas*.

Um novo conceito ibérico, em termos estratégicos, surge da observação da recente configuração político-militar então conseguida, própria da perspectiva geográfica, estimuladora que foi, para a confirmação da independência e autonomia, do extremo mais ocidental da Europa, observada no pós-desaparecimento da ameaça islâmica vinda do Norte de África, para passar a apreciar junto dos interesses régios das duas monarquias ibéricas o interesse pela observação atlântica. Foi, da sentida necessidade de se lançar pelo Atlântico, que surgiu a mudança de paradigma ibérico, essencial e subjacente ao impulso fundamental de construção de uma Marinha, para proporcionar a devida observância e protecção dos territórios já firmados, numa época em que os mitológicos seres do fundo do mar, começam a ser «domesticados», pela presença constante dos ousados navios nas águas oceânicas.

Os homens podem, ainda que de uma forma rudimentar, encetar as suas viagens por esse mar, embora para alguns, os conhecimentos do Oceano, estejam a viver ainda sob uma neblina muito serrada, mas que os primeiros alvares do reinado de Afonso IV, iam fazendo desvanecer, alavancando a mentalidade e definindo os seus objectivos estratégicos para levar a efeito tão robusto empreendimento. Balizado nestes termos o substancial da questão sobre a origem de uma marinha, em cada um dos reinos da

---

<sup>120</sup> TELO, A. (2004), *A Estratégia Naval Portuguesa*, p. 33.

Península Ibérica, leva-nos a observar, as primárias linhas que lhes deram cabimento, fruto, de uma viragem do modelo social e identitário-cultural, que leva a uma evolução natural da guerra, que progredindo com o exército terrestre na afirmação das possessões conquistadas encontrava, por mar, o garante a sua conquista, vincando uma posição forte e significativa. Foi essencial para Portugal no decurso das disputas com Castela, e viria a ser fundamental na passagem dos séculos XV e XVI. Mas, para tal propósito, necessário se torna a existência de uma Marinha. Somos levados a examinar as considerações de Francisco Contente Domingues. Venerando a sapiência do seu autor, ousamos incorporar uma ligeira modificação à questão por ele formulada, adaptando-a aos nossos humildes princípios, numa questão que nos parece pertinente: «afinal, que navios andaram no mar, na época inicial das grandes viagens marítimas, como eram utilizados e que finalidades serviam?». <sup>121</sup> Parece-nos adequada esta opção, para figurar como mote para essa observação, remetida aos primeiros alvares da epopeia lusa, quando o rasgo de visualização, ao que hoje chamamos estratégia, expressão de base teórica do pensamento militar, que à altura não gozava da sua actual e literal abordagem, todavia permitam-nos por apropriação de estilo o uso desta onomástica, como propósito para definir a ação político-militar do rei D. Afonso IV, quando faz lançar em seu nome uma expedição exploratória às Ilhas Canárias.

É, pois, nos fundamentos subjacentes à utilização do termo «estratégia» como elemento identificador de um objectivo a alcançar, inserido num projecto de longo prazo, cumprindo uma observância parcimoniosa dos meios contemporâneos, assim como na sua utilização e finalidade subjacente para atingir um fim, que nos propomos utilizar esta expressão na nossa dissertação. Parecendo-nos mesmo, que contrário a algumas correntes que nos remetem a utilização do termo como parte integrante do pensamento e planeamento militar, reduzido na sua essência apenas a partir do século XVIII, mas que, atento à nossa observação de conceitos, é nossa convicção, e não nos reprimimos em asseverar, como sendo nossa tese, que a estratégia não só, é parte integrante do pensamento militar, presente é certo na arte do general, na sua génese expressiva e inicial, como está presente, desde que existe a necessidade organizada de fazer a guerra, assim, como igualmente presente na reflexão de uma nação num destino de afirmação e evolução. Feito este introito, encontramos e invocamos à observação da transversalidade temporal do pensamento estratégico, nomeadamente quando o encontramos presente no

---

<sup>121</sup> DOMINGUES, F., *Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 222.

decurso do período em análise, como igualmente nos deparamos, embora noutro contexto, com a opinião de João Gouveia Monteiro<sup>122</sup>, quando versa sobre se existe ou não estratégia na Idade Média. Por conseguinte, e como forma de elucidação, não levamos a nossa consideração ao elemento teórico da prática estratégica, porque essa como é defendido em teoria, nos remete à observação do pensamento estratégico nascido como conceito no século XVIII, mas à necessidade efectiva de se observar a possibilidade de observação histórica, presente nas acções de pensamento objectivo, assente numa visão de longo prazo, e é sobre esse prisma que nos leva a defender em doutrina a expressão de estratégia, e a sua presença no pensamento orientador e objectivo em plena Idade Média.

A antroponímica utilização poderá ser de aplicação de setecentos, período atento ao desenvolvimento teórico do pensamento universal da arte de fazer a guerra, que se encontrava assim nos primeiros alvares da sua efectiva utilização conjectural, mas o princípio subjacente à sua utilização consideramo-la como transversal no tempo. Em todo o caso, entenda-se que não queremos forçar a utilização da expressão no nosso estudo, defendemo-la sob o prisma de observação geral no nosso período em análise, uma vez, que encontramos na iniciativa de D. Dinis ao contratar Pessanha e os seus vinte homens do mar, a presença de uma visão global e defensiva do território (uma visão e um conceito estratégico) e com D. Afonso IV, a saída para o Atlântico, foi parte integrante da sua concepção estratégica de protecção dos limites territoriais, (pensamento estratégico) não estando numa primeira instancia presente o pensamento de alargar o território, mas a concepção global para não perder o que havia conseguido conquistar, e deste modo, aumentar e reforçar o seu quadro de influências, invertendo as preocupações governativas voltando-se desta feita para o Atlântico.

Nesta observância, induzimos estar na presença de um pensamento global de preparação futura, e quiçá, dos possíveis embates que se sabia estarem próximos, que nos faz igualmente recuar aos primeiros auspícios da nação, encontrando esta visão de longa distância, presente equitativamente na estratégia política e militar de Afonso I, no propósito de chegar ao extremo sul do continente, no intuito de estabilizar as possíveis ofensivas castelhanas pela Galiza ou por leste pelo território fronteiriço.

Sendo, por conseguinte, no dilatar dessa ambição, dizemos nós estratégica, que D. Afonso III atinge o Algarve, dando assim por cumprido a primeira parte do pensamento e conceito estratégico de Portugal para a Idade Média, com tudo o que daí pudesse estar

---

<sup>122</sup> MONTEIRO, J., *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, p. 216.

adstrito no futuro, como a determinação de D. Dinis a alargar a fronteira do reino para águas cada vez mais distantes, (veja-se que um dos propósitos da contratação de Pessanha seria o de lançar ataque as forças muçulmanas no Norte e África) e nessa senda, com D. Afonso IV, a levar Portugal a afirmar-se definitivamente como uma potência marítima uma vez que partiu da sua visão estratégica a doutrina que viria a ser a base institucional da expansão ultramarina iniciada pelos seus bisnetos na primeira metade do século XV.<sup>123</sup>

Todavia, feita que está a alegação acerca do termo a utilizar, regressemos à questão, patente na observação dos primeiros alvores de uma abordagem marítima pelo Atlântico, com a análise de alguns autores, que nos remetem para a abertura das hostilidades atlânticas, levadas a efeito pelos dracares normandos<sup>124</sup>, como afirma Alberto Sampaio, nas palavras de Jaime Cortesão<sup>125</sup>, revisitadas por Carlos Ramos (1991), indicando estes povos do norte da Europa, como presenças assíduas no litoral portugalense, levando-se assim a desenvolver a hipótese saída desses relacionamentos, como passíveis de transmissão técnico-cultural assente nos «conhecimentos das navegações atlânticas»<sup>126</sup>, tão necessárias para o desenvolvimento das práticas náuticas.

Se esses ensinamentos práticos da navegação foram transmitidos, no que diz respeito à construção naval, não encontramos referência a um influxo directo, onde estivesse presente a tipologia de navios normandos, diferentes das galés genericamente utilizadas. Do que nos é dado a observar, não povoaram, esses navios nórdicos, a nossa construção naval, embora se possa equacionar essa utilização, ou direta inspiração construtiva, considerando a sua possível utilização em navegações pelo norte português, onde as águas se apresentam mais impetuosas, e onde é exigida uma borda mais alta, para fazer face a ofensiva marítima, diferente do tipo de embarcação utilizada no sul do país onde as águas são mais calmas e controladas dos ventos.

Contudo, se se apresentou tal inspiração, vinda do Mar do Norte, a mesma não vingou, nem se alastrou a todo o território e se, efectivamente, algum destes navios figurou como modelo para aprofundamento do conhecimento de construção naval ibérica, atendendo as suas características de bordos mais altos do que os construídos e inspirados

---

<sup>123</sup> COSTA, J., (2014), *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa: Esfera dos Livros, p. 26.

<sup>124</sup> DUARTE, L., (2003), *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, p.294

<sup>125</sup> Veja-se sobre o tema, o ensaio de Carlos Manuel de Sousa Costa RAMOS (1991), «A importância do mar na evolução do conceito estratégico nacional», in *Estratégia*, Instituto de Relações Internacionais, vol. II, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Coordenação de Adriano Moreira e Pedro Cardoso, Lisboa: p. 267.

<sup>126</sup> *Idem*, ibidem.

no Mar Mediterrâneo, também atento ao nosso conhecimento, é algo que podemos apenas conjecturar, mas sem bases concretas que o possamos asseverar, pelo que ficamos pela conjectura e abandonamos tal teoria. Mas, não podemos descorar a diferente tipologia de embarcações, até hoje presente, dispersas por todo o litoral português, com as embarcações típicas de cada uma das paragens e abrigos da nossa costa a diferirem em larga escala, até em portos bastante próximos. Onde se poderá concluir que a evolução da construção naval em Portugal, difere ao longo de toda a costa, e de cada uma das enseadas e entradas para o atlântico, mediante as influências externas a que pudessem ter estado sujeitas, ou pela adaptação ao rigor das águas e dos ventos, que tenha desenvolvido técnicas de construção, aptas a enfrentar as agruras marítimas de quem necessariamente se fazia ao mar.

Em bom rigor, e em termos comparativos para a época, somos levados a observar pelas fontes e bibliografia consultada, que as marinhas ibéricas em análise, não diferiam muito de tipologia de meios entre elas, uma vez que na Europa, nomeadamente na parte banhada, ou nas proximidades do Mediterrâneo, a influência daí retirada, em termos de conhecimentos náuticos e de construção naval, torna a extremidade da Europa muito próxima em termos de tecnologia militar naval e, nessa realidade, impera a presença maioritária da galé.

Luís Miguel Duarte traça-nos por Portugal, esse mesmo panorama, que em termos navais valerá na observação da Península Ibérica, onde as galés como «barco de combate»<sup>127</sup> se apresenta como o tronco comum das armadas. Entre os mais variados tipos de embarcações, confusamente apresentadas pelas referências coevas, encontramos barcos, barcas, naus, navios, entre outras tipicidades apresentadas, mas não nos enquadram sobre a sua posição na frota, uma vez que a vanguarda recai sobre a galé como exemplo presente na generalidade das menções. Não existe, todavia, uma relação declarada dos meios navais existentes ou mandados contruir pelo rei, ou adquiridos pela fazenda régia, para figurar como esquadra do reino<sup>128</sup>, pois a descrição que possuímos prende-se com o número e tipologia dos meios aplicados ou requisitados à participação, onde em cada uma das missões onde são chamados a dar resposta, e quando o rei manda aparelhar um determinado numero de navios, para fazer frente a uma qualquer circunstância hostil, e nunca na sua observação de disponibilidade conjunta.

---

<sup>127</sup> DUARTE, L., (2003), *op. cit.*, p. 304.

<sup>128</sup> Talvez por não existir ainda uma Marinha propriamente dita existiam, sim, embarcações passíveis de poderem ser utilizadas na guerra, mas que na maior parte do tempo se ocupavam de afazeres mercantis.

A observação deste facto, sob o ponto de vista da aplicação militar dos meios navais existentes, perde-se na sua essência, devido ao facto, de estarmos presente de um elevado dispêndio associado à construção naval, como é comumente referido por quem se debruça sobre o estudo do mar, que denota para o necessário apetrechamento de uma frota naval, os bastamente elevados recursos financeiros que tem por si só consignados. Logo, a utilização dos meios navais disponíveis, teriam de ver reforçada a sua utilização por mais do que uma limitativa acção de guerra, uma vez que para se tornar rentável a sua construção, a utilização mercantil faria recuperar o investimento (ou parte dele) depositado na sua edificação e manutenção desde a saída do estaleiro, conferindo em toda a sua extensão de longevidade, uma dupla utilização, que numa observação mais presente dos dias de hoje lhe conferiria uma característica de duplo uso. Esses meios navais só nos são dados a conhecer, quando para o exclusivo uso de acção militar a ordenação régia determina o aparelhamento de um determinado número de plataformas, e no decurso da mesma missão, a descrição da frota navegante vai sofrendo alterações ou adaptações, por parte de quem efectua o relato da sua saída, ao referir a quantidade de velas desfraldadas, continuando na observação das frotas que se digladiam com a respectiva narração das ocorrências, apresentando-nos no final somente a relação entre navios empenhados no confronto, e as frias contas entre o número de naves perdidas e capturadas, centrada na avaliação dos meios disponíveis à partida (que eventualmente poderiam não ser utilizados), pelo que nos resta conjecturar relativamente aos números apresentados, extravasando por certo o produto alcançado, frente as parcelas presentes no somatório.

Deste modo, como já anteriormente referimos, é com o conhecimento mediterrânico que se dá a construção das marinhas de ambos os reinos, embora insulados no tempo, mas próximos na fonte do conhecimento, a Península Itálica. Esta região de influência para a construção naval ibérica, difere entre as duas potências apenas no período da sua efectiva realização, uma vez que o que leva a diferir dessa origem é o período em que se dá o arranque tecnológico.

Por parte de Castela, o arranque da preocupação naval remete-se à responsabilidade pioneira do Arcebispo de Santiago de Compostela Diego Gelmires (1070-1140), e surge de uma necessidade sentida para afastar os piratas sarracenos e os piratas normandos que se revezavam a fustigar aquelas paragens<sup>129</sup>, uma vez que os primeiros, desde o século IX se dedicam a atacar a zona norte da Península Ibérica

---

<sup>129</sup> DUARTE, L., (2003), *op. cit.*, p. 293.

havendo notícias da sua presença no Rio Minho por essas datas. Estas e outras frentes que ciclicamente eram alvo de ataque, fazem nascer a necessidade de um melhor apetrechamento naval, uma vez que na Galiza, como nos conta Luís Miguel Duarte, os navios não se afoitavam muito para fora dos rios, limitando-se a uma «humilde cabotagem», reforçado igualmente pelo parco conhecimento em construção naval, em cuja tradição não se alargava muito para além da construção de «barcas pequenas e baixas capazes de levar pouca coisa e perto».<sup>130</sup>

Atento a este facto, muito mais, não se poderá esperar em termos de um maior e mais aprimorado conhecimento sobre questões náuticas, de gentes ligadas às entranhas da terra, deslocando-se apenas ao mar, pontualmente, quando a necessidade fazia valer esse esforço, e ainda assim não poucas vezes, para fazer escoar o resultado da sua dedicação profissional a outras paragens, que embora não praticassem escalas muito distantes, sulcavam ainda assim as conturbadas águas oceânicas, tentando vencer as constantes incursões indesejáveis, de povos vindos do mar, tornando quase como impossível a sedentarização próximo do litoral, que levava o povo sitiado a entrar mais profundamente nas terras, afastando-se das zonas ribeirinhas.

É, portanto, do fruto dessa necessidade concreta que Diego Gelmires resolve encetar um projecto, de intervenção defensiva, na faixa litoral da Galiza, que se encontrava sob a sua jurisdição, e fá-lo em duas fases distintas de protecção, lançando-se numa primeira fase, com uma intervenção terrestre impelindo «corveia semestral, aos camponeses que habitavam perto do mar ou das rias para a reparação das fortificações; castelos, e outros edifícios, no reforço das suas estruturas»<sup>131</sup>, que uma vez concluídas, outra necessidade se viria a impor, a do recrutamento de jovens para dotar esses meios, e desse modo, abre um alistamento para camponeses jovens e no vigor da sua força física, para dotar esses propósitos defensivos, mais uma vez, os homens da terra a serem convidados a abraçar o mar, observando como requisito dessa aplicabilidade, a condição física estar no seu auge, pois, muito haviam de remar no futuro, a bordo das futuras galés. Mas, contudo, faltava ainda o principal. Dotar-se dos meios navais «que não tinha»,<sup>132</sup> para fazer frente a esse flagelo que eram os ataques sarracenos e normandos, e como a realidade ibérica é mais próxima da identidade mediterrânica do que do mar do Norte, é

---

<sup>130</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>131</sup> DUARTE, L. (2003), *op. cit.*, p. 294.

<sup>132</sup> *Idem*, *ibidem*.



nesse *Mare clausum* que se vão encontrar dois dos melhores na arte da construção naval, mais «concretamente Génova e Pisa».<sup>133</sup>

Ganhava desta feita Castela, a enorme mais-valia, com a referida composição, uma vez que tanto um, como o outro, dos contratados, sabia, não só, da construção naval como da própria arte de navegar, entregando no conjunto a quantia de três galés. Conquistava, assim, Castela, a sua nova frota de navios aptos para uma navegação mais adequada às contrariedades ofensivas, dotando-se com as três primeiras galés, tratando-se de três banalíssimas birremes entre muitas no Mediterrâneo, mas que nas águas da Galiza marcariam toda a diferença, uma vez que as características e o avanço tecnológico que elas fizeram proporcionar, pela «elegância, leveza, rapidez e capacidade de transporte, a força em combate daquelas embarcações que se moviam a remos e à vela»,<sup>134</sup> viriam a proporcionar, toda a diferença, constituindo-se assim primeiramente com Castela, um verdadeiro salto tecnológico, dotando-se de navios até então desconhecidos fora do Mediterrâneo, descerrando deste modo a capacidade de defesa mas igualmente a capacidade de assalto castelhano, embora à época, Portugal ainda não se encontre em condições de observar a mesma necessidade, porque muito ainda faltava calcorrear entre montes e vales até a chegada ao Algarve.

Em Portugal o pioneirismo recai num dos monarcas que melhor se impôs no avanço tecnológico e defensivo da orla marítima portuguesa, D. Dinis. E tal como o exemplo deixado pelo Arcebispo de Santiago, também ele foi procurar o conhecimento necessário para se lançar ao mar, à experiência mediterrânica, desta feita a Génova, ajustando, e celebrando um contrato de prestação de serviços régios em 1317, e tal como na ocorrência de Castela, fez-se acompanhar de vinte experientes nautas «conhecedores do mar e qualificados para serem alcaides ou arrais de galé»<sup>135</sup>, é todavia nesses homens que virá a recair toda a responsabilidade de afirmação do monarca e de um reino, incidindo sobre esses especialistas da construção naval e da experiência náutica, o papel de tutores de outros que andam ou passarão a andar no mar.

Todavia, a contratação dos experientes genoveses que lhes outorgaria a missão de tutoria para transmitir o que de melhor sabiam, tanto em termos náuticos, como na sapiência associada à construção naval, traria associada igualmente a função bélica da acção defensiva do reino, presente na edificação de uma força naval. Não obstante esse

---

<sup>133</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>134</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>135</sup> *Idem*, p. 300.

facto, uma das cláusulas contratuais de 1317, consistia, efectivamente, na aplicação dos referidos meios navais, quando não necessários à prática da guerra, em possíveis utilizações por parte do Almirante-mor do reino, para o que deles necessitasse, em termos mercantis, uma vez que é na capacidade mercantil de Pessanha, que se encontra a origem da sua dedicação marítima.

Desta feita não iremos perder-nos em constatações de direitos, regalias e deveres contratuais celebrado entre o monarca português e o almirante genovês, uma vez que já sai do limite das águas restritas que nos propomos a navegar, uma vez que se pretende como objectivo central, entrar na identificação dos meios disponíveis, e esses, alguns já foram abordados, embora, ainda muito haja a observar, seguindo a esteira deixada pelo conhecimento esclarecido de Luís Miguel Duarte, que nos leva a olhar para os embates navais entre as duas forças, como identificadora dos meios navais envolvidos, sendo no entanto, bastante complexo conhecer com exactidão os números de embarcações disponíveis.

Posto isto, como poderá ser retirado das observações anteriores, e atendendo uma vez mais à origem do fio condutor da construção naval ibérica, não será muito exaustivo aduzir que os meios navais ocupavam uma posição muito próxima entre os dois reinos, tendo no entanto, que recuar às observações de séculos anteriores ao nosso período de análise, e às lutas que antecederam a própria expedição patrocinada por D. Afonso IV às Canárias, levando-nos a considerar (atento aos dados disponíveis), que o tronco comum entre marinhas de Portugal e Castela, assentava essencialmente no tipo de embarcação designado por Galé, e nalgumas passagens, a apresentação de outras, apontadas como Nau, mas não a nau que se afirmou a partir do século XV, mas numa variante menos robusta, que a apresentada no coração dos Descobrimentos Portugueses, como conclui o Capitão-de-mar-e-guerra Rodrigues Pereira, abraçando o período que nos ocupa, assim como igualmente na observação que nos é proporcionada por João Gouveia Monteiro, as galés ganham todo o protagonismo militar, e como Luís Miguel Duarte a define «o barco de combate por excelência é a galé».<sup>136</sup>

Para Portugal, ter uma Marinha, era um intento que se fazia notar na entrada da segunda década do século XIV, mais propriamente no ano de 1317, quando a 1 de Fevereiro do dito ano, D. Dinis e Manuel Pessanha firmaram um contrato que estava destinado a ser um marco na História portuguesa, com o genovês a comprometer-se em

---

<sup>136</sup> *Idem*, p. 304.

trazer para Portugal vinte capitães genoveses para comandar os barcos dos Rei<sup>137</sup>, e para se dotar para esse efeito, encaminhou navios de Itália, para a extremidade ibérica, firmando no acordo que não poderia em qualquer situação ser enviado para o mar sem que tivesse pelo menos disponível o número de três galés, para justificar o seu embarque como almirante.

Se este foi o caminho escolhido pelo rei de Portugal, à data já Castela se havia lançado na dianteira ao ter optado por acção idêntica no século anterior.<sup>138</sup> O número de embarcações, contudo, deveria ser muito aproximado à época do nosso estudo, embora contudo possamos admitir a supremacia por parte de Castela, pois havia sido lançado ao mar um século antes como já referimos as primeiras três galés ao serviço da coroa castelhana. Todavia, a contratação do Genovês, apresentava na sua missão uma característica substancial, com uma dotação de três galés, concorrer para a consolidação da defesa da orla marítima do país<sup>139</sup>, aqui completada com a observação do Professor Luís Albuquerque que nos leva a observar numa análise pertinente D. Dinis, ao alvitrar a possibilidade de poder vir a utilizar a dita frota, igualmente para levar o combate contra os mouros até à costa africana, com a absoluta certeza, podemos afirmar que O Lavrador, procurou impulsionar a Marinha, no final do seu reinado, fazendo do seu sucessor e filho, Afonso IV, o verdadeiro estimulador do desenvolvimento e apetrechamento cabal de uma frota de navios capazes a encetar as árduas características das águas atlânticas.

Uma vez que sob o ponto de vista organizativo a Marinha existente, (ou os navios que desempenhavam uma frente de defesa do território português), era verdadeiramente incipiente, possuía, contudo, algumas embarcações com esse propósito, determinadas equipagens preparadas para o confronto naval, alguns cargos definidos a bordo, alguma prática náutica em combate, mas faltava-lhe o principal veículo de afirmação e criação de uma visão estratégica, só possível com a condição permanente de uma Marinha, uma vez que o estado da nação em termos navais, vivia apenas para afugentar os piratas muçulmanos, e num rasgo de aventura, a utilização desses mesmos meios em operações de corso<sup>140</sup>, denotando-se algumas lacunas sob a observação do comando no mar assim

---

<sup>137</sup> DIFFIE, B., (1989), *Prelúdio ao Império, Navegações e Comércio Pré-Henriquinos*, Lisboa: Editorial Teorema/Publicações O Jornal, p. 51.

<sup>138</sup> ALBUQUERQUE, L. (2001), *op. cit.*, p. 40.

<sup>139</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>140</sup> Para melhor enquadramento da questão, veja-se DUARTE, L., *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, p. 302.

como na apetência para a navegação, não escamoteando a parca qualidade e a quantidade de navios de guerra.

No entanto, apesar da reconhecida impreparação a certos níveis das tripulações portuguesas, já se faziam notar repetidas expedições navais portuguesas realizadas contra costa muçulmana a partir dos finais do reinado de D. Dinis, visando sobretudo objectivos militares e de defesa. Procuravam, entre outros fins pôs cobro aos actos de corso e de pirataria dirigidas contra as cidades e vilas portuguesas desde havia muito tempo<sup>141</sup>, tratando-se deste modo como uma necessidade premente a construção de uma marinha, capaz para poder fazer frente a estas vicissitudes. Nesta perspectiva, nas taracenas portuguesas a construção naval recebe um verdadeiro impulso, por forma a dotar o reino dos tão necessários navios para dar cobro a extensa estratégia de defesa.

Desde os primórdios da afirmação das sociedades europeias e mediterrânicas quando se dedicam a ultrapassar os limites das torres de Hércules, fazem-no com o propósito de escalar portos próximos, tornando-se o litoral ocidental da Península Ibérica, um caminho de passagem obrigatória entre o Mediterrâneo e o Atlântico Norte, que Luís Adão da Fonseca, define como «segundo espaço Atlântico»<sup>142</sup>, sendo certo que em missões de curta distância e dedicadamente em acções de cabotagem para fins mercantis, acompanhavam escalando paulatinamente a faixa litoral portuguesa, até à Galiza.

Atento a esta realidade marinheira, para Portugal, era imperativo dotar-se com os mesmos meios que pudessem proporcionar os iguais feitos, e como essas incursões mercantis, traziam não poucas vezes associadas a função beligerante, tinha-se tornado de manifesta importância, o uso de meios de protecção no mar que permitissem estar à altura das ameaças. Portugal detinha já adquirida a experiência que a guerra no mar trazia para a afirmação do jovem reino, ao qual era obrigatório o recurso organizado de uma marinha de guerra para esse efeito, o que à época era como já anteriormente referimos, verdadeiramente incipiente.

Para o território mais ocidental da Península Ibérica, todo o processo que envolveu a chegada do primeiro rei a Lisboa, em 1147, manifestou a imperiosa necessidade e o

---

<sup>141</sup> MARQUES, A. (1987), *op. cit.*, p. 501.

<sup>142</sup> O primeiro Atlântico é o limitado entre o Mar do Norte e o Cantábrico. Veja-se FONSECA, L., (2009), «Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos a formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo», *População e Sociedade*, n.º 17, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 45-60.

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56624/2/luisfonsecaportugal000133727.pdf> [em linha, consultado em 12/01/2015].

benefício que deteria a existência de uma marinha, uma vez que foi com o recurso naval que a mais importante cidade do reino foi conquistada, e a partir da qual se poderia assegurar o reino e a consequente ofensiva para sul contra o poder muçulmano, até à chegada do Bolonhês ao Algarve.

Mas voltemos ao assunto que nos move, em termos de meios navais entre Portugal e Castela. Se é certo, como bem define Luís Miguel Duarte, que «um estado que aposte tudo na marinha de guerra está a enterrar a sua economia»,<sup>143</sup> não é menos verdade concluirmos nós, que sem ela não a poderia desenvolver, mesmo que para isso tivesse de retirar recursos ao trabalho da terra. Mas, quem melhor que esses homens da terra, para poder preencher a equipagem das referidas embarcações? Homens que se encontravam habituados à dureza do tratamento da terra, que agora se confrontavam com a dureza do mar. Trata-se de um caso dúbio de opção, e difícil de considerar, para a administração régia, mas consideremos que foram esses homens retirados da terra, que fizeram a história do mar, esse mar que traçava e talhava a faixa litoral e firmava enseadas e entradas de rios que apoiariam as frotas em construção, em trânsito ou descanso, dessas armadas defensivas ou ofensivas, dependendo dos casos.

A marinha são os navios, e o que, para eles serve de apoio, e disso falaremos de seguida, com a identificação dos navios que as descrições fazem menção, e são eles as barcas, barinéis, caravelas, naus, navios, fustas, galés e galeotas, urcas, batéis, taforeias<sup>144</sup>, mas como Luís Miguel Duarte optou, ao dar o título ao capítulo, «as galés e as outras», é pois, este o navio que engrossa as frotas dos dois reinos ibéricos, e é pois, sobre estas, que recai o apetrechamento naval em pleno século XIV.

Se as navegações se suportavam todas no mesmo tipo de navios é algo que ainda hoje se encontra não totalmente explicado, e nós consideramos como sendo pouco provável, uma vez que as fontes nos remetem para a utilização de embarcações a que designam por galés, e essas poderão estar verdadeiramente identificadas quanto à sua tipologia, mas ao ser referido a designação genérica de barco, isso poderá levantar e abrir a porta a uma panóplia de pequenas embarcações que se apresentavam disponíveis para um tipo de navegação breve e de cabotagem, agora utilizadas para uma função contrária aquela a que inicialmente pudessem estar associadas.

---

<sup>143</sup> DUARTE, L., (2003), *op. cit.*, p. 291.

<sup>144</sup> *Idem*, p. 304.

Todavia, temos para nós que a designação encontrada como barco ou barca seria uma expressão generalista para designar todo e qualquer tipo de embarcações e não somente um restrito tipo de navio, fosse ele somente a remos ou por ventura usasse um pano caçado como elemento de propulsão. As frotas, onde nos iremos reter serão aquelas que estiveram presentes num processo directo de expansão, e essa é categoricamente a utilização inicial de dois tipos de navios, a galé e a nau. Veja-se, portanto, da observação de A. H. Oliveira Marques, que os meios navais utilizados sob o comando de Manuel Pessanha, durante o conflito que oporia Portugal e Castela entre 1335-1339, ocorridos devido aos diferendos esponsais entre o monarca Castelhana e a filha de Afonso IV, que fez transbordar do clima de paz reinante, para a intempestiva condição de ataque defesa, conduzindo a constantes violações dos espaços demarcados de ambos os reinos em estilo de provocação, de parte a parte, com acções distribuídas em extensão alargada a todo o território português e castelhano, tanto por terra em acções mais frequentes, como por mar com digressões mais espaçadas no tempo e distantes geograficamente entre elas, embora não se deixe de observar que duas das acções ofensivas praticadas no e pelo mar, uma teve lugar no Minho e Galiza, e outra que se lhe seguiu desta feita decorreu junto ao Cabo de S. Vicente.

Daí a informação que nos importa reter. Pretende-se com os meios navais envolvidos, e desta feita pela digressão minhota e na Galiza, Oliveira Marques, traça em quadro expressivo a frota suportada por «galés portuguesas que chefiadas pelo velho almirante Manuel Pessanha, tinham atacado a Galiza e devastado a sua costa até Baiona...»<sup>145</sup>. Podemos então retirar desta transcrição, que aqui marca presença a utilização da Galé, como elemento preponderante da frota régia, portuguesa. No mesmo seguimento, e da observação de batalha naval junto ao Cabo de S. Vicente, a realidade das flotilhas em confronto, diz-nos João Gouveia Monteiro:

«[...] Terminado o Inverno, uma armada portuguesa composta por 30 galés e novamente chefiada pelo velho almirante Manuel Pessanha largara de Lisboa rumo ao Algarve. Praticamente ao mesmo tempo, saíra de Sevilha uma frota castelhana, também com destino à costa algarvia. Trazia esta, nada menos do que 40 galés, sendo seu comandante o almirante D. Afonso Jofre Tenório [...]».<sup>146</sup>

---

<sup>145</sup> MARQUES, A. (1987), *op. cit.*, p. 498.

<sup>146</sup> MONTEIRO, J. (2003), *op. cit.*, p. 246.

As agruras do mar ditaram, entretanto, que perdessem ambas as frotas e elevados meios, levando ao conseqüente recuo, novo apetrechamento e nova tentativa de ofensiva, com o confronto já esperado junto ao Cabo de S. Vicente a 21 de Julho de 1337, onde mais uma vez a galé detinha a supremacia naval.

Avançando no tempo, chegamos à observação da batalha do Salado, sob a observação de João Gouveia Monteiro, que refere que da parte de Portugal, foram enviadas 10 galés em socorro de Tarifa<sup>147</sup>, a que se terá de contabilizar outras provenientes de Castela e de Aragão colocadas nas imediações do estreito de Gibraltar. Análogas ordenações descrevem-nos a existência das galés como marca de presença, mais uma vez patente no envio de galés na Primavera de 1341, para reforço da esquadra castelhana, em conflito com a frota muçulmana, surgindo menção neste enquadramento, a existência de um novo tipo de embarcação a nau, que marca aqui a sua aparição efectiva e de larga escala, ao número de 12, associado a uma esquadrilha de 50 galés, chefiada pelo Genovês Gil Bocanegra, que se digna a desafiar uma esquadra de 80 galés muçulmanas do reino de Granada, à data fundeadas em Ceuta.<sup>148</sup>

Aqui, junta-se ao reinado das galés um novo tipo de embarcação, a nau, que como já referimos anteriormente, depreendidas da observação de Rodrigues Pereira<sup>149</sup>, não se tratava ainda daquelas faustosas embarcações que surgiram a seguir as caravelas a partir do século XV-XVI, no verdadeiro processo de descobrimentos portugueses, mas na sua versão medieval de apenas um mastro, a apresentar-se ainda com dimensões e características rudimentares na opinião do referido autor, a instâncias de trezentos.

Opinião igualmente defendida por Luís Miguel Duarte que nos afiança, na observação do testemunho deixado durante o cerco de Lisboa em 1384, que a nau tem uma função específica na frota de combate, detendo aqui a função primordial de defender e proteger o desempenho das galés durante o embate, como navios centrais para o desenrolar das hostilidades, embora no futuro, atendendo às suas características de costado, onde está patente um bordo mais alto do que nas galés, apresentam-se estas primeiras como o resultado da evolução do combate naval, como sucessores da galé,

---

<sup>147</sup> *Idem*, p. 248.

<sup>148</sup> MONTEIRO, J., (2003), *op. cit.*, p. 249.

<sup>149</sup> PEREIRA, J., (2010), p. 81.

todavia as galés ainda nas palavras de Luís Miguel Duarte, acompanharão a expedição de 1415 rumo a Ceuta, numa esquadra formada essencialmente por galés.<sup>150</sup>

Impõe-se, por fim, em forma de conclusão deste capítulo a observação do produto alcançado. Verifiquemos, no entanto, como um dado real que não pode ser posto de lado, que as frotas régias a navegar pelo Atlântico por volta do século XIV, se apoiam sobremaneira no tipo de embarcações designadas por galés, princípio que se conclui, e manifestada na observação tendencialmente descrita para percorrer a constituição das frotas ibéricas e até mesmo das frotas muçulmanas, o que nos leva a ver reforçado como princípio de extensão a opinião de Luís Miguel Duarte, a galé é por excelência o barco de combate no período que nos ocupa. Mas seria este tipo de embarcação a mais adequada para o tipo de águas agitadas e sujeitas a ventos fortes de quadrante Norte? Provavelmente não seria.

A adoção de tal embarcação teve o seu momento alto ao que sabemos entre o século XIII e o século XIV, porque já no século XV, se encontra outro tipo de embarcação a desempenhar a missão até há pouco tempo realizada pela galé, desta feita a nau, ganha o futuro protagonismo, presente já na incursão de D. Afonso V em 1458 sobre Alcácer Ceguer, ao fazer-se transportar uma nau, não obstante esse facto a galé não desaparece, veremos galés ainda no século XVI, mas que em bom rigor já num período descendente de utilização, apontando Luís Miguel Duarte o século XV como ponto de viragem entre utilizações. A nau que num período inicial tinha por missão o transporte de soldados e de material, apetrecha-se entretanto para o combate directo.

Mas do que falamos quando nos referimos à Galé? Que tipologia náutica apresenta em dimensões e calado? Qual o número de tripulantes que lhe era possível transportar? Em que tipo de navegação seria possível utilizar? E sob o ponto de vista militar, qual seria o seu desempenho? Estas questões encontramos-las plasmadas na observação de dois historiadores, Paulo Drumond Braga e Luís Miguel Duarte, que passamos a apresentar de seguida, cada um com o seu prisma, mas observados em conjunto complementam-se pela informação disponibilizada. Paulo Drumond Braga descreve-nos a rainha das frotas medievais, como uma:

---

<sup>150</sup> DUARTE, L, (2003), *op. cit.*, p. 304.



«Embarcação muito esguia, com cerca de 20 a 50 metros por cinco de largura, dotada de dois castelos, um à popa outro à proa, a galé era movida a remos em geral, uns 30 a 60 remos (metade em cada bordo) esses que oscilavam entre os 9 e os 12 metros de comprimento. Cada remo era entregue a três ou quadro forçados, o que dá qualquer coisa como 90 a 240 homens em cada embarcação [...] utilizada quer em operações bélicas quer comerciais, desapareceu nesta última vertente ao longo do século XIV, ficando apenas o seu recurso constante na guerra, onde permitia fáceis manobras, como a abordagem. Assim foi, em Portugal, Castela, França e no Mediterrâneo em geral».<sup>151</sup>

Entre Drumond Braga e Luís Miguel Duarte existe alguma, embora que mínima, não significativa discrepância, na apresentação das características da galé, embora no final a avaliação se encontre entre os parâmetros, apresentados. Todavia, para conclusão de argumento socorremo-nos da opinião de Luís Miguel Duarte<sup>152</sup>, a galé uma certeza efectivamente transporta, é um tipo de embarcação claramente de origens mediterrânicas, e pouco habilitada a navegações atlânticas apesar do longo reinado na sua utilização.

Detentora «de dimensões muito variáveis, teria em média 40 a 45 metros de comprimento, (Braga diz-nos entre os 20 e os 50 metros), pouco mais de 5 metros de boca, (tal como Braga) 2,5 metros de pontal no meio e 3,3 metros na popa, calava em geral 3 metros. Na sua relação entre a boca e a quilha, em embarcações de vela, é geralmente de um terço, nas galés podia ir de um quinto até, excepcionalmente, um décimo; a galé é um barco muito esguio. Numa galé «equilibrada», o comprimento da quilha seria sete vezes maior do que a largura. [...] sobre este casco assenta um longo “quadro” rectangular, nos lados do qual, dispostos em espinha de peixe invertida e paralelos entre si, estão os banco dos remadores, separados por uma coxia central, mais elevada que liga a proa à popa. [...] é essencialmente um barco a remos; em média 25 ou 26 bancos para remadores, [...] (Braga refere a existência de 30 a 60 bancos para remadores, metade em cada bordo) mas também se move à vela, e essa versatilidade é um dos seus maiores trunfos: tem um, dois ou três mastros com velas latinas bastardas».

A sua vertente militar apresenta-se com a possibilidade de poder ser equipada com pequenas peças de artilharia a vante, mas não seriam estas a marcar a diferença numa

---

<sup>151</sup> BRAGA, P., *Os forçados das galés, percursos de um grupo marginalizado*, p. 187, [em linha, consultado em: 10/01/2015]. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3176.pdf>

<sup>152</sup> DUARTE, L., (2003), *op. cit.*, p. 305.

embarcação a remos, mas sim segundo a transcrição de Oliveira Marques, citando Duarte e Pizarro, a sua arma mais terrível é o esporão, à proa, quase ao nível da água.<sup>153</sup>

Atento as suas características de navio essencialmente para remadores, não estaria talhada para um bom desempenho mercantil, porque o exíguo espaço disponível era na sua esmagadora maioria ocupada pela chusma<sup>154</sup>, não deixando muito espaço para carga, até o espaço de armazenamento de víveres era reduzido, proporcionando uma pouca autonomia à galé em trânsito no mar. Das suas capacidades para suportar um mar alterado, próprio de uma vivência do Oceano Atlântico, a sua característica de nave esguia, com uma enorme aptidão de manobra, suportava comparativamente mal o mar grosso e cediam com frequência perante tempestades, pelo que o mais prudente era não serem utilizadas nos meses em que poderão estar mais sujeitas a esse tipo de intempéries.

O reino da chusma apresenta um conjunto de mínimo de 25 bancos em cada bordo, e o número de remadores variava entre os 90 e os 240, conforme o tamanho do barco e dos remos. Porém, como continua Luís Miguel Duarte, «remar numa galé é um calvário e uma arte, exigindo habilidade, experiência e muito treino. Um remo de 12 metros, impelido por cinco remadores, pesa 130 quilos, se for de 14 metros rondará os 160 quilos.»<sup>155</sup>

Das limitações à sua progressão está o tipo de navegação a vela, onde com um fraco vento de 5 metros por segundo, nenhuma galé consegue progredir, outra das suas limitações está na sua parca autonomia, pois pratica um tipo de navegação à vista e com períodos de escala frequentes, e com uma guarnição bem preparada fisicamente e treinada, consegue atingir uma velocidade de 5 nós em velocidade de cruzeiro<sup>156</sup>, o adequado para conseguir bater em retirada ou numa incursão de abordagem perante um navio a abordar, sempre com a condicionante de se tratar de um tipo de propulsão humana, com todas as condicionantes que essa condição implica, uma vez que a exaustão pode colocar a embarcação em sério perigo, esperando sempre o desnecessário recurso a uma remada forte de ataque ou de defesa, e esperar que o vento não sopra com uma força insuportável que impeça a progressão da galé.

Desse modo, avaliando a condição de prestação humana presente na chusma, sempre que era necessário o recurso a uma maior capacidade de manobra, como em

---

<sup>153</sup> DUARTE, L., (2003), *op. cit.*, p. 305.

<sup>154</sup> Designação atribuída ao conjunto de remadores, cf. DUARTE, (2003), *op. cit.*, p. 305.

<sup>155</sup> *Idem*, p. 307.

<sup>156</sup> *Idem*, p. 309.

ataque ou defesa, eram utilizados os remadores na sua máxima força, quando a navegação se tratava de cruzeiro, e o vento de feição a ajudar a progressão, o pano era caçado, para dar descanso aos remadores.<sup>157</sup>

A par com a galé seguia a nau, cujas características denotavam uma superioridade da estrutura, com um costado mais elevado, (que se viria a tornar uma mais-valia aumentando o grau de dificuldade que proporcionava as forças inimigas numa tentativa de abordagem), estas primeiras naus detinham apenas um mastro equipadas com uma vela rectangular e em geral navegava a favor do vento.

Para concluir esta observação conjunta, intentemos numa comparação entre as duas tipologias de navios, quando chamados ao combate (sendo isso de que se trata a nossa observação) com a nau em relação à galé, a sair beneficiada pelo seu bordo mais alto, factor que facilitava a sua equipagem a efectuar uma abordagem sobre outros tipos de embarcações mais baixas como as próprias galés, e logo por conseguinte, temos o inverso na observação da galé em relação à nau.

Todavia as marinhas possuíam ainda alguns navios de pequeno porte como a fusta, nas semelhanças da galé, apresentava umas dimensões mais modestas e equipava com pano redondo ou bastardo, era como Luís Miguel Duarte<sup>158</sup> refere um navio a remos ligeiro. E, para rematar este capítulo, observamos em conclusão as palavras de Oliveira Marques, contextualizando à época as transformações provocadas pela contratação de Pessanha. Se Portugal não possuía à época uma marinha de guerra para fazer face às constantes incursões exteriores, e numa atitude preventiva a defesa da sua faixa litoral, com a contratação em 1317, do genovês ganha essa marinha, mas sem que antes tivesse de ceder nos seus direitos para proporcionar essa garantia defensiva, foi como Oliveira Marques afirma, tratar-se da «única maneira de conseguir, com rapidez, a frota de qualidade de que Portugal carecia»<sup>159</sup>, umas vezes com mais meios, outras com menos, devido a algumas adversidades ocorridas, mas a conseguir em pleno século XIV reunir a maior frota até então conseguida pelos portugueses decorria o ano «de 1369, e compunha-se de 62 embarcações, sendo 32 galés (das quais quatro mercenárias) e 30 naus».<sup>160</sup>

Refira-se, ainda, que apesar dos avanços tecnológicos proporcionado ao reino de Portugal com a contratação do almirante genovês, não se distinguiram na pratica, as

---

<sup>157</sup> PEREIRA, J., (2010), *op. cit.*, p. 82.

<sup>158</sup> DUARTE, (2003), *op. cit.*, p. 310.

<sup>159</sup> MARQUES, A., (1987), *op. cit.*, p. 358.

<sup>160</sup> MARQUES, A., (1987), *op. cit.*, p. 363.

embarcações dedicadas ao uso do comércio das embarcações cuja preocupação se tratava da utilização militar, essa diferenciação ainda não era visível a instâncias dos séculos XIV-XV, todavia e reforçando as palavras de Luís Miguel Duarte, Oliveira Marques<sup>161</sup> aponta a galé como uma embarcação predominantemente de guerra, existindo porém galés destinadas primordialmente ao comércio, a navegar nas proximidades de outras em tudo idênticas mas que serviam apenas os propósitos da guerra, e outras que cumpriam em bom rigor ambos os objectivos, condição que se alastrava igualmente à nau, cuja tipologia se adaptava mais às relações comerciais, mas que a necessidade aguçava por vezes no aparelhamento para a guerra, em suma, como era a prática da época, apetrechava-se os navios atentos a necessidade premente do momento.

O que nos conta Oliveira Marques é que uma vez apreendidas as técnicas de construção, entre a admissão da madeira nas taracenas e a sua entrada na água já embarcação construída, era um processo relativamente pouco moroso, uma vez que eram dispensadas técnicas excessivamente sofisticadas, logo a celeridade construtiva permitia fazer face, a eventuais perdas de embarcações, tanto em combate como vitimadas pelas condições de ar alteroso que as levava a cair em naufrágio, sendo este igualmente um dos factores das constantes variações de número de embarcações disponíveis, pois se se requisitava por ordem régia o aparelhamento de 20 galés (a título de exemplo) e numa saída para o mar, se perdessem algumas delas, vamos apontar para cinco, ficaremos logo com quinze, mas a construção naval a próxima vez que chamada a dar resposta a uma chamada, apresentar-se-á com uma armada de galés com o número de 30 embarcações, pois a velocidade com que se perdiam eram quase directamente proporcional a rapidez com que se restabeleciam em números.

Atentos à tipologia dos navios falta-nos a abordagem do tipo de guerra praticada, traduzindo-se na aproximação das embarcações em litígio provocando uma abordagem, e a tradicional luta corpo a corpo, desta feita numa plataforma naval, em todo o caso, a luta a bordo era em tudo idêntica à luta em terra, aliás o que diferia, era o balanço próprio do embale das ondas, que proporcionava uma dança por vezes em desequilíbrio quando se tentava desferir um golpe promissor, mas que esse adorno impedia.

Mas como é de galés que se trata a marinha em pleno século XIV, é ao seu meio de propulsão que se deve o seu sucesso, factor primordial, que fazia depender o sucesso ou insucesso da missão, o que levava a que existissem diferentes tipos de remadores, os

---

<sup>161</sup> *Idem*, p. 359.

que tinham por missão essa mesma tarefa por escolha própria, que atendendo às necessidades não chegavam para suprir todos os lugares disponíveis, e aqueles que eram forçados, a esse trabalho, a que se associavam os presos que cumpriam a sua pena a bordo das galés, existindo não só os remadores por castigo, mas igualmente num recrutamento entre os homens livres o designados galeotes, mas que a dureza da missão, provocava inúmeras deserções. Eram estas galés apetrechadas pela coroa, em material de guerra e no necessário aprovisionamento para manter a subsistência no mar.

Estava assim em andamento a primeira definição estratégica naval portuguesa na Idade Média, patente na observação interna de Portugal, e com isso o ganhar consciência da posição geoestratégica do território no extremo de uma Península, definindo deste modo a figuração do poder nacional, manifestado igualmente nos meios existentes, na disponibilidade económica para encetar tamanho empreendimento a que se associa a componente militar como elemento agregador.

Ao somatório destas expressões, associa-se o poder anímico, onde entra a qualidade estratégica e a determinação de um nação na procura de novos mundos, que um século depois se soltava a dobrar um cabo tormentoso, que se traduziria num bom vento de esperança com um objectivo longínquo para chegar a repartir em duas áreas de influencia os destinos dessa grandiosidade, e sempre, em directa concorrência com o potencial concorrente, Castela, cuja superioridade em meios e população faz singrar nos primeiros momentos na colonização das Canárias, mas que não superará no poder anímico, nem na qualidade estratégica, seja o que for, que à época se entendia por criar um objectivo central, daí fazer ressurgir as questões derivadas, assente na observação do problema, reunindo os meios para atingir um fim, e esse é muito superior, ao próprio território português, que se viria a demonstrar, pequeno geograficamente mas gigante na ambição.

Porém, rematamos este capítulo, com a observação da viragem de paradigma, patente na mudança de século, onde se toma a real consciência, da necessidade de inverter o rumo no modo de fazer a guerra, que uma vez alcançado o objectivo final de solidificação terrestre do território em conquista, proporciona a viragem do modo de fazer a guerra, até então, essencialmente terrestre entre montes e vales, para se abrir outra frente de combate, desta feita numa guerra a passar-se e a afirmar-se nos altos e baixos do mar, e desse seguimento vivido em paralelo com o principal reino concorrente, Castela, que a paredes meias observava e era observada, na viragem do novo paradigma ibérico, no

dealbar do século XIV, onde a viragem ao Atlântico, viria a acarretar um investimento forte nos meios navais na formação de uma marinha, e dessa edificação, próxima até na origem dos verdadeiros impulsionadores, que dotaram as flotilhas de ambos os reinos com embarcações dentro dos mesmos moldes, reforçado até pela observação de Rodrigues Pereira<sup>162</sup>, apontado a particularidade da influencia deixada pelos fenícios até ao século XVII, ao persuadir a construção naval nas costas meridionais e ocidentais da Península Ibérica, sob influencia da arquitectura e técnicas de construção naval mediterrânica, de que são testemunho ainda hoje algumas embarcações fluviais, e que tiveram como precursoras o verdadeiro símbolo do poder naval na Idade Média, a Galé, o navio de guerra por excelência no período da primeira dinastia.

Desta feita é a partir do aprimoramento da construção naval, e da aquisição dos conhecimentos necessários para a navegação, aliado ao conceito ou objectivo estratégico na luta contra o Islão, que em 1336 e 1341, durante o reinado de D. Afonso IV, se dão lugar as primeiras experiências de expansibilidade atlântica, com as expedições conhecidas de Luso-genoveses às Ilhas Canárias, promovidas pelo Bravo, lançando deste modo Portugal no caminho da exploração do Atlântico, num demorado processo que levaria a chegar ao outro lado do mundo dois séculos depois, num empreendimento, só possível por existir uma carta de intenções, assente num objectivo traçado, com a necessidade de sair dos seus limites, e com esse ensejo fazer a, luta contra os infiéis do Islão, que estando a pouca distância, no outro lado do Algarve, que foi igualmente o ponto estratégico do lançamento de Portugal pelo Atlântico, estavam assim reunidas as condições necessárias para esse desiderato, a existência dos meios navais, até então verdadeiramente insipientes, e a visão estratégica, proporcionada pela ocasionalidade geográfica, que fez Portugal a olhar num sentido diferente do até então encetado, com a viragem a Oeste, e com ela a entrada pelo Atlântico.

---

<sup>162</sup> PEREIRA, J., (2010), *op. cit.*, p. 81.

### 3

## AS EXPEDIÇÕES NAVAIS

Ao abrir o tema deste capítulo, fazemo-lo de um modo diferente do até então abordado, e concebemo-lo com palavras que bem definem o momento de viragem a que Portugal esteve sujeito, na senda de um novo caminho, em cuja análise pretendemos seguir, a que encontramos evidência na mudança do paradigma modelar que reside na passagem da guerra terrestre, terminado que estava o processo de Reconquista, para passar a cruzar o olhar sobre o horizonte numa observação a poente, para uma imensidão de água que se apresenta até perder de vista, tratando-se esta incomensurabilidade factor natural, desde sempre associada como a identidade do povo português.

Portugal é o mar, como já alguém referiu, e isso é um dado incontornável, e com esta afirmação poderíamos terminar este capítulo pois tudo o que se possa dizer em termos de pesquisa sobre esta realidade irá cerrar por certo na confirmação material desta consideração.

Portugal mantém desde os primórdios da sua nacionalidade, um relacionamento próximo com o mar, firmado na sua essência após a conquista de Lisboa em 1147, que com a sua posse se viria a tornar um dos portos mais importantes do reino e estrategicamente melhor colocado da Europa, encaminhando-se deste modo para abrir os caminhos futuros de afirmação da primeira Dinastia, e que encontrou na conquista do Algarve a amplitude máxima possível, sob a observação do controlo Atlântico.

Temos, portanto, um Portugal, indissociável dessa fronteira, o Atlântico, onde passaria a residir a defesa do território, já numa perspectiva longínqua do seu exíguo espaço territorial, que na perspectiva de D. Afonso IV, e em rigor, a partir deste monarca, passaria o Oceano a ser o palco onde se desenrolariam todos os actos seguintes que levariam os portugueses a inclinar-se sobre o Atlântico Sul, passando a ser esse o caminho e colocando no exterior do seu espaço visual o centro dos seus desígnios e onde passaria a residir os seus cuidados. Todavia, João Paulo Oliveira e Costa, apresenta toda esta desenvoltura e preocupação de um modo claro e assertivo:

«O mar foi desde sempre um elemento constitutivo da identidade portuguesa, enquanto país periférico da Cristandade, que aliado ao confronto com os islamitas foram, pois, dois elementos estruturantes da identidade portuguesa que viriam a ser igualmente dois dos elementos básicos do processo expansionista iniciado no século XV.»<sup>163</sup>

É, por conseguinte, na observância destas palavras de Oliveira e Costa e nas antecedentes e subsequentes presentes no nosso estudo, que nos remetem para três linhas de execução distintas, relativamente ao contributo que consideramos que está presente em cada um dos *items* elencados, e que consideramos como potenciais concorrentes para a definição da identidade própria do povo português, e que de certo modo conduziram o inusitado reino agora independente, com uma reduzida população e parco de recursos económicos, que se virou à época a firmar num rasgo de oportunidade/necessidade a sua entrada pelo Atlântico Sul, e esses foram no nosso raciocínio, verdadeiros factores de impulsionamento e da máxima importância, onde não poderia deixar de ser considerada a) A posição periférica de Portugal propícia a encetar projectos atlânticos; b) A Cristandade como elemento cultural e idiossincrático de um povo temente a Deus, tendo a Santa Sé como aliado e mediador fez afirmar como território; c) A luta acérrima contra aqueles que professando outra religião não temiam a Deus (o Deus Cristão, mas sim a Alá) mas seguem os prenúncios do Profeta.

Será, por conseguinte, assente na observação destes fatores intimamente ligados entre si, que enquadramos as expedições navais entretanto lançadas, e que as Canárias ganharam o protagonismo na abertura das hostilidades, uma vez que as realizações das expedições gozaram em primeiro lugar, fruto da excelente localização geográfica do território português, um ponto de paragem obrigatória entre o Atlântico Norte e o Mar Mediterrâneo. A Cristandade entra nesta equação como elemento impulsionador no alargamento do território, a que estaria intimamente associada a luta contra o Islão. Tendo sido do somatório dessas fracções que sairia o resultado de estabilidade tão necessária para encetar novos projectos e com eles a criação de novas linhas de preocupação e dedicação.

Subia, assim, o pano para dar início ao primeiro ato da odisséia lusa, na procura e afirmação dessa identidade, própria do povo sitiado para Oeste da Meseta Ibérica, que se

---

<sup>163</sup> COSTA, J., (2014), p. 19.



encontra imbuído de um verdadeiro espírito de cruzada, mesmo depois de ver solidificado os seus limites territoriais e que se encontra agora, na lógica de um processo expansivo, de descoberta e conquista. O móbil para fazer vingar e alargar a condição de luta pela *Christianitas*.

No entanto, não é no século XV, como nos remetem as palavras de Oliveira e Costa que nos encontramos fincados, mas um século antes em pleno segundo quartel do século XIV, mas que o princípio subjacente às palavras transcritas bem se enquadra no nosso período em estudo, onde consideramos que os primeiros alvares do processo expansivo apontado para a vivência em pleno século XV, que teve sim, origem, um século antes e mais precisamente com a expedição às Canárias, no reinado de D. Afonso IV. É, pois, na observação do território português, que nos respeita em análise, saído do longo processo de luta contra o Islão, que em termos cronológicos, podemos colocar, no período situado entre 1096 data da atribuição do condado Portucalense ao Conde D. Henrique, até à chegada ao Algarve, de D. Afonso III em 1249.

Cento e cinquenta e três longos anos, separam estas duas datas, mais de um século e meio de lutas de avanços e recuos, e novas conquistas, que traçaram a afirmação de um nobre povo, de um território ocidental colocado num enclave entre Castela e o oceano, que uma vez cumpridos os anos de luta contra os infiéis, proporcionava agora uma merecida tranquilidade, propícia à observação de novos horizontes.

Firmado e transposto este condicionante estratégico, que impedia a aplicação de energias sobrantes em conspexões e desinquietações exteriores, para além da necessária observação de defesa da faixa litoral, (visitada inúmeras vezes por corsários), e o cumprimento da linha estratégica traçada, traça um objectivo, o de chegar ao extremo sul do território, que irá conduzir Portugal sob a batuta do rei D. Afonso IV, a lançar-se em expedições para águas longínquas, tornando as Canárias como o arranque desse processo de alargamento de influências. Estas influências viriam a usufruir da influência geoestratégica de charneira que o território português proporcionava na colocação privilegiada entre o Mediterrâneo e o Atlântico, e que as palavras de Bernardo Vasconcelos e Sousa<sup>164</sup> reforçam fazendo notar o apelo que o mar fazia acentuar no desenvolvimento da actividade económica assim como em toda a cadeia de relações económico-diplomáticas, assim como o desenvolvimento da defesa marítima com uma preocupação com a defesa naval que essa cadeia de influências viria a proporcionar.

---

<sup>164</sup> SOUSA, B., (2005), *op. cit.*, p. 177.

Todavia, no que às Canárias diz respeito, se outras digressões exploratórias tiveram lugar sob o alto patrocínio do rei de Portugal, não temos muita informação, uma vez que para o período em análise e sobre o tema, não existem os tão necessários rastros de esclarecimento, sendo portanto uma necessidade a observância das fontes existentes.

Somos da opinião que se deveria proporcionar, a ser possível, uma outra abordagem mais estratégica e visionária, assim como as considerações e conclusões apresentadas por significativos historiadores, como Luís de Albuquerque, Bernardo Vasconcelos e Sousa e, sobre a temática da guerra com Castela de 1336 a 1339, Miguel Gomes Martins desenvolve uma tese que não pode ser relegada para segundo plano, mas antes para uma observação prioritária, tal como o trabalho realizado por Armênia Maria de Souza, que apresenta outros caminhos de observação e não somente restringidos a aspectos diplomáticos e políticos, entre enlaces e diferendos matrimoniais.

Todavia, sentimos ao longo deste ensaio, uma necessária observação mais pormenorizada sob a perspectiva militar e consequentemente estratégica, que julgamos presente e passível de ser retirada, dos documentos em análise, tanto na carta de D. Afonso IV ao papa Clemente VI, assim como no relato apontado a Bocácio saída como referencia a viagem efectuada as Canárias em 1341.

Temos portanto decorrente dessa particularizada informação retirada na análise desses documentos, uma outra frente de confronto e investigação, a necessidade de auscultarmos os aspectos conjunturais em curso no seio da competitiva Península Hispânica, com dois monarcas próximos em consanguinidade e concorrentes nos interesses, que nos leva a observar as ordens de largada das amarras, dos cais firmes do território Ibérico, de uma forma conjunta, e não muito distante dos confrontos Ibéricos que dividiriam os dois monarcas entre 1336 e 1339, onde entre o diferendo essencialmente terrestre (embora naval na batalha do Cabo de S. Vicente) e o despoletar da saída para a exploração das Canárias nos parece existir uma concreta proximidade.

Para reforço desta linha de observação, teremos como base como já referimos a análise da carta de D. Afonso IV ao papa Clemente VI, cruzada com a investigação de Luís de Albuquerque e Bernardo Vasconcelos e Sousa, na linha apresentada por Magalhães Godinho, na consideração de autenticidade do documento, e as linhas de ação encontradas no cumprimento da guerra luso-castelhana de 1336-1338, de Miguel Gomes Martins, um estudo que não nos liga à «questão das Canárias», mas que lança mais linhas

de investigação que aproveitamos para fazer cruzar com os dois eventos, afastados na sua génese nos estudos até então publicados, mas faltando a nosso ver essa ligação.

Não poderíamos deixar de interligar em conformidade dois acontecimentos que a decorrer em simultâneo, se vêm afastados de uma observação conjunta, uma vez que os intervenientes são efectivamente os mesmos, Portugal e Castela. Por conseguinte, e considerando uma primeira expedição, levada a efeito antes de despoletada a guerra com Castela, temos em observação duas únicas tentativas exploratórias de Portugal em relação às Ilhas Canárias no reinado de D. Afonso IV. Uma primeira rodeada, ao que alvitramos, por um sigilo absoluto, provavelmente a rondar o ano de 1336, ou talvez antes<sup>165</sup>, mas nunca antes do reinado de D. Afonso IV, inserida num processo político-estratégico do monarca português, verdadeiramente encaixada nos princípios sigilosos advogados à época no que respeitava a este de tipo de eventos; e a subsequente expedição de 1341, com aprovação régia com total beneplácito da Santa Sé, num processo saído da vitória frente ao Islão na batalha do Salado em 1340, tendo como objectivo o alargamento da cristandade por terras gentias.

Todavia, antes dos portugueses já existiam relatos da presença de uma expedição exploratória genovesa, atribuída a uns irmãos Vivaldi, e que teriam ultrapassado o Bojador, em finais do século XIII<sup>166</sup>, apontando-se o ano de 1291<sup>167</sup>, embora exista sobre esta expedição uma nublosa muito serrada acerca da sua real condição<sup>168</sup>, assim como da data possível para a sua realização, pelo facto de à mesma não ter sido concluído o roteiro da viagem, e da mesma se ter perdido no tempo, uma vez que o último relato da sua localização hipoteticamente para fazer aguada, se aponta para uma paragem efectuada num porto a norte do Cabo Não.<sup>169</sup> Momento, a partir do qual, se virão a tecer todas as mais variadas conjecturas, uma vez que mais não houve do que esta posição conhecida uma vez cruzado para Sul o estreito gibraltino.

Da observação da proximidade geográfica entre o continente africano e o arquipélago das Canárias, se julga poder ter aportado às ditas ilhas, mas que a dado momento provavelmente após essa segunda paragem se perderam as esteiras dos

---

<sup>165</sup> ALBUQUERQUE, L. (2001), *op. cit.*, p. 91.

<sup>166</sup> *Idem*, p. 84.

<sup>167</sup> BONNET, B., (1942), «Las Canárias y los primeros exploradores del Atlántico», *Revista de História*, tomo 08. Año 15, número 057, JAN 1942, *Memoria Digital de Canárias*, p. 41.

<http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/revhistoria/id/376> [em linha, consultado em 24/01/2016].

<sup>168</sup> ALBUQUERQUE, L., (2001), *op. cit.*, p. 85.

<sup>169</sup> *Idem*, p. 84.

aventureiros italianos. No entanto não desejámos abandonar a referência como elemento pioneiro que nos é dada e que marca como data a partir da qual se abriam as portas a visitas sequenciais, como a apontada a Lancelloto Malocello, ou Lanzarote<sup>170</sup>, que acaba por se estabelecer numa das ilhas, a que dará posteriormente o nome.

Outras se seguiram, e outros foram os exploradores a indagar a presença no Mar Oceano destas Ilhas Afortunadas, depois da estadia de Lancelloto. Mas, é às expedições atribuídas à coroa portuguesa, ou por si patrocinadas, que se prende esta nossa análise. Na análise de Armênia Souza<sup>171</sup>, surge Lancelloto Malocello<sup>172</sup> (Lanzarotto Pessagno), terceiro filho de Manuel Pessanha, como tendo participado como capitão na expedição de 1336, mas sobre a qual nos falta a necessária informação vinculativa, e respectiva contextualização. Fato que contrasta com a expedição de 1341, cuja observação se atribui como já referimos a um redator apelidado de Giovanni Boccacci<sup>173</sup>, ou Bocácio, que nos caracteriza a expedição em proximidade e coincidência de fatos, afigurando-se na similitude das duas eventualidades embora com algumas discrepâncias, como é verificado na descrição de Bonnet, e por Luís de Albuquerque.

Desta feita, compartilhamos a análise da missiva de Afonso IV ao papa, afigurando, uma expedição pioneira realizada por Portugal, ao que se depreende a rondar o ano de 1336, socorrendo-nos para tal análise, da tradução do latim para português do século XIX, disponibilizada por Joaquim José da Costa de Macedo, nas Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, numa lição lida na sessão pública da dita Academia em 24 de Junho de 1816, sobre o tema *Memórias para a História das Navegações e Descobrimientos dos Portuguezes*.<sup>174</sup>

Desta feita e como o processo de exploração se enquadrava nos princípios de fazer valer a força sobre os que sitiados, mostrassem resistência à chegada de novos «visitantes», o empreendimento saído de Lisboa em 1336, é segundo o que se prende com a observação da carta de Afonso IV, uma iniciativa puramente ofensiva, tendo por base a intervenção em força e em propósito, na intenção da subjugação dos povos nativos, uma vez que no «trem de campanha», a logística para a missão, fez apetrechar as naus que se

---

<sup>170</sup> SOUZA, M., (2015), *op. cit.*, p. 48.

<sup>171</sup> *Idem*, p. 50.

<sup>172</sup> Que viria a ser o terceiro Almirante de Portugal.

<sup>173</sup> BONNET, B., (1943), «La expedición Portuguesa a las Canárias en 1341», *Revista de Historia*, Tomo 09, año 16, numero 062, Abril de 1943, *Memória Digital de Canárias*, p. 112. <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/revhistoria/id/569> [em linha, consultado em 24/01/2016].

<sup>174</sup> MACEDO, J., (1816), <https://archive.org/stream/memoriasparahist00mace#page/n1/mode/2up> [em linha, consultado em 19/12/2015].

fizeram ao largo, com todos os artifícios para um possível embate, assim como o propósito de obtenção de testemunhos da sua presença, como a recolha pela força de nativos canários, assim como de gado caprino, por certo em maioria por terras longínquas, mas fazendo recair na preocupação inicial a pouca apresto para a colonização, talvez por falta de recursos humanos para o efeito, ou por não se tratar esse o objectivo principal da primária expedição, tratando-se de uma observação do estado do território a explorar e a firmar num futuro, assim como auscultar possibilidades de recepção nativa, assim como a observação das capacidades de captação de recursos a trazer de regresso, assim como tudo o que pudesse ser reunido pela frota em exploração, em força e em recursos para conquistar de facto as ditas ilhas.

Para tal, resta-nos observar a não fixação portuguesa no território atento ao reduzido número de efectivos militares preparados para tomar de assalto a ditas ilhas, necessitando num futuro a querer-se próximo, para em força se entregar à consequente conquista das ilhas do Arquipélago das Canárias. Desta feita, temos de observar as palavras de Afonso IV, com uma outra perspectiva, a de interligação que consideramos existir nesta particularidade atlântica e a guerra ibérica travada entre 1336 e 1339. O rei escreve ao papa, que só não efectivou a devida conquista, como reivindica a inauguração de presença nas ditas ilhas, alegando que foram «os nossos naturaes [...] os primeiros que acharão as mencionadas Ilhas, e se não fora a guerra que se ateou primeiro entre nós e ElRei de Castella, e depois entre nós e os Reis Sarracenos»<sup>175</sup>. Faz, assim, uma nítida alusão, primeiro aos conflitos iniciais com a incursão de D. Pedro pelo Minho, e a seguir no Alentejo com o cerco a Badajoz. Ambos os eventos se encontram retratados na carta ao papa, assim como a batalha do Salado.

Posta esta linha de observação, a expedição às Canárias, a ter lugar, teve de se realizar por 1336, ou ligeiramente antes, mas não muito distante, e já no decurso do reinado do sétimo rei de Portugal, uma vez que se acha a referi-lo na primeira pessoa do plural «[...] e desejando pôr em execução o nosso intento, mandámos lá as nossas gentes [...]»<sup>176</sup>, o que denota uma intenção e participação pessoal na acção.

Todavia, é sobre o aspecto militar, que encontramos na esmagadora maioria dos eventos levados a cabo pelos monarcas da Idade Média, que vemos a preocupação de preparação estratégica, presente na acção de campanha às Canárias. Com a posse desse

---

<sup>175</sup> *Idem* p. 10.

<sup>176</sup> *Idem* p. 10.

território do Atlântico abriam-se outras perspectivas de defesa do próprio território, assim como o próprio controlo do Mediterrâneo, a meio caminho do percurso para Portugal.

O Mediterrâneo, embora abertas as portas para o Atlântico, nunca deixou de possuir um elevado peso estratégico e económico para os cofres do reino, e com a saída para o mar aberto, também esse mar fechado ganhava em oportunidades e em benefício de defesa estratégica por não se deter nas suas margens próximas mas a uma distância que lhe permitia efectivar uma observação mais completa fora desse mar pequeno que residia no triângulo presente entre o sul do território português, o norte de África e as próprias colunas de Hércules.

As Canárias ganham por si só, com a sua localização geoestratégica, uma importância muito elevada para o próprio Mediterrâneo, uma vez que as correntes atlânticas faziam «arrastar» as esteiras das embarcações ao encontro das Canárias, fazendo parte também da ligação no futuro em termos de proximidade ao território africano a que dista uns meros cem quilómetros. É, também, da articulação observada entre a coincidência geográfica do Estreito de Gibraltar, que faz ligar o Mediterrâneo ao Atlântico, assim como da sua proximidade com a Península Ibérica, em concordância, com o Norte de África, que faz das Canárias em relação ao *mare clausum* igualmente um ponto estratégico para o reforço dessa interligação.

Adquire, agora, o Arquipélago das Canárias, com as campanhas de exploração e colonização encetadas na primeira metade do século XIV, uma condição de excelência representando-se como ponto vital e estratégico, saindo reforçada após a fixação do poder castelhano, e a catequização da população Guancho. É, por conseguinte, conhecedor destas considerações, que D. Afonso IV, se toma a entrar pelo Atlântico, atento à localização das ilhas, que desde o século XIII se tinha em conhecimento, nem que fosse aproximado, e que a sua acção visionária faria despertar tanto na coroa portuguesa, como na castelhana, uma perspectiva do arquipélago sob o ponto de vista geoestratégico. Tinha-se chegado, com a conquista do Algarve, a um novo enquadramento da posição geográfica que Portugal passará a deter, assim como o desenvolvimento de uma consciência a que desde D. Afonso III, passando pelo reinado de D. Dinis, e agora com D. Afonso IV, passaria a ser a preocupação de Portugal, a defesa estratégica do território terrestre. No entanto, passa a existir a consciência da necessidade de uma estratégia marítima que lhe proporcione uma efectiva protecção, e essa surge nos intentos régios com a definição de

uma política marítima, reforçada no domínio de possessões atlânticas e no necessário desenvolvimento de uma política naval.

Dava-se, por conseguinte, em Avinhão essa probatória com o Papa Bento XII, a conceder a D. Afonso IV a bula *Gaudeamus et exultemus*, datada de 30 de Abril de 1341, na qual atribuía a dízima de todas as rendas eclesiásticas, no reino, durante dois anos, para levantar a bandeira da cruzada contra os infiéis.<sup>177</sup>

A partir dessa satisfação monetária, patrocina o monarca português a expedição que sairá de Lisboa a 1 de Julho de 1341, com o rumo dirigido às Canárias, de onde viria a regressar em Novembro do mesmo ano.



Fig. 11 - Lisboa nos séculos XIV e XV. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File: Braun\\_Lisboa\\_HAAB.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File: Braun_Lisboa_HAAB.jpg)

Não perdia, por conseguinte, a oportunidade Afonso IV, para se lançar sobre a sua perspectiva estratégica, que implementou de certa medida, na herança deixada pelo seu pai, que abrisse os rasgos de observação marítima de onde saíam as suas mais pesadas preocupações com as constantes incursões corsárias que assolavam a sua costa, e para a qual se fez dotar de homens conhecedores do mar, para se apetrechar com a tão necessária força naval para desenvolver a política marítima que se encontrava a desenvolver.

Reforçava, deste modo, Portugal, uma posição meridional em relação à defesa da própria Europa, como a sua última fronteira. Daí para a frente, restava a Portugal desenvolver e afirmar a sua defesa individual, e em termos genéricos a do restante território continental europeu, com o desenvolvimento de um planeamento estratégico-militar (se é que o podemos designar desta forma na época), que funcionaria igualmente como linha avançada na difusão da *Christianitas*, e assim projectar-se no domínio do mar

<sup>177</sup> SOUSA, B., (2005), *op. cit.*, p. 222.



e dos caminhos possíveis de percorrer entre ventos e marés, aliado a correntes predominantes que fariam chegar a terras longínquas, como as Canárias.



Fig. 12 - Regime de ventos atlânticos, segundo Jaime Cortesão, in *Os descobrimentos Portugueses*.

E, nesse seguimento, essas ilhas abririam a Portugal e a Castela, a porta do futuro, à visão estratégica do controlo do Atlântico, no caso do primeiro, com as suas reduzidas capacidades materiais, «com marinheiros de ferro em navios de madeira», conseguiram passar além do *Promontorium Sacrum*, como extremo continental mais a Sudoeste do território português e que era o último ponto conspícuo que os marinheiros lusos observavam quando se afastavam rumo a sul, até chegar as Ilhas Afortunadas, como eram designadas as Canárias na Antiguidade.

Chegara-se às Canárias e esse era apenas o princípio de uma longa disputa entre Portugal e Castela, pela sua posse, abriram portas e traçaram caminhos, e nesse notável feito, a estratégia do secretismo, deu igualmente o seu fruto na primeira expedição, essa é a nossa convicção e esse será o caminho que iremos explorar, assim como a sua efectiva realização presente nos intentos da guerra com Castela iniciado e praticado no mesmo período de tempo. E porque não considerar as incursões «cirúrgicas» do monarca português como uma manobra de distração, dos verdadeiros intentos que tentava colocar em prática?

Enquanto se lançava ao mar rumo a sul, em busca das Ilhas Afortunadas,urgia fazer-se algo que distanciasse os olhares atentos de Castela das águas atlânticas e que melhor do que uma incursão por terras minhotas para abrir as hostilidades evasivas? No



entanto, a brevidade da missão, não se pronunciou em grandes embates embora desbastador e destruidor de terras, mas que a proximidade com o litoral, fez desvanecer, sendo relevante, observar a entrada pelo Alentejo, montando um certo inconclusivo e sem êxito a Badajoz, e levando ao confronto junto de Vilanueva del Fresno. Era importante montar as manobras evasivas enquanto se montava uma estratégia marítima. E, dessa forma, atingiam-se dois propósitos com uma só ação: a declaração de guerra a Castela, provocando o reforço dos castelos e aldeias raianas, reforçando a defesa do território; e os primeiros avanços para o domínio Atlântico.

As Canárias representavam, deste modo, parte da estratégia militar do monarca português, com a projecção atlântica a ganhar corpo com o conhecimento do percurso a efectuar tornando mais expedito o trânsito de influencia almejada pelo poder régio português, enquanto mantinha as inquietações de Afonso XI dedicadas em pequenas e dispersas incursões, por forma a poder desbaratar meios e recursos humanos, dispersando forças, e com essa acção enfraquecendo o poder militar. De salientar, que, se em número os exércitos castelhanos sempre foram superiores aos portugueses, nem sempre a quantidade foi resultado de supremacia no terreno, e isso estava a acontecer durante a declaração de guerra entre monarcas, se é certo que em alguns embates a supremacia se encontrou do lado castelhano, (como em Vilanueva del Fresno, e no mar na batalha do Cabo de S. Vicente). Também as forças portuguesas se afirmaram em todas as outras incursões, mas no final e por não ter existido uma batalha real que colocasse frente a frente as duas hostes, nenhuma das fações saiu vencedora, o que denota, que apesar de devastadoras as incursões praticadas elas não tinham o verdadeiro propósito intrínseco de conquista.

Se é certo que em teoria, todos os embates possuem um objectivo intrínseco de vitória e se possível conquista, durante a guerra luso-castelhana de 1336-39, não reunia essas condições nem foi preocupação reunir esses requisitos, daí considerarmos que as desavenças entre famílias s tratou de um pretexto para lançar a discórdia o motivo por detrás desse pretexto oi outro e esse é na nossa observação mais longínqua e assenta na exploração das Canárias entretanto já encetada, sendo necessário para assegurar o sucesso da missão que as atenções do monarca castelhano se encontrassem viradas para outros focos de interesse, e esses encontramos-los noutras latitudes bem mais próximas do seu espaço territorial da Península Hispânica.



## 4

### A LUTA PELAS ILHAS CANÁRIAS

Citando Avelino de Freitas de Meneses<sup>178</sup>, foi «no final da Idade Média, com a necessidade de conhecimento do mar que motiva o descobrimento das ilhas, (...) e com a ameaça do Islão obriga a Europa à exploração do Atlântico, que principia com o desvendar da costa africana e com incursões nos arquipélagos fronteiros, como as Canárias».

Se é dado adquirido que a história europeia e, nomeadamente, a história da Península Ibérica, se fez vigilante dos conflitos existentes, reforçados por assédios, cercos e lutas de interesses, entre os reinos constituintes, e o combate contra os mouros, a questão das Canárias, «fruto da omnipresença do mar»<sup>179</sup> é, novamente, um episódio da história militar e estratégica, a acrescentar ao rol de diferendos entre Portugal e Castela.

A excelência geográfica do território português, cerrado nos seus limites, a Leste por Castela, e a Sul pela constante presença muçulmana, o voltar para o Oceano, representará uma ação hercúlea, que corresponde «à libertação de um isolamento milenar, sob o jugo do Islão»<sup>180</sup> e, com essa iniciativa, proporcionar uma transformação cultural e identitária enquadrada num quadro de vivência atlântica. Quando, perto do final do segundo quartel do século XIV, o papa Clemente VI, gozando da sua *plenitudo potestatis*, se vê na necessidade de escrever aos reis Ibéricos, através das bulas *Vinee domini sabahot*, e *Desiderabiliter affectantes*, de 11 de dezembro de 1344, declarando que conferiu uma bula<sup>181</sup> a sagrar D. Luís de la Cerda como Príncipe das Ilhas Afortunadas, depois de este lhe ter apresentado que «havendo no mar Oceano entre o meio-Dia, e o Ocidente humas Ilhas Afortunadas»<sup>182</sup>, e que ele as desejava adquirir para exaltação da Fé, o papa decide aceder ao nobre castelhano, e escreve aos dois monarcas, esperando acalantar com a sua decisão uma resposta assertiva dos reinos ibéricos, e que fosse ao encontro dos seus intentos políticos. E, nessa missiva, solicita o apoio para esse exercício, entre recursos materiais, humanos e bélicos. Todavia, não conseguiu na realidade, ver cumpridos os seus

---

<sup>178</sup> MENESES, A., (2006), «Portugal é o Mar», *Revista Arquipélago, História*, 2ª série, XI-XII (2007-2008), 2006, p. 193. [https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/628/1/AvelinoFreitasMeneses\\_p193-204.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/628/1/AvelinoFreitasMeneses_p193-204.pdf), [em linha, consultado em 24/01/2016].

<sup>179</sup> *Idem*, p. 194.

<sup>180</sup> *Idem*, p. 196.

<sup>181</sup> Bula *Tue deuotionis sinceritas*, datada de 15 de Novembro de 1344.

<sup>182</sup> MACEDO, J., (1816), *op. cit.*, p. 6.

intentos. Antes pelo contrário, com estes despachos, provoca um episódio de divergência ibérica, que se arrasta pelo século XIV, e que entrará pelo século XV, na disputa pela posse das Canárias.

A 13 de março de 1345, em resposta às duas bulas de Clemente VI, D. Afonso XI de Castela comunica ao papa o seu reconhecimento sobre o título de príncipe das Canárias concedido a D. Luís de la Cerda, e não deixa de afirmar que «tais ilhas pertencem de direito aos reis de Leão e Castela».<sup>183</sup> Reivindicando-as, portanto, para a coroa, embora aceitando aquela nomeação papal. Esta resposta causa à cúria papal embaraço. Os seus propósitos não estão a seguir o melhor caminho. Cerca de um mês antes, a 12 de fevereiro de 1345, D. Afonso IV de Portugal, havia feito expedir uma missiva dentro dos mesmos moldes, dirigida à Santa Sé, tendo como base as já citadas bulas. Era uma epístola formal reconhecendo a nomeação do nobre castelhano, como «Príncipe das Afortunadas», mas que não deixava de ser um protesto. Ante a contestação do monarca português, e a observação da sua missiva, a questão da expedição às Canárias volta a estar no centro das incertezas europeias. A contestação do rei português de 1336 provoca uma flutuação das perspetivas e das interpretações e às quais a historiografia não tem sido totalmente clara. A escassa reflexão sobre este episódio, num momento de grande relevância político-militar, como observa Miguel Gomes Martins, que considera a falta de interesse pela história militar desse período, e da pouca atenção que tem sido dedicada aos trinta e cinco anos de reinado de D. Afonso IV.<sup>184</sup> Também B. Vasconcelos e Sousa reconhece, que sobre certos períodos da Idade Média, nos deparamos inúmeras vezes com uma observação extremamente intrincada<sup>185</sup>. Isabel Morgado da Silva, refere o mesmo: «as ilhas Canárias assumem no devir histórico do processo dos descobrimentos e expansão portuguesa um espaço de memória que não pode deixar de ser considerado», mas que sobre esta questão, em determinados assuntos «infelizmente, não permitiu, nem permite, avançar muito mais»<sup>186</sup>.

Partindo destas três considerações, embora muitas outras seguramente existam, sobre a questão das expedições às Canárias, acreditamos que existem ainda questões para as quais se procuram respostas. A falta de importância dedicada aos estudos sobre o reinado de D. Afonso IV, acrescenta dificuldades a uma melhor definição da importância

---

<sup>183</sup> *Monumenta Henricina*, vol. I, doc. 98, p. 234.

<sup>184</sup> MARTINS, M., (2005), *op. cit.*, p. 19.

<sup>185</sup> SOUSA, B. (2005), *op. cit.*, p. 230.

<sup>186</sup> SILVA, I., (2006), p. 93. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3406.pdf> [em linha, consultado em 10/02/2016].

de terem sido os portugueses os primeiros exploradores ocidentais das ilhas Canárias. Porém, sendo de apreciar que da presença portuguesa nas ilhas Canárias na primeira metade do século XIV, não nos chegam outras fontes além da carta de desagravo e de reivindicação por parte de D. Afonso IV ao papa Clemente VI, como nos é exposto por Luís de Albuquerque<sup>187</sup>, será, por conseguinte, sobre esta missiva, que andarás a nossa observação exploratória. Ou seja, sobre a expedição subvencionada pelo rei português, aquele que as haveria de fazer surgir da nublosa oceânica, aquelas ilhas atlânticas, como parte do processo português de afirmação no Atlântico. Parece-nos que a posse portuguesa do arquipélago estabeleceria um novo enquadramento estratégico, quer na relação com a costa portuguesa e na proteção do estreito de Gibraltar, quer na possibilidade de exploração do continente africano. As possibilidades eram interessantes para a Coroa. E, é nesta perspetiva que temos de observar a carta de D. Afonso IV. Luís de Albuquerque<sup>188</sup>, passa em referência, algumas das visitas levadas a cabo, segundo a tradição historiográfica, mas sobre as quais assenta expressivas reservas e ambíguas suposições.

Esta observação oceânica, ganha assim a sua centralidade, quando o reino atinge a estabilidade nas fronteiras terrestres. O mar adquire expressão própria na necessária afirmação do reino e, com esta esteira deixada pelos seus navios nas águas atlânticas, abriam-se e amplificavam-se as possibilidades portuguesas. No quadro das relações diplomáticas na Península Ibérica e, também, com a Europa e a Santa Sé, Portugal adquiria e reforçava o seu estatuto de potência. A correspondência trocada com o papa bem define esta realidade.

A celeuma sobre as Canárias está lançada. O estratagema castelhano (e papal) de se conferir a posse das ilhas a um privado não passa despercebido aos portugueses. E, se o arquipélago é entregue, em 1344, ao nobre castelhano, quando é que as forças (privadas ou da coroa de Castela) ocupam o território? Esta é uma questão cuja resposta nos é dada por alguns historiadores espanhóis, como Aznar Vallejo, «sin embargo, la titularidade de la conquista y colonización autorizadas por estos títulos no fue ejercida inicialmente por la Corona, quien la cedió a los poseedores del señorío de las islas. El primero de ellos, fue Juan de Bethencourt, que em 1402 inició la ocupación de algunas islas de forma

---

<sup>187</sup> ALBUQUERQUE, L. (2001), *op. cit.*, p. 104.

<sup>188</sup> *Idem*, pp. 90-104.

independiente, aunque al año seguinte hubo de declararse vassalo de Enrique III». <sup>189</sup> Este princípio é, também, defendido por Alberto Vieira <sup>190</sup>, assinalando que é com a expedição de Jean de Betencourt que, em 1402, se dá o início da conquista das Canárias. Temos, portanto, Castela a assenhorear-se do território insular (ou parte dele) só no século XV, sessenta e seis anos depois da data apontada por D. Afonso IV, (1336), para a expedição portuguesa às Canárias, e sessenta e um anos após a expedição, relatada por Bocácio, patrocinada pelo rei de Portugal. Atendendo às fontes disponíveis <sup>191</sup>, existem duas incursões patrocinadas pela coroa portuguesa, e nenhuma por Castela. Esta observação é reforçada por Costa Macedo <sup>192</sup> que refere poder dar-se «como certo que nenhuma parte da expedição que D. Luiz de la Cerda aprestada para as Canárias chegou a ir lá», uma vez que viria a morrer, numa batalha contra os ingleses em Crécy, no ano de 1346, ao serviço do rei Filipe de Valois. <sup>193</sup> Parece, afinal, que o processo castelhano, encabeçado por La Cerda, não cumpriu os seus objetivos. Parecia frustrada a estratégia papal (e castelhana). O papa tinha de voltar à carga. Determinou a concessão de indulgências aos que durante três anos aceitem participar na missão, considerando-os como se o estivessem a fazer em salvação da Terra Santa, mas este incentivo não teve grande sucesso. Todo o processo em torno das Canárias gira, nesta fase inicial, sobre aspetos diplomáticos. Está nas bulas papais a controvérsia e a dinâmica de opostos entre portugueses e castelhanos. As bulas introduzem o problema. A bula *Tue deuotionis sinceritas*, de 15 de novembro de 1344, desencadearia todo o processo, onde o Clemente VI, se dirige a D. Luís de Espanha (ou de La Cerda), «a conceder-lhe e a seus herdeiros e sucessores católicos e legítimos, em feudo perpétuo, as Ilhas Afortunadas ou Canárias com todos os seus direitos e pertenças, mero e misto império e jurisdição temporal, sem prejuízo do direito de outrem, com título, coroa e cetro áureos de Príncipe da Fortuna, para ele promover nelas a difusão da fé

<sup>189</sup> VALLEJO, E., (1983), *La integración de las Islas Canarias en la Corona de Castilla, (1478-1526) aspectos administrativos, sociales y económicos*, La Laguna – Madrid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de La Laguna, (excerto policopiado), p. 41.

<sup>190</sup> VIEIRA, A., *Los Portugueses y las Islas Canárias-Madeira, Azores y la Isla de Lanzarote*, online, Funchal, CEHA, p. 18. <http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/aieira/lanzarote.pdf>

<sup>191</sup> A carta de D. Afonso IV ao papa Clemente VI, e o relato de Bocácio, de 1341.

<sup>192</sup> MACEDO, J., (1844), *Memória em que se pretende provar que os árabes não conhecerão as canárias antes dos Portuguezes*, Lisboa, Academia Real das Ciencias de Lisboa, p. 185.

[https://books.google.pt/books?id=4ExBAAAACAAJ&pg=PA76&lpg=PA76&dq=Mem%C3%B3ria+em+que+pertende+provar+que+os+%C3%A1rabes+n%C3%A3o+conhecer%C3%A3o+as+can%C3%A1rias+antes+dos+Portuguezes&source=bl&ots=R6T8DVKo2C&sig=bWL3UbxkIaUoarlJD9Inv\\_OSQQ4&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiDn5DKmLrQAhWBVxQKHc8GDdEQ6AEIKDAB#v=onepage&q=Mem%C3%B3ria%20em%20que%20pertende%20provar%20que%20os%20%C3%A1rabes%20n%C3%A3o%20conhecer%C3%A3o%20as%20can%C3%A1rias%20antes%20dos%20Portuguezes&f=false](https://books.google.pt/books?id=4ExBAAAACAAJ&pg=PA76&lpg=PA76&dq=Mem%C3%B3ria+em+que+pertende+provar+que+os+%C3%A1rabes+n%C3%A3o+conhecer%C3%A3o+as+can%C3%A1rias+antes+dos+Portuguezes&source=bl&ots=R6T8DVKo2C&sig=bWL3UbxkIaUoarlJD9Inv_OSQQ4&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiDn5DKmLrQAhWBVxQKHc8GDdEQ6AEIKDAB#v=onepage&q=Mem%C3%B3ria%20em%20que%20pertende%20provar%20que%20os%20%C3%A1rabes%20n%C3%A3o%20conhecer%C3%A3o%20as%20can%C3%A1rias%20antes%20dos%20Portuguezes&f=false) [em linha, consultado em: 05/12/2015].

<sup>193</sup> SOUZA, A., (2015), *op. cit.*, p. 55.

católica, de cujo principado ele e sucessores pagarão anualmente ao Sumo Pontífice o censo de 400 florins de ouro»<sup>194</sup>. É, por conseguinte, esta missiva emanada pela autoridade papal, que despoleta o processo. Que continua noutra bula do mesmo Clemente VI. Desta feita é dirigida a D. Afonso IV (assim como aos restantes monarcas ibéricos), a 11 de dezembro de 1344. Esta é a bula *Vinee domini sabahot*, onde se comunica que havia sido reconhecido ao nobre castelhano o direito de posse das ilhas Canárias e «que, desejando Luís de Espanha promover a dilatação da fé católica nas Ilhas Afortunadas (Canárias) e noutras das partes de África a elas adjacentes, lhas concedera [...] em propriedade e domínio temporal, com as insígnias e título de principado [...]».<sup>195</sup>

Nesta ordem o papa faz saber através da bula *Desiderabiliter affectantes*, datada igualmente de 11 de dezembro de 1344, dirigida igualmente ao monarca português e aos reinos cristãos ibéricos, solicitando que o nobre castelhano possa junto dos seus reinos, «extrair livremente [...] pagando porém os devidos impostos e justo preço, navios, gentes de armas, viveres e outras coisas necessárias à empresa em que lhe falou noutras letras [...]»<sup>196</sup>. Continuamente a esta troca de correspondência diplomática, e entre a bula decretando indulgências durante dois anos, sobre a dízima dos rendimentos eclesiásticos do reino, por forma a D. Afonso IV poder continuar a guerra contra o rei mouro de Benamarim, que estaria em tréguas com os restantes reinos ibéricos<sup>197</sup>, e a respectiva missiva de comunicação aos mais elevados níveis da administração clerical, com a bula *Ad ea ex quibus*, datada de 10 de janeiro de 1345, se ia formando o quadro de litigância D. Afonso IV e a vontade política do papa, que a 13 de janeiro, e já provavelmente ciente da reação dos demais reinos ibéricos, nomeadamente de Portugal, faz selar uma bula<sup>198</sup> dirigida a D. Luís de Espanha, onde concede «indulgencia plenária, em artigo de morte, a todos os que participem na expedição das Canárias». Assim como concedia a «todos os que, dentro de três anos, trabalhem, na empresa da conquista e conversão das Canárias, indulgência plenária em artigo de morte, como se abalassem em socorro da Terra Santa».<sup>199</sup> Ciente da dificuldade que seria obter dos reinos ibéricos o apoio tão necessário para as suas pretensões, principalmente de D. Afonso IV de Portugal<sup>200</sup>, lança este repto, ao estilo e no ideal de Cruzada, como se havia vivido em todo o processo de Reconquista

---

<sup>194</sup> *Monumenta Henricina*, vol. I, doc. 89, p. 207.

<sup>195</sup> *Idem*, doc. 90, p. 214.

<sup>196</sup> *Idem*, doc. 91, p. 216.

<sup>197</sup> *Idem*, p. 217.

<sup>198</sup> *Bula Prouenit ex tue*, de Clemente VI, datada de 13 de Janeiro de 1345.

<sup>199</sup> *Monumenta Henricina*, vol.I, doc. 96, p. 229.

<sup>200</sup> Soberano do reino mais preparado e vocacionado, e com política naval em curso.

esperando encontrar uma resposta portuguesa mais favorável. Mas, D. Afonso IV tem algo a dizer. Em carta datada de 12 de fevereiro de 1345, dirige-se a Clemente VI, respeitoso como um verdadeiro súbdito de Cristo, mas revelador de uma cáustica mensagem de reprovação relativamente à decisão papal. O monarca português afirma que, atendendo ao douto labor do Sumo Pontífice, e apesar de ter nomeado um nobre castelhano para o exercício de «plantar a vinha dilecta de Deos, advoga que os nossos naturales forão os primeiros que acharão as mencionadas Ilhas»<sup>201</sup>. Feito este introito, reclama o seu direito, alegando a proximidade das ditas ilhas de Portugal, mais do que a qualquer outro Príncipe, e que dentro desse quadro, poderia sobre as referidas ilhas, de um modo mais cómodo, ser exercido o domínio cristão, mas pelos portugueses. E, enquadra a missiva, o processo da exploração portuguesa por terras insulares, ao referir, que quando cuidava enviar uma «armada para conquistar as referidas Ilhas, com grande número de Cavalleiros e Peões, impedio o nosso propósito a guerra que se ateou primeiro entre nós e ElRei de Castella, e depois entre nós e os Reis Sarracenos»<sup>202</sup>.

Ora, a partir deste momento, encontra-se balizado o período da referida expedição, pelo que uma vez que não existem relatos de outros conflitos com Castela, nessa altura, resta-nos indicar o ano de 1336, ou um pouco antes, para a referida viagem exploratória, pois o conflito luso-castelhano durou de 1336 a 1339. E, após serenadas as divergências entre Portugal e Castela, e no seguimento das tréguas, teve lugar o pedido de auxílio do rei de Castela a D. Afonso IV, para que este desse auxílio na luta contra os mouros em 1340, na batalha do Salado. Está, deste modo, ajustado o momento da expedição.

Considerando Macedo<sup>203</sup>, se já se havia partido para uma missão (demorada e auspiciosa, e de certo modo fastidiosa, atendendo às velocidades praticadas na época) por mar em direcção às Canárias antes de agosto de 1336, com o levantamento de recursos inerentes a uma missão deste género, como foi possível para um reino de poucos meios encetar um conflito com um reino concorrente? Faria a missão às Canárias parte do conflito despoletado? Estariam as duas empresas associadas, fazendo parte do mesmo propósito estratégico? Seria essa missão de Afonso IV às Canárias uma sigilosa acção estratégica da sua política governativa para ganhar a dianteira a Castela? Como se partiu para um conflito terrestre, com um ataque declarado a Castela, se, entretanto, se havia procedido a uma missão naval, ainda não concluída? Estaria nos intentos de D. Afonso

---

<sup>201</sup> MACEDO, J., (1816), *op. cit.*, p. 10.

<sup>202</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>203</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 13.



IV, encetar a guerra com Castela, ou tratou-se de uma acção desencadeada sem avaliação da situação política? Tomando como referência o suporte deixado por Costa Macedo, temos que as disposições para a campanha de conflito de Portugal contra Castela tiveram o seu momento de preparação e planeamento por volta de agosto de 1336, mas, por essa altura, já os portugueses tinham navegado até às Canárias, com uma frota apetrechada e armada, para fazer uma avaliação das ditas ilhas, num pretexto para avaliar as suas características, tendo em vista a preparação de meios para a conquista.

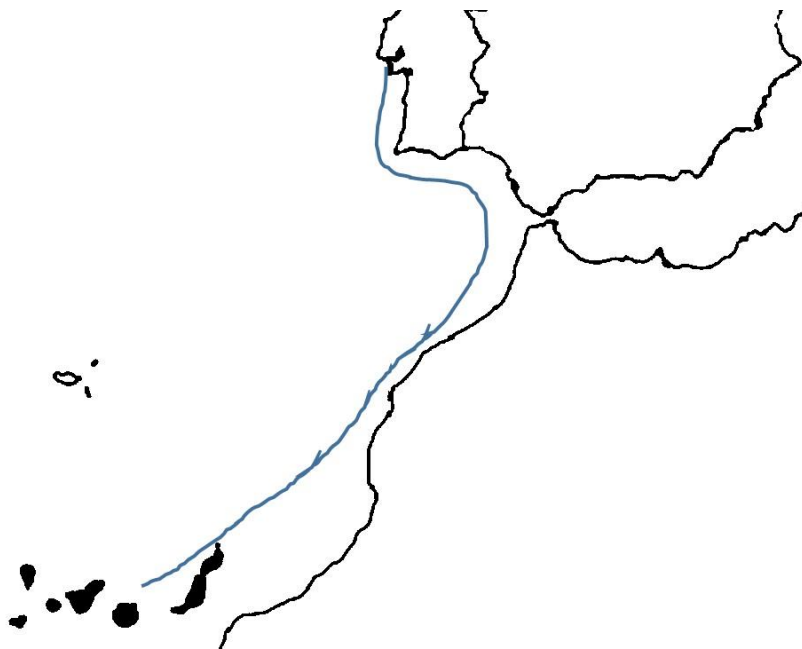


Fig. 13 - Itinerário da viagem de 1336.

Continuando na linha de Macedo<sup>204</sup>, nos leva a considerar a expedição às Canárias no primeiro item do conflito da guerra luso-castelhana encetada por D. Afonso IV em 1336, e que nos leva a aproximar estas duas realidades. O que, no mesmo seguimento, logramos associar este aspecto conjuntural às considerações de Miguel Gomes Martins, ao colocar estes conflitos terrestres fora dos propósitos que muito se têm escrito, como móbil da intenção portuguesa, como os de confrontar o monarca castelhano com as suas atitudes assentes, apenas, em desencontros matrimoniais. Conflitos estes que, não obstante se terem traduzido como verdadeiramente destruidores, não se enquadravam no verdadeiro propósito do desacordo, nem na aquisição de posições no território, nem de conquistas. Estes conflitos funcionariam enquadrados nas políticas de D. Afonso IV, como pretexto para alcançar outros mais que o simples ato de observação de desavenças matrimoniais. Veja-se, em reforço desta observação, que findado o conflito e restituídas

<sup>204</sup> *Idem*, p. 13.

as questões de diferendo sanadas pouco antes do Salado, tudo volta ao estado em que estava. Ou seja, D. Afonso XI, continuou com os maus tratos e desconsiderações à rainha D. Maria, filha de D. Afonso IV, sem que outro embate tivesse lugar para esclarecer as desavenças matrimoniais. Este exercício conjetural leva-nos a depreender que não tenham sido estas desavenças familiares e matrimoniais, que deram o mote para a ofensiva de Afonso IV, mas algo mais premente e sobre o qual pretendia afastar as atenções, a preparação da expedição às Canárias. Esse poderá, eventualmente, ser o móbil por detrás da contenda terrestre.

Com a elaboração desta perspectiva se bem que afastado das correntes até então defendidas, não pretendemos fazer metamorfosear o curso da história. Pretendemos ser mais um contributo para a sua revisão crítica que consideramos poderá estar ainda por fazer. Assim, o choque desencadeado por terra, com o avanço inicial do conde D. Pedro, pela Galiza, faz desencadear o conflito, e a ação de D. Afonso IV, ao provocar as constantes discórdias na região raiana, alvitramos como acontecimentos para dificultar o discernimento e afastar a atenção de D. Afonso XI doutros pontos do território português, nomeadamente da foz do Tejo. Qualquer movimento de preparação naval, seria sempre considerado como propulsor de possíveis ataques ao território castelhano. Contudo, sem conduzir a nossa observação num contexto da teoria da conspiração, parece-nos poder ser este um caminho a observar no sentido do conflito luso-castelhano, e quiçá o seu principal motivo.

A conquista das Canárias entra, então, nos propósitos e intenções de D. Afonso IV. E, se na missiva ao papa, refere que antes do início dos conflitos luso-castelhanos já havia conduzido os seus aos território insulares para observação das condições das ilhas, após a paz e a estabilização após o Salado, prepara uma nova expedição para encetar o propósito das suas políticas.

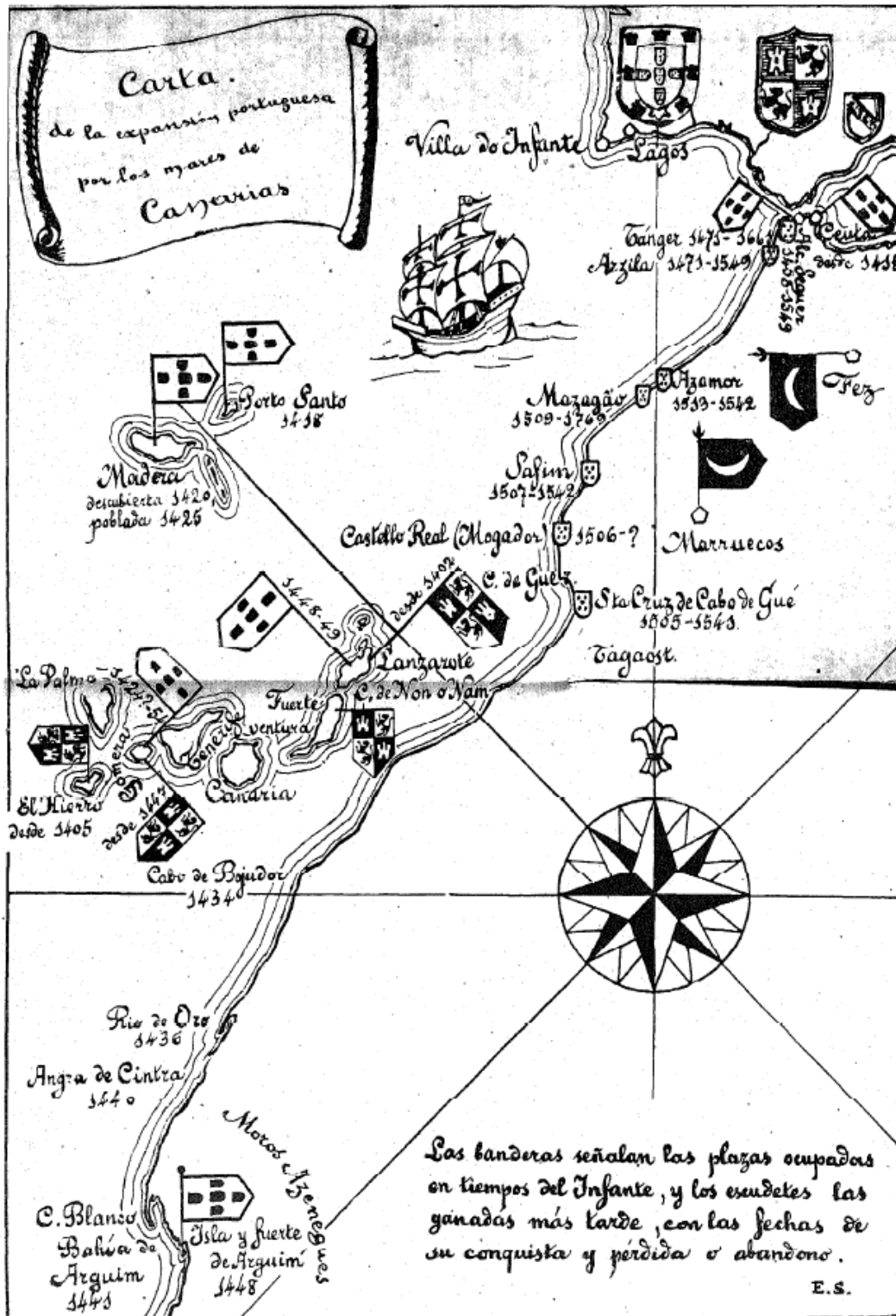


Fig. 14 – Carta de la expansión portuguesa por los mares de Canarias, (segundo Elias Serra y Ráfols in *Los Portugueses en Canarias*, p.83)

A efetiva ocupação dessas terras, representaria para a coroa portuguesa uma peça-chave para a sua estratégia expansionista, no apoio e definição de futuras rotas de exploração da costa africana, e afirmação do reino em terras distantes, por forma a assegurar a própria estabilidade continental. Será de apreciar que a detenção das ilhas

Canárias figuraria para Portugal como uma ponte, numa latitude distante, um triângulo estratégico que ligava a Península Ibérica ao Mediterrâneo e a África. De portas abertas para o Atlântico, com a amplitude máxima de augurar novo protagonismo. Aproximava África às ilhas próximas, como as Canárias, ganhando poder estratégico naval, protegendo, definitivamente, a costa algarvia, sempre fustigada por avanços mouros. Ganhava, assim, novas perspectivas de observação mais a Sul do território peninsular e a possibilidade de futuras intervenções na orla africana. Este sistema estratégico de D. Afonso IV possui um objetivo geral, e de certo modo central, a ser atingido: o de marcar presença no Atlântico, e com o reforço dessa permanência, alcançar a hegemonia, uma vez que os meios navais de Castela não se encontram à altura de se lançar sobre o Mar Oceano.

Em ambos os sentidos latos desta observação circundam as conveniências, propósitos e meios de afirmação para a aquisição de uma hegemonia atlântica. Que abria conflito com a concorrência castelhana, pois ambos os reinos encontravam nas Canárias, um ponto estratégico e um ponto de apoio naval, essenciais dentro do caderno de encargos próprio. Todavia, as intenções de Castela, entram, sempre *a posteriori* das realizações portuguesas. Pois das primeiras intenções de colonização e reivindicação das ilhas Canárias, e não obstante os sucessivos esforços da Santa Sé, em apoio a Castela, nunca em tempo de D. Afonso IV e de Afonso XI, e do próprio papa Clemente VI, e atendendo ao falecimento prematuro de D. Luiz de la Cerda, a iniciativa viria a ser coroada de êxito. O que leva por entremeio à justificação do não baixar dos braços por parte de D. Afonso IV, que em 1341, se lança novamente, após o Salado, a preparar nova investida ao arquipélago. Esta sequência de tentativas para chegar à posse das Canárias revela, quanto a nós, a amplitude inicial do plano de D. Afonso IV e o seu desejo hegemónico de dominar um Oceano inexplorado, tentando com isso, dificultar a aproximação de Castela, seu principal concorrente. Neste sentido, não podemos sustentar a observação isolada do conflito luso-castelhano sobre a expedição às Canárias de 1336, pois ao fazermos esse exercício estamos a ser insuficientes e redutores do ponto de vista historiográfico. Aproximamo-nos das possíveis conclusões sobre este conflito e desta iniciativa de exploração, onde o propósito assentava na valorização do espaço Atlântico, e do que poderia ser alcançado a quem primeiramente o sulcasse e conhecesse.

Se é certo que a política naval, fazia parte dos planos estratégicos de D. Afonso IV, e o interesse pela exploração das canárias assentavam nesse propósito, com essa intenção se procede a afirmação de novas propostas de desenvolvimento militar, e com

esse avanço de aptidão, o desenvolvimento para a concepção de uma representação naval estratégica. Reiteradamente, despontavam as intenções de D. Afonso IV, na intenção de conquista das Canárias. E, assim, em 1341 partiam de Lisboa três navios, de cuja tipologia temos algumas dúvidas, destinados a conquistar e ocupar as terras insulares, tal como refere o relato, efectuado ao que se supõe por Bocácio:

«Em 1 de Julho de este ano, dois barcos carregados por el rei de Portugal de todas as provisões necessárias, e com eles um pequeno navio, equipado por florentinos, genoveses, castelhanos, e outros espanhóis, terão partido da cidade de Lisboa, dirigindo-se ao alto mar levando consigo cavalos, armas e diferentes maquinas de guerra, para tomar cidades e castelos, na procura das ilhas comumente se diz haver no oceano. Pelo que favorecidos por um vento favorável, abordaram as ditas ilhas volvidos cinco dias, tendo tomado o rumo de regresso, no mês de Novembro, com o carregamento seguinte: quatro homens, habitantes dessas ilhas, uma grande quantidade de peles de gado caprino, sebo, óleos de peixe e despojos de focas, madeira vermelha do tipo de pau-brasil».<sup>205</sup>

Apresenta-se uma viagem com características de incerteza do que poderia ser encontrado, mas sabedora, na sua preparação, da existência de habitantes em algumas ilhas. Havia a necessidade de se estar preparado para todas as eventualidades. O grau de segurança era desconhecido, sobretudo as possibilidades da defesa territorial nativa, sobre as quais fosse necessário o levantamento de assédio ou de ataque direto a estruturas defensivas desconhecidas.

Sobre a população, designada por Guachos, era ainda desconhecido o seu estado de evolução e desenvolvimento tecnológico, pelo que o transporte de cavalos, e das mais variadas máquinas de guerra não constitui verdadeiramente uma opção táctica. Aliás o arquipélago revelou-se parco em recursos, basicamente compostos por animais de pasto, maioritariamente caprino, sem riquezas de outra monta, além de peles de animal e azeite. Também as culturas mal dariam para uma sustentação dos locais, não restando qualquer hipótese de daí se poder trazer riqueza.

---

<sup>205</sup> Tradução livre do autor, do texto publicado por Buenaventura BONNET, «La Expedición Portuguesa a las Canarias en 1341», *Memória Digital de Canárias, Revista de História*, Tomo 09, año 16, numero 062, Abril de 1943, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, p. 16. <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/revhistoria/id/569> [em linha, consultado em 24/01/2016].

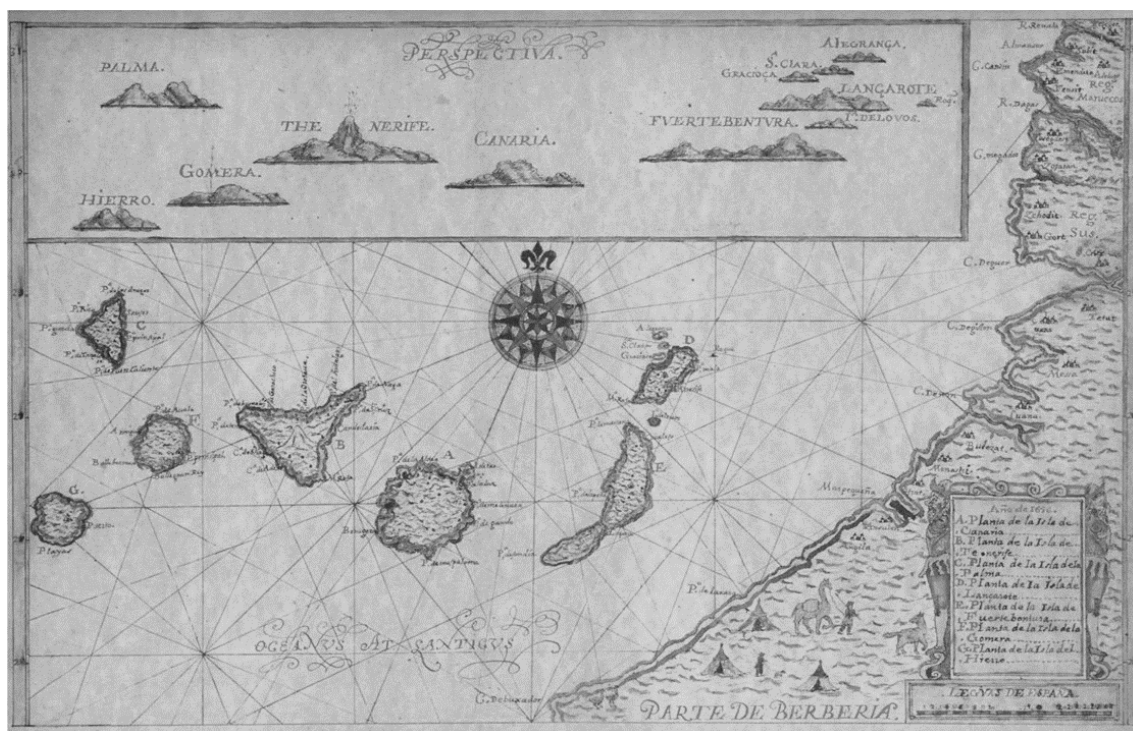


Fig. 15 – Descrição das Ilhas Canárias (1686). (Pedro Agustín del Castillo y Ruiz de Vergara (1669-1741).

<http://mdc.ulpgc.es/cdm/singleitem/collection/mdci/id/1323/rec/6>

As Canárias eram, a partir deste momento, um ponto de referência naval estratégico, a desenvolver, mas onde ainda não se encontravam os níveis essenciais para esse reconhecimento, tendo provocado um certo adormecimento, das tentativas de ocupação das ditas ilhas, embora este processo nunca fosse remetido ao desinteresse da Coroa. Ainda no século XV, a disputa das Canárias volta a entrar na ordem do dia. Estaríamos aqui, com esta visão marítima, e de desenvolvimento naval, na política de D. Afonso IV, na presença do prelúdio do pensamento naval estratégico? Provavelmente.

O papel que o domínio desta possessão poderia vir a constituir para a política portuguesa, assentava por excelência na sua utilização estratégica para aproximar o triângulo formado pela Europa, com Portugal na sua linha avançada, o Norte de África, e a navegação do «mar pequeno» (o golfo das Éguas) na entrada para o mar interior, o Mediterrâneo, e a abrir o Atlântico à navegação. Qualquer que fosse a linha de orientação desenhava-se com o sétimo rei de Portugal, a razão magna de uma identidade portuguesa, onde o mar entra na sociedade na cultura e consequentemente no desenvolvimento militar naval do reino como justificação das suas decisões estratégicas. A «questão das Canárias» surge, portanto, no panorama do desenvolvimento das relações de Portugal e Castela, como um fato político e estratégico, pelo controlo do mar, imensidão arrastada de limites visíveis tendo em mente o propósito do seu domínio e controlo, a forma de alcançar essa

soberania só através de uma grande batalha naval, que, avaliando as considerações que nos chegaram, nunca existiu, nem se pronunciou alguma vez que se pudesse vir a realizar.

Apoiado nas considerações de Augusto Salgado, temos que: «as guerras só se ganham em terra, e só aí é possível conquistar posições, territórios, riqueza e, subsequentemente, o poder emana dessas conquistas»<sup>206</sup>. Realidade que durante o século XIV, Castela nunca alcançou, com a sua presença militar em terra. Antes pelo contrário, não existe notícia da tentativa isolada de D. Afonso XI, ou de empresas por si patrocinadas, com o objectivo direto de se apoderar das Canárias, tendo tido presença castelhana, apenas, na missão partilhada entre genoveses, florentinos, castelhanos e portugueses. Foi esta a missão capitaneada pelo florentino Angiolino del Tegghia e com o piloto genovês Niccoloso da Recco<sup>207</sup>, que zarpou a 1 de julho de 1341 de Lisboa, com destino ao Arquipélago das Canárias. E mesmo esta missão teve o patrocínio do rei de Portugal, D. Afonso IV.

A «Questão das Canárias» entra no campo conceptual da observação estratégica dos finais da Idade Média. E, se nos propusermos a uma observação nos modelos de concepção estratégica actuais, ao observarmos ao pormenor a realidade e os dados disponíveis para o século XIV, e se transpusermos esses factos à observação dos quadros e modelos vigentes, podemos perceber que os homens daquele tempo assumiam definições e modelos de pensamento estratégico. Francisco García Fitz<sup>208</sup>, faz a questão e encontra a resposta: se existiu ou não estratégia na Idade Média? E é afirmativo nas suas conclusões. Neste quadro, e nos moldes de observação do século XIV, podemos encontrar em parte, sem querer forçar a essa ocorrência, os parâmetros no quadro estratégico que Pedro Pezarat Correia, aponta como estando presentes no quadro atual da teoria estratégica. Este autor define quatro parâmetros para esse quadro de observação como elementos essenciais, são eles a saber: «o fim, o sujeito, o objecto e os meios».<sup>209</sup>

<sup>206</sup> SALGADO, A., (2005), «O poder naval português no Atlântico», *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*, 2 a 5 de Novembro de 2005, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 1. [http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/augusto\\_alves\\_salgado.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/augusto_alves_salgado.pdf) [em linha, consultado em 24/01/2016].

<sup>207</sup> BONNET, B., *op. cit.*, p. 114.

<sup>208</sup> FITZ, F., (1998), «Hubo estrategia en la Edad Media? A propósito de las relaciones castellano-musulmanas durante la segunda mitad del siglo XIII», *História, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, pp. 837-854. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4039.pdf> [em linha, consultado em 05/06/2016].

<sup>209</sup> CORREIA, P., (2009), «Evolução do pensamento estratégico, revolução nos assuntos militares e estratégia pós-moderna», *Boletim Ensino – Investigação*, nº7, Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, p. 36. <http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/B7-3.pdf> [em linha, consultado em 24/01/2015].



O «Fim», encontramos-lo na determinação, e no objectivo político de D. Afonso IV, e tanto o conflito luso-castelhano, como a expedição às Canárias entram de um modo exponencial neste quadro político de observação.

O «Sujeito», assenta na figura do monarca português, o elemento em presença, é dele que emanam as directivas ofensivas e o patrocínio das respectivas incursões, tal como Pezarat Correia define: o escalão mais alto da teoria estratégica assenta no escalão mais elevado da decisão, onde o rei tem um papel fundamental.

O «Objecto», «aquele contra quem se dirige a estratégia», estava bem delineado na política agressiva de D. Afonso IV, assentava na figura individualizada contra o rei de Castela, com quem se travava de razões, e como só existe estratégia quando a mesma é delineada contra pessoas, contra alguém que urge debilitar, esse foco é representado aqui na figura do rei castelhano.

E, por fim, os «Meios», «os instrumentos a utilizar» e, no que concerne à expedição atlântica, são os meios de ação naval: a Marinha. A existência de algo que Castela não possuía em quantidade. A marinha portuguesa resultava de uma política de afirmação naval, nascida em Portugal com D. Dinis, e que agora se procurava afirmar no Atlântico.

Estamos frente a um rei determinado, ciente das suas capacidades, mas também ciente das suas limitações e, principalmente, conhecedor das limitações do adversário, representando esse conhecimento tático, o essencial para ganhar a dianteira, e se colocar numa posição de superioridade, na luta pela posse das Ilhas Afortunadas. Todavia, quando a determinação vem da experiência e do saber feito, a estratégia adversária aproximada na sua essência aos mesmos moldes, cai por terra, e foi isso que Castela se viu levada a admitir, embora pela via das influências fosse sempre tentando chegar onde só viria a estar em 1402, mais de seis décadas depois da presença portuguesa no arquipélago. Muito caminho de disputa viria a ainda a ser percorrido. Somente pela assinatura do Tratado de Alcáçovas-Toledo, celebrado a 4 de setembro de 1479, na vila Alentejana de Alcáçovas, e ratificado em 6 de março de 1480, na antiga capital visigótica de Toledo, se pôs fim ao conflito ibérico, que se desenrolara entre 1475 e 1479, pela sucessão do Reino de Castela. Saída deste acordo, a Coroa portuguesa desiste de todas as pretensões sobre as ilhas Canárias, que ficaram sob influência de Castela, e que por sua vez, reconhece a Portugal o direito de submeter o reino de Fez, em Marrocos, e a posse dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo-Verde. Mas o que haveria de se tornar no



mais importante item do acordo, seria a capacidade de soberania e exclusividade da navegação portuguesa em todas as terras descobertas e por descobrir.<sup>210</sup>

---

<sup>210</sup> FERREIRA, J., (2015), «Política-Tratado de Alcáçovas-Toledo», *Centro de História de Além-mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade, Nova de Lisboa*, <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=768> [em linha, consultado em: 20/05/2015].

## 5

### PRECEDÊNCIAS, CONSEQUÊNCIAS E PROBABILIDADES

De um qualquer processo de desenvolvimento histórico, temos sempre enquadrado um estado geral da sociedade, seja ela em termos políticos culturais económicos e sempre sobre a perspectiva militar que na Idade Média, servia como suporte e garante de todos os equilíbrios entretanto já referidos, uma vez que era assente nesses pressupostos de afirmação que residiria a estabilidade do reino e as suas directivas de potencial expansão e alargamento de influências.

D. Afonso IV encontra dessa feita um reino já estabilizado nas suas fronteiras, como herança deixada de seu avô D. Afonso III, que ao chegar ao Algarve em 1249, atingiu o ponto mais a sul do território geográfico do reino, definindo os seus limites físicos e a sua amplitude litoral em associação com a frente oceânica, limites estes passados em legado de seu pai o rei D. Dinis, com a rectificação do tratado assinado em Alcanizes, a 12 de Setembro de 1297 com as assinaturas de D. Dinis, por Portugal, e Fernando IV, por Castela e Leão. Com este tratado, ficam então definidas as fronteiras de Portugal, cujos limites territoriais ainda hoje prefiguram quase que imutáveis, tratando-se do tratado de delimitações fronteiriças mais antigo do mundo e ainda em vigor. Quando, em 1325, morre D. Dinis, e sobe ao trono D. Afonso IV, a política herdada assenta numa estratégia de continuidade, sobretudo nas relações com Castela. As dinâmicas terrestres são fundamentais, mas os olhares do novo rei focam-se, sempre, no Atlântico, e nas possibilidades que ali podem estar. Certo é, que o reino só se defende se se garantir o controlo marítimo. A saída de Portugal para o mar, e o conflito de interesses de Portugal com Castela, prefigurado no diplomático casamento da infanta portuguesa, D. Maria, com D. Afonso XI, levanta uma celeuma entre os dois reinos. Ao rei de Portugal desagradava-lhe muito a maneira violenta como a princesa portuguesa é tratada. É uma desconsideração para com Portugal. E, mostra o seu desagrado publicamente. Para muitos autores está aqui uma das razões para o início de ferozes hostilidades contra Castela. B. Vasconcelos e Sousa atribui, suportado nas crónicas portuguesas, a iniciativa do desencadear da guerra, a D. Afonso IV, como resposta à oposição do rei castelhano à vinda de D. Constança Manuel para Portugal, para casar com o príncipe herdeiro, D. Pedro I.<sup>211</sup> Ao mesmo tempo que ordenou os preparativos para a guerra, fez com que as

---

<sup>211</sup> SOUSA, B., (2005), *op. cit.*, p. 197.

idades fronteiriças fortificadas se preparassem para cercos demorados, e evidenciou igualmente a necessidade de em Lisboa se preparar uma esquadra de naus e galés, para fazer face a possíveis ofensivas navais<sup>212</sup>.



Fig. 16 - D. Pedro I de Portugal. Estátua jacente no túmulo do Rei D. Pedro I de Portugal.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro\\_I\\_de\\_Portugal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_de_Portugal)

Oliveira Marques, num caminho próximo de Vasconcelos e Sousa, reforça as considerações, e aponta igualmente o caminho para a discórdia, com o mau andamento do casamento da infanta D. Maria com o monarca castelhano, levando a inúmeras cartas de reclamação por parte da rainha de Castela, dirigidas ao seu pai, o que mais achas colocou na fogueira do relacionamento, já de si precário, entre os dois monarcas, conduzindo à intervenção de D. Afonso IV, na política interna do seu genro e sobrinho, ganhando fortes apoiantes na nobreza que se opunha ao modo como D. Afonso XI, conduzia os destinos de Castela, e com isso, aliando-se a um forte opositor do rei de Castela, D. João Manuel. Desta feita, D. Afonso IV marca esponsais do herdeiro da coroa portuguesa com a filha de D. João Manuel, D. Constança, e por conseguinte, não agradado com a mudança de paradigma político dentro do seu próprio reino, Afonso XI, dificulta a vinda de D. Constança para Portugal, para efectivar o compromisso acordado entre D.

<sup>212</sup> *Idem*, ibidem.

Afonso IV e D. João Manuel. Continua, Oliveira Marques, a apontar «como consequência inevitável de tudo isto, veio a declarar-se guerra entre os dois estados»<sup>213</sup>, iniciado por D. Afonso IV, levando no comando o conde D. Pedro, conde de Barcelos, que com uma subida pelo Minho invade a Galiza, saqueando e destruindo as povoações fronteiriças. Prontas que se encontravam as forças terrestres, o rei quando se achou preparado, marcha em direcção a Badajoz, em pleno Verão de 1336<sup>214</sup>, na tentativa de conquistar a cidade, montando-lhe um cerco e apanhando desprevenidas as hostes castelhanas. Essa mostra de força, a de atacar praças-fortes castelhanas, nunca viria a efetivar-se por completo, uma vez que o tipo de intervenções demonstraria, no terreno, um tipo de guerra evasiva, com o propósito de desestabilizar regionalmente. Em simultâneo fizeram-se outras incursões a Sul, em Aroche Aracena e Cartegana, mas onde as hostes portuguesas se limitaram a atacar e devastar o território, sem que existisse um efectivo combate declarado em terra. O que deu tempo a Castela para retemperar meios e efectivos, indo em socorro da cidade de Badajoz, até que a inevitabilidade ocorreu, com as forças a encontrarem-se perto de Villanueva del Fresno, num lugar chamado de Barcarrota, resultando aí uma pesada derrota das forças portuguesas, com um elevado número de baixas, e que levou ao levantar do cerco a Badajoz. As hostes portuguesas regressam a Portugal no mês de dezembro de 1336.

E, igualmente, por mar se faziam valer as ofensivas de Afonso IV. Uma frota sob o comando de Gonçalo Camelo, saída de Lisboa, ataca a Andaluzia, através dos seus cursos de água, em breves e «cirúrgicas» incursões contra praças situadas perto do litoral, como as de Lepe e Gibraltor. Em Lepe travou-se, em 1336, um combate em terra, entre as guarnições desembarcadas dos navios e os sitiados, com baixas e prisioneiros de ambos os lados. Os acontecimentos nas outras campanhas levam a que a frota não consolide vantagem e regresse ao porto de Lisboa, onde é desaparelhada. D. Afonso IV reagia por mar sobre uma Castela organizada na sua defesa, numa tentativa, a nosso ver conseguida, de dispersar recursos e efectivos. Tal como defende na *Arte da Guerra*, Sun Tzu, deve-se atacar o inimigo onde e quando ele esteja desprevenido, aparecendo onde não se é esperado<sup>215</sup>. Esta foi uma das estratégias do monarca português, que atacando simultaneamente em várias frentes, procurava beneficiar da situação de pressão em que o rei de Castela se encontrava, na gestão parcimoniosa dos seus recursos, nos conflitos do

---

<sup>213</sup> MARQUES, A., (1987), *op. cit.*, p. 498.

<sup>214</sup> SOUSA, B., (2005), *op. cit.*, p. 197. E, sobre o mesmo assunto, veja-se: MARQUES, A., (1987), *op. cit.*, p. 498.

<sup>215</sup> TZU, S., (2009), *A Arte da Guerra*, tradução de Miguel Conde, Lisboa: Bertrand Editora, p. 12.

reino frente aos seus opositores internos, face à obrigatoriedade de dispersão de meios aplicados, provocado pelas inconstantes ofensivas de D. Afonso IV, e a sempre atenta facção islâmica de Granada.

D. Afonso XI reage sobre o território português. Em 1337, avançando sobre Badajoz, depõe o bispo local, por o considerar apoiante da causa portuguesa, e entrando pelo Alentejo, ataca Elvas, Assumar, Vila Viçosa, Olivença e várias outras aldeias da região, destruindo tudo à sua passagem e montando cerco a Olivença. Mas, retira-se, pouco depois, vítima de doença<sup>216</sup>. O resultado final foi o do levantamento do cerco, onde a falta de intuito declarado de conquista se fez notar, embora um intento fosse conseguido, o desbaste dos recursos.

Outra incursão vinda da Galiza<sup>217</sup> chegaria ao Porto. A cidade (e a região) foram ferozmente defendidas pelo bispo do Porto, por forças do arcebispo de Braga e do mestre da Ordem de Cristo, que fizeram recuar os invasores, numa batalha travada junto a Braga, onde um dos comandantes castelhanos haveria de perder a vida.

Todavia, por mar, as coisas correriam de forma diferente. A frota portuguesa comandada pelo almirante Pessanha, que saíra de Lisboa para atacar a Galiza, feito o ataque rumou a sul, quando perto do Cabo de São Vicente. Deste combate a frota sairia com graves perdas e com o seu almirante capturado. Tudo isto se passou no dia 21 de julho de 1337<sup>218</sup>. Em 1338, foi a vez de D. Afonso XI tomar a iniciativa e atacar a costa do Algarve, por terra e por mar. Refere Vasconcelos e Sousa<sup>219</sup>, baseado na crónica de 1419, que a frota castelhana subiu o Guadiana e atacou Alcoutim, construindo uma ponte com galés, para que o exército terrestre castelhano pudesse passar e ir devastar as terras algarvias. Montaram os de Castela cerco a Castro Marim, mas não contaram com um imprevisto, a resistência dirigida pelos freires da Ordem de Cristo<sup>220</sup>, que impediram a vila de cair. Os castelhanos avançaram sobre outras praças e territórios, como o de Tavira, destruindo culturas e arrasando tudo por onde passavam. A Norte, era a vez de D. Afonso IV mostrar a sua força, atacando de novo a Galiza, queimando e destruindo as culturas das várias aldeias fronteiriças e voltando de novo a território português.

---

<sup>216</sup> MARQUES, A. (1987), *op. cit.*, p. 498.

<sup>217</sup> *Idem*, *Ibidem*. Sob o comando dos irmãos Fernando e João Rodriguez de Castro, p. 498.

<sup>218</sup> MARQUES, A., (1987), *op. cit.*, p. 498.

<sup>219</sup> SOUSA, B., (2005), *op. cit.*, p. 200.

<sup>220</sup> Que tinham em Castro Marim o seu convento e sede da Ordem de Cristo.

Passemos em revista todos estes cirúrgicos conflitos. Temos, assim, uma quantidade de incursões, de parte a parte, que mais não foram do que simples operações invasivas e rápidas, ficando muitas vezes pela simples intenção, uma vez que os exércitos reais, nunca se defrontaram, em bom rigor, em terra. Somente escaramuças (violentas é certo) das hostes, de parte a parte, mas onde não se pode assinalar uma verdadeira batalha e posições conquistadas de forma permanente. As intervenções militares, de parte a parte, foram uma constante entre 1336 e 1339, que mais não serviram do que, como já referimos, para dispêndio dos cofres régios, sem que existisse nenhum resultado vitorioso de conquista de posições, nem de um lado nem do outro. Como diz Vasconcelos e Sousa: «[...] quando um dos monarcas tomava a iniciativa militar logo o outro parecia evitar o confronto directo, esquivando-se [...]»<sup>221</sup>, «[...] a um risco de resultado imprevisível e que poderia deitar tudo a perder [...]».<sup>222</sup>

Por conseguinte, os intentos que se podem retirar da guerra luso-castelhana de 1336-1339, saldaram-se por um resultado negativo para ambas as partes, onde nenhum dos monarcas saiu vencedor. Tudo falhou, relativamente aos propósitos, não só o conflito matrimonial se manteve nos padrões em que estava, como se manteve a situação política e de relacionamento entre Portugal e Castela, o que nos leva a pegar novamente nas considerações de Miguel Gomes Martins, de que os propósitos da guerra de Portugal contra Castela, levada a efeito entre 1336 e 1339, mais não foi, do que uma «guerra esquiva»<sup>223</sup>, uma mera manobra de distração para afastar os olhares do que efectivamente se estava a passar noutros meandros, nomeadamente na saída para o mar, naquela que era a porta de saída, a foz do rio Tejo, em Lisboa. Se é certo que nem todas as manobras de Afonso IV, indo ao encontro dos seus intentos, saíram na perfeição, como a batalha do Cabo de São Vicente, que viria a ditar a perda da sua frota e onde foi feito prisioneiro o seu próprio almirante<sup>224</sup>, um trunfo guardava ainda, a acumulação de conhecimento e afirmação naval que se viria a tornar num marco importantíssimo na afirmação atlântica do reino no século XIV e nos séculos seguintes.

---

<sup>221</sup> Tal como Miguel Gomes MARTINS defende no estudo de 2005, já citado.

<sup>222</sup> SOUSA, B. (2005), *op. cit.*, p. 201.

<sup>223</sup> MARTINS, M., (2005), *op. cit.*, p.19

<sup>224</sup> MARQUES, A., (1987), *op. cit.*, p. 498.



Fig. 17 - D. Maria de Portugal, rainha consorte de Castela.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria\\_de\\_Portugal,\\_Rainha\\_de\\_Castela](https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_de_Portugal,_Rainha_de_Castela)

É, após a abordagem sobre os confrontos que opuseram os dois reis ibéricos, numa luta fratricida que durou quatro longos anos, e onde consideramos poder estar algo mais do que o simples engodo lançado como móbil do primeiro ataque a Badajoz por D. Afonso IV, baseado da forma como D. Maria, filha de Afonso IV e casada com Afonso IX de Castela, era tratada pelo seu marido, na opinião de A. H. de Oliveira Marques, ou como resposta à oposição do rei castelhano à vinda de D. Constança Manuel para Portugal, para casar com D. Pedro, na opinião de Bernardo Vasconcelos e Sousa. Todavia, comungamos da opinião de Miguel Gomes Martins. Qualquer que fosse destas últimas situações a que estivesse por detrás do motivo de lançar a guerra, seria uma questão meramente familiar o motivo suficiente para declarar guerra a Castela? Parece-nos que não. E aqui a opinião também ela partilhada pelo mesmo historiador<sup>225</sup>, esta situação de desequilíbrio familiar tratou-se do pretexto, não do motivo para se lançar na guerra. Serve este introito sobre a guerra luso-castelhana de 1336-1339, como alegações iniciais sobre o nosso tema relacionado com a expedição às Ilhas Canárias, apontada como se tendo realizado em 1336. Nesse caso, seguindo a carta que D. Afonso IV enviou como resposta ao papa Clemente VI, após este ter dado investidura do reino das Canárias a D. Luiz de la Cerda, e ter dado conhecimento do feito por si consagrado, solicitando o apoio nessa investidura aos reis de França, de Sicília, de Aragão, de Castela e de Portugal, o monarca português respondeu com veemência e respeito à missiva papal, não obstante o tom irónico que coloca em alguns trechos.

Não nos vamos debruçar sobre a questão de verdadeira e de apócrifa que algumas correntes historiográficas alvitram a dada altura da sua descoberta, acerca desta carta,

<sup>225</sup> MARTINS, M., (2005), *op. cit.*, p. 23.

vamos antes, entender e defender os princípios de que foi dada como documento verdadeiro a missiva de D. Afonso IV ao Papa, logo a sua observação para estudo é considerada como fonte sobre o problema em causa, e tratando-se do único documento conhecido versando sobre esta matéria, parece-nos mais do que suficiente para indagarmos sobre o seu conteúdo e da caracterização no que nela é defendido, que em traços não muito profundos, somos como Jaime Cortesão, que trabalhou o referido documento, a ser citado por Luís Albuquerque<sup>226</sup>, aceitamo-la como ela é, e como tal indiscutivelmente verdadeira.

Deste modo, a primária cogitação que nos ocorre sobrevém na observação em conjunto, da guerra luso-castelhana que teve início em 1336, e a carta de D. Afonso IV datada de 1345, que nos remete para uma data próxima desse marco de observação. Começámos esta abordagem, com uma observação generalizada e superficial dos embates e acontecimentos que ocorreram no decurso destes quatro anos, e o que encontramos?

Uma primeira incursão no verão de 1336 com a passagem do rio Minho, por D. Pedro, conde de Barcelos, que não teve qualquer repercussão efectiva, nem combate propriamente se realizou, tratando-se, e pouco mais do que umas escaramuças, directas entre sitiados e sitiantes, com a destruição de culturas e de recursos existentes, e logo que satisfeito esse intento o consequente regresso a casa. No mesmo seguimento, vale a pena observar os primeiros acontecimentos que rodearam o Verão de 1336, um cerco que não fazia capitular Badajoz, onde o desafio elevado ao monarca castelhano não obteve o que provavelmente era esperado, e Vilanueva del Fresno, traduzir-se-ia, num acidente no percurso das hostes portuguesas, que imbuídos numa motivação destruidora e desbaratadora das povoações fronteiriças, se viu forçado a debater-se contra um bem preparado e fresco exército castelhano.

Nas entrelinhas, intui-se então, que ao ser lançado por parte de D. Afonso IV a ofensiva contra o rei castelhano, teria o intuito de dispersar meios e recursos de D. Afonso XI, não existindo a nítida intenção de ganhar possessões estratégicas que pudessem vir a figurar num futuro próximo como o alargamento das suas fronteiras, antes pelo contrário, a intenção era tão só desbaratar terrenos e culturas e desprovir as povoações raianas, provocando a ira do monarca castelhano, fazendo com que se tivesse de desmultiplicar entre espaço geográficos longínquos, com toda a dificuldade que isso acarretaria, em deslocação de meios e efectivos, e assim D. Afonso IV, ganhava a tão necessária dianteira

---

<sup>226</sup> ALBUQUERQUE, L., (2001), *op. cit.*, p. 92.



a levar o agredido, a lutar ao ritmo das suas intenções, embora que por vezes se visse levado à necessidade de distribuição de recursos.

Temos, por conseguinte, e antes dos embates terem surgido pelo Minho, a incursão exploratória da coroa portuguesa às Canárias, com o envio de navios e gentes lusas para explorar o terreno, e observar da necessidade de meios técnicos e táticos para tomar de assalto a ditas ilhas atlânticas. Que não obstante os acontecimentos em terra na luta luso-castelhana, já se fazia notar em terras longínquas do Mar Oceano. Desta exploração a primeira presença em terras *Afortunadas*, e dessa comunicação, através da carta de D. Afonso IV ao papa Clemente VI, a informação historiográfica que viria a figurar, quando conhecida, como a «Questão das Canárias».

Das restantes confirmações de presença, só a expedição de 1341, no pós serenado conflito com o Islão no Salado, com uma intervenção naval com destino às Canárias, com uma tripulação mista entre ibéricos e itálicos, se fez representar com o beneplácito da Santa Sé com a doação do dizimo a pagar a Igreja, que conseguiu que D. Afonso IV se armasse de armas e estruturas de assalto, para tomar pela força, as ditas ilhas, embora tenha trazido apenas bens de pequena monta como peles, azeite e gado caprino, acompanhado com alguns nativos entretanto resgatados das ilhas.

Fora estas incursões de presença de Castela nas Canárias, só pelo século XV, em 1402, com a chegada de Bettencourt, dando assim início ao processo de colonização das Ilhas Canárias, e mesmo essa prossecução, paulatinamente de ilha a ilha, sem que fosse efectuado, uma colonização geral, que logo que efectivada se fez acompanhar com o clero a crismar todos os gentios, na conversão ao cristianismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao determo-nos na escrita de uma dissertação, sobre um tema pouco explorado, como a «questão das Canárias», onde os estudos existentes rondam a mesma fonte, sabíamos de antemão que a tarefa a que nos propúnhamos não se trataria de uma missão simples. Consideração, esta que se foi reforçando e ampliando ao longo de todo o processo heurístico.

As fontes são parcas e pouco nos revelam, sobre o facto *per si*, e a atenção dada aos trinta e dois anos de reinado de D. Afonso IV, período tratado na nossa dissertação, é ainda hoje diminuta, mesmo atendendo à longevidade do seu reinado.

Profícuo seria a reunião de todas as fontes e bibliografia sobre o assunto, e pertinente o quanto baste para trazer à luz do dia, a questão nacional que se viria a tratar as Canárias, e a luta pela sua posse, a começar pela observação que pretendemos retirar da carta de D. Afonso IV ao papa Clemente VI, contrapondo à decisão papal, que aponta ter sido levado a cabo antes das guerras contra Castela, logo remetendo às proximidades de 1336, prolongando-se entre reconhecimentos e propostas de conquista até ficar definitivamente dedicada à soberania de Castela afirmado no Tratado de Alcáçovas-Toledo de 1479.

Ficou assim balizada a questão entre os «Afonso», com a inicial intervenção de Afonso IV, em concorrência com D. Afonso XI de Castela, acabando sob a decisão régia de D. Afonso V, arrastando-se por 143 anos a disputa pelo território Atlântico. E, estão, assim, reunidos deste modo, os primeiros passos de preparação desta faina, que não se apresentando fácil numa primeira instância, se revelou um desafio no decurso do processo de construção.

A origem da «Questão das Canárias» deu-se por conhecida para o processo historiográfico, a pouco mais de dois séculos, o que nos deixa um caminho restrito em outras referências coevas, que as crónicas não revelam, e outra documentação omite.

Resta-nos a única fonte de referência, a carta de D. Afonso IV ao papa Clemente VI, datada de 12 de fevereiro de 1345, encontrada à pouco mais de dois séculos, como já aludimos, num maço de papéis catalogados nos Arquivos do Vaticano, trabalhada em 1816 por Joaquim José da Costa de Macedo, nas *Memórias da Academia das Sciencias*

*de Lisboa*, que esgrime em considerações de verdadeiro conhecimento as incongruências até ao momento proporcionadas ao tratamento do referido documento.

A origem destas letras de D. Afonso IV, de verdadeiro teor diplomático deve-se à necessidade sentida pelo monarca português em fazer reclamar o direito de posse das ilhas Canárias, após a atribuição e reconhecimento dado pelo papa em feudo perpétuo as Ilhas Afortunadas a um nobre castelhano D. Luís de La Cerda (ou de Espanha ou conde de Talmont).

Esta é a questão base da nossa investigação, e a análise destas acções exploratórias, enquadrado sob o espectro militar e estratégico do reino português em princípios e até meados do século XIV. Por conseguinte, apresenta-se a originalidade deste nosso trabalho, por ventura parcamente exploratória, quer na forma, quer no conteúdo, no entanto, reveste-se de um trilho orientador revestido também de um estímulo de averiguação na observação da conjuntura envolvente na disputa ibérica pelas Canárias, que além de tentar perceber essas relações como facto importante, traça as perspectivas de observação ao nosso crer de uma forma muito mais asseverada do que provavelmente se tem observado.

Nesta senda, encontramos o reino português, na pessoa do monarca reinante, a receber um tratamento desigual relativamente a Castela, na medida em que no final as atenções do Sumo Pontífice, e por influência da sua mediação viria a colocar as canárias sob a coroa castelhana, mesmo que do resultado desse reconhecimento, viesse a resultar num verdadeiro fracasso, próprio de um reino pouco preparado para o tipo de missão, e de um nobre que sem o apoio militar, dos reinos vizinhos, não conseguiu sequer, tomar posse do principado para o qual houvera sido investido pelo papa.

Esta questão, ainda que não efectivada por Castela no decurso do século XIV, veio a receber o forte apoio inicial e conciliador de Clemente VI, que se desmultiplicou em cartas de exortação de apoio militar junto dos reinos cristãos. Todavia, sobre este rogado nunca conseguiu almejar a tão necessária colaboração, considerando a nossa análise, que esta aflitiva apelação do papa, só teve lugar face ao malogrado ponto a chegaram as negociações onde nem as bulas de cruzada em que eram apregoadas indulgências plenárias a quem dos reinos cristãos da Península Ibérica aceitasse incorporar a missão colonizadora e evangelizante, indicadas que estavam como amparo da legitimidade para a guerra, por forma a proteger e alargar o domínio da *Christianitas*. Todavia, nem com

esse altivo clamor de abertura das portas do céu, conseguiu o papa, motivar a juntar-se à causa qualquer reino cristão ibérico.

Aqui, a vertente militar tão necessária para concluir o processo desencadeado com o reconhecimento a Luís de La Cerda pela Santa Sé, nunca se viria a efetivar. Contudo, o que será importante reter deste episódio é o carácter de secretismo que acreditamos envolveu a saída da frota portuguesa com destino às Canárias, que segundo a carta de D. Afonso IV, se situou antes do conflito desencadeado com Castela, e aqui a apontar para 1336 ou um pouco antes, e o conflito em que Portugal se viu envolvido contra o rei muçulmano em 1340, na respectiva batalha do Salado.

Este é o enquadramento apresentado pelo rei de Portugal, além da reivindicação de localização geográfica mais favorável, atribuída ao reino português em relação a cidade mais próxima de Castela, relativamente ao mesmo arquipélago. Todavia, acerca-nos a necessidade de ampliar à observação historiográfica algumas questões a este episódio. Terá sido esta circunstância exploratória do oceano, com destino as Canárias, revestido como um acto solitário? As fontes pouco nos dizem, mas a observação que nos leva a simultaneidade de uma série de as outras ocorrências leva-nos a acreditar que não.

Ter-se-á tratado a questão das Canárias a instâncias de D. Afonso IV uma questão militar? Foi-o seguramente uma vez que como cremos estaria inserido no conflito de 1336-39. Qual o verdadeiro propósito do conflito luso-castelhano de 1336-1339? E o que terá em aproximação à expedição às Canárias? Mais uma vez as origens coevas conduzem-nos a uma observação redutora ligando o motivo impulsionador da discórdia ao desagrado sentido pelo rei de Portugal, devido ao tratamento inadequado que a sua filha era alvo pelo rei de Castela, traduzindo-se esta como uma linha comumente aceite pela generalidade das linhas historiográficas.

Todavia, a observação de Miguel Gomes Martins, trouxe-nos à discussão, um outro caminho de investigação, com a necessidade sentida pelo rei de Portugal, em ganhar alianças estratégicas dentro do próprio reino de Castela, ao aliar-se a D. Juan Manuel, e a Juan Nuñez de Lara, verdadeiros opositores da política de D. Afonso XI, e assim poder criar uma frente mais musculada frente ao monarca castelhano. Este é entretanto mais um dos motivos encontrados e apontado para o conflito.

Estas discussões aparecem-nos como centrais na observação conjuntural, parecendo-nos bastante pertinentes, todavia, poderemos aflorar uma outra questão

derivada: Será que a realização deste conflito tendo como originador o rei de Portugal, pretenderia com as alianças estratégicas dentro do próprio reino castelhano, algo mais do que alianças? Podemos contrapor que, que nos parece lícito, sugerir uma observação de índole tático, deste modo, com as divergências internas no reino de Castela, a serem vividos intestinamente entre os próprios naturais, libertava os meios do reino português, para se dedicar a outra das razões da sua existência, a preocupação naval, já com o pano a drapejar nas águas oceânicas.

Por conseguinte, associando as considerações de José de Macedo com as de Miguel Martins, leva-nos a alargar o comentário deste último fazendo-nos crer que o motivo primário e secundário apontado para o conflito se tratou mais de uma justificação para fundamentar o acto ofensivo, do que a verdadeira razão para o levar a efeito, e aqui consideramos que algo mais poderia estar subjacente.

Temos, por conseguinte, um período, em que os episódios conjunturais têm sido alvo de um tratamento isolado, tanto pelas fontes como pela bibliografia, numa análise particular de cada uma das circunstâncias, deixando-nos privados de uma observação de conjunto sobre as duas realidades, ou melhor, de todas as realidades envolventes, uma vez que, considerando a janela temporal apresentada pela carta de D. Afonso IV, (como único elementos balizador) deslocando para alturas de 1336 ou, como propõe Macedo, até provavelmente um pouco antes, leva-nos a crer que em simultâneo estavam já a rumar a sul as enfunadas velas da esquadra portuguesa orientadas às Canárias, que atendendo ao tempo e à velocidade praticada à época pela propulsão naval, para levar a bom porto semelhante viagem, não nos parece descabido que a mesma tivesse o seu término em cima já do acontecimento conflituoso e assim já conhecedor do objectivo alcançado, D. Afonso IV, num golpe político-estratégico, tenha afigurado como possível o lançamento de uma ofensiva para desviar as atenções, e a aquisição de alianças para alimentar esse diferendo, mantendo Castela entretanto ocupada em lutas e divergências internas, provocando deste modo um afastamento claro da perspicácia castelhana, dos movimentos da barra de Lisboa efectuados pela esquadra portuguesa.

Deste modo, consideramos que este poderá ser o grande particularismo a retirar desta questão, com D. Afonso IV, a provocar, se bem que indirectamente, a instabilidade interna do reino de Castela já a borbulhar em discórdia, com D. Afonso XI, a não aceitar a aliança entre os dois nobres castelhanos e o rei de Portugal, e assim a ganhar a dianteira no conflito, uma vez que não teria de se preocupar tão directamente com as acções

ofensivas de Castela, a ver-se surgir eventualmente pela zona raiana do reino de Portugal, e desde modo podemos alvitar, deter-se numa observação mais calma da expedição.

Por conseguinte, o que consideramos poder acrescentar em teoria a esta questão, é o facto de crermos como sendo muito provável um possível nexo de causalidade entre estas duas iniciativas, que partilhamos, não se vissem afastadas do mesmo propósito, uma vez que as relações luso-castelhanas não se encontrando a atravessar os seus melhores momentos, (se é que alguma vez estiveram) vivendo num processo endémico de competição natural entre reinos vizinhos. Todavia, não nos querendo afastar da exactidão dos factos, porque não possuímos em documentação coeva, algo que nos dê essa confirmação, somos levados a apontar um dado insofismável, uma e outra tiveram como intervenientes os mesmos personagens, Portugal e Castela, e neste caso com a viragem a Oeste, entrava-se na procura de um poder hegemónico de um palco ainda não dominado, o Atlântico.

Nesta corrida, Portugal encontra-se na vanguarda com uma Marinha a afirmar-se no mar, desde o século anterior, sendo certo que ainda a fazer um tipo de navegação à vista, mas a passos largos a conseguir caminhar, ou melhor navegar, como foi a ida às Canárias, para se encorajar, por outros destinos, longe das enseadas e reentrâncias que a fortemente fustigada costa portuguesa, proporciona.

Após esta sucinta análise, podemos verificar que no mesmo período muitos foram os factos ocorridos, e uma, é a questão que nos prende a observação. Estaria esta desgarrada de todas as outras? Cremos que não, pelo que julgamos como necessário um processo de exploração mais incisivo sobre esta discussão, junto de fontes primárias e secundárias que nos parece que ainda não foi feito. Sobre este caminho, não conseguimos apresentar respostas claras, embora nos encontremos na expectativa de ter-mos conseguido encaminhar num outro percurso de observação, e há que dizer em síntese, que a investigação proporcionada sobre a «questão das Canárias», tendo como base os documentos coevos, colocados a nossa disposição, deixam algumas pontas soltas, e caminhos abertos a possíveis observações mais alargadas do que a que tem sido trabalhada, não só pela documentação existente, como em consequência directa dos acontecimentos vividos em simultâneo, que rasgam assim o caminho para algumas linhas de observação.

Veja-se a necessária associação da carta de D. Afonso IV, escrita só a jusante do conflito, à declaração de guerra desencadeada contra o rei castelhano, esta última, num

verdadeiro exemplo de guerra esquiva, não incisiva com um objectivo directo e qualificável, não tem moldes de constituir uma iniciativa de mero acaso, logo, cremos que esta foi pensada e delineada, para cumprir os seus propósitos, fossem eles quais fossem, mas para manter afastado do litoral a atenção castelhana, veja-se que se as relações matrimoniais entre o rei de Castela e a sua rainha, por sinal filha do rei português, a viver em desequilíbrio conjugal, é apontado como o cerne para o desencadear do conflito, como ficou a relação após o término da discórdia? Podemos responder sem dificuldade, precisamente na mesma. Logo, este não se poderia tratar do objecto principal, resta-nos então, a perspectiva de Miguel Martins, com a necessidade de alianças no cerne do reino castelhano com dois fortes aliados para viverem pelo rei de Portugal as agruras de um conflito interno, e a outra perspectiva, a nossa, que cremos, deverá fazer parte deste quadro de relações, a associação da expedição às Canárias como uma missão levada no máximo secretismo para dessa forma Portugal de adiantar a Castela na hegemonia do Oceano Atlântico.

Consideramos que será profícuo analisar o conflito luso-castelhano de 1336-1339, não como um conflito individual, mas na necessária razão de se fazer uma auscultação geral, de todos os acontecimentos que estiveram envolvidos, onde cremos terá de ser enquadrada as Canárias. O método poderá ser a explanação comparativa dos factos, introduzindo as bulas do papa Clemente VI para os reis cristãos da Península Ibérica, a carta de resposta de D. Afonso IV ao Sumo Pontífice, e a verificação cirúrgica com que foi levado a cabo os primeiros momentos do conflito luso-castelhano, assim como o desenvolvimento que este adoptou durante todo o período do conflito, para tentar assim esclarecer a questão central.

Estes dados de comparação, transformaram a nossa interpretação dos factos, e esta análise tornou-se relevante para o nosso trabalho, tentando abarcar as mais variadas perspectivas particulares traduzindo-as numa visão global, onde tentamos sintetizar o estado das relações antes do conflito, (a viver num tipo de paz latente), o que o conduziu à abordagem das origens do choque e o que levou a desencadear a ofensiva, assim como as características e as relações entre os próprios envolvidos, os seus objectivos intrínsecos (que não sendo passíveis de desmistificação, são abordados no resultado da sua acção), as decisões que cada um tomou atento aos comportamentos do adversário, e que lhes esperaria em opção tomar. Procurámos traçar no decurso destes capítulos, um caminho de resposta a estas questões, um de observação directa dos acontecimentos, outros de um modo mais distante, mas ainda assim encaminhados e decorrentes da observação de factos

e das respetivas ocorrências. Necessária é a observação da realidade portuguesa sobre a primazia na presença nas ilhas Canárias, e essa é incontornável, em detrimento à castelhana, todavia a verdade dos factos remete-nos para um arquipélago entregue sob o domínio castelhano, sem que as condições de assegurar a sua real posse fossem garantidas, uma vez que só em 1402, e sob a empresa de Bettencourt o reino de Castela, se assenhora das ilhas Canárias.

É com o «episódio das Canárias» que os marinheiros portugueses entram no oceano, e nessa prossecução ganham uma presença efectiva no mar, e nesse caminho se toma contacto primário com outros povos, outras culturas distantes, outras civilizações, que os nativos das Canárias representam, os guanchos, povo com alguma representação sedentária, ainda a viver num estágio de desenvolvimento neolítico, que adoravam o Sol e a Lua, como deuses presentes, dedicavam-se à criação de gado doméstico, com uma agricultura primária em termos de espécies, mas já possuidores de um conceito de hierarquia social, assim como com uma preparação embora igualmente rudimentar, em termos defensivos, veja-se para este exemplo a existência de escudos de protecção individual, feitos em madeira de embondeiro, cujas características compósitas da própria natureza da árvore se tornava um bom e efectivo meio de defesa, perante ataques de lanças, por as características esponjosas da matéria natural, que fixava de um modo difícil de retirar as lanças remessadas.

Deste modo restando-nos concluir, há que dizer em síntese, com o ensejo de que se tenha atingido os propósitos que nos levaram a desenvolver esta dissertação, que sobre o estudo de uma questão pouco afluída, muito ficou por certo aduzir, uma vez que consideramos a necessidade de se efectivar uma observação directa junto dos documentos coevos, na necessidade de abrir novos caminhos, com perspectivas mais alargadas numa associação ao que cremos, inseparável de um conflito na procura de uma hegemonia entre reinos vizinhos, num diferendo bem inserido nos tramites clássicos, que define três grandes motivos para o desencadear de um conflito entre povos, onde estão patentes a luta de *interesses* o desenvolvimento e *afirmação da honra* e assim como o próprio *medo*, a estar presente nos relacionamentos de proximidade entre reinos, o que não foi alheio os constantes diferendos entre partes e onde a «questão das Canárias» fez ao que acreditamos parte deste processo como elemento propulsor na entrada de Portugal no Oceano Atlântico. Os eventos sobrepujaram-se, e os personagens repetem-se na vivência dos acontecimentos. Deste modo, as sinergias foram aplicadas de forma a poder dedicar a



atenção a um verdadeiro assunto interno da coroa portuguesa, a entrada alargada no Atlântico com a expedição às Canárias.

Resta-nos a vontade de o ter conseguido, e o ensejo que o humilde estudo apresentado possa de alguma forma abrir novas linhas de investigação, e que a considerações que traçamos consigam abarcar a aceitação da comunidade científica.

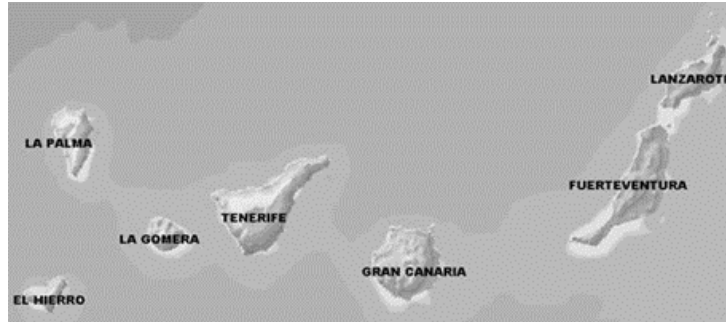


Fig. 18 - Arquipélago das Canárias.

[http://www.gobiernodecanarias.org/cmavot/interreg/indice/observatorio\\_macaronesia/pt/macaronesia/ca/canarias.html](http://www.gobiernodecanarias.org/cmavot/interreg/indice/observatorio_macaronesia/pt/macaronesia/ca/canarias.html)

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES

Azurara, Gomes Eannes de, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, escrita por mandado de el Rei D. Affonso V, sob a direcção scientifica, e segundo as instrucções do illustre Infante D. Henrique / pelo chronista Gomes Eannes de Azurara. Disponível em: [http://purl.pt/216/5/hg-12674-v\\_PDF/hg-12674-v\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-12674-v\\_0000\\_capa-guardas2\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/216/5/hg-12674-v_PDF/hg-12674-v_PDF_24-C-R0150/hg-12674-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0150.pdf)

*MONUMENTA HENRICINA, Volume I, Organizado por Manuel Lopes de Almeida et. Al. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa. 1960.*

PINA, Ruy de, *Chronica Del Rey D. Afonso o quarto*, Lisboa, Ed. Biblion, 1936, [http://purl.pt/339/5/hg-25075-p\\_PDF/hg-25075-p\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-25075-p\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/339/5/hg-25075-p_PDF/hg-25075-p_PDF_24-C-R0150/hg-25075-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf)

### OBRAS GERAIS EDITADAS

ALBUQUERQUE, Luís de, (2001), *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. 3, Mem Martins: Publicações Europa-América, 5ª edição.

BARATA, Manuel Themudo, e TEIXEIRA, Nuno Severiano, (coord.), (2003), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. I, Rio de Mouro, Circulo de leitores, 1ª edição.

BARRETO, Luís Filipe, e GARCIA, José Manuel, (1997), *Portugal na Abertura do Mundo*, Lisboa, Edição Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

BETHENCOURT, Francisco, e CURTO, Diogo Ramada, (2010), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70.

BETHENCOURT, Francisco, e CURTO, Diogo Ramada, (1991) *A Memória da Nação*, organização de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 7-9 de Outubro de 1987, Editora Livraria Sá da Costa, 1ª edição.

COELHO, António Borges, (1985), *Raízes da Expansão Portuguesa*, Col. Horizonte histórico, volume 8, Lisboa: Editora Livros Horizonte Lda., 5ª Edição.

COELHO, António Borges, (2011), *Largada das Naus*, História de Portugal, Vol. III, Lisboa, Editorial Caminho.

CORTESÃO, Jaime, (2016), *Os Descobrimentos Portugueses*, Volume I, Lisboa, edição exclusiva do Expresso.

COSME, João, (2004) *A Guarnição de Safim em 1511*, edição Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, Março de 2004.

COSTA, João Paulo Oliveira, (coord.), RODRIGUES, José Damião, OLIVEIRA, Pedro Aires, (2014), *História da Expansão e do Império Português*, Esfera dos Livros, 1ª edição.

DINIS, Pe. António Joaquim Dias, (1962) *Antecedentes da Expansão Ultramarina Portuguesa. Os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV*, Revista Portuguesa da História, Tomo X, 1962, pp. 1-118.

DUARTE, Luís Miguel, *A Marinha de Guerra Portuguesa*, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*, volume 1, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, pp 290-346.

EMBED, Florentino Pérez, (1948) *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*, Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispanoamericanos de Sevilla, 1948, serie 2.a, monografía núm. 6.

ECO, Umberto, (2014), (Org. e Dir.) *Idade Média – Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*, Volume I, Alfragide, Editora D. Quixote, 3.ª edição.

ECO, Umberto, (2015), (Org. e Dir.) *Idade Média – Explorações, Comércio e Utopias*, Volume IV, Alfragide, Editora D. Quixote, 1.ª edição.

FERNANDES, Hermenegildo, (2014) *O mundo das Cruzadas, sécs. XI a XIII*, Lisboa, Visão História.

IRIA, Alberto, (1976), *Da Importância Geo-Política do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal, nos Séculos XV a XVIII*, Lisboa, edição da Academia Portuguesa da História.

KEEGAN, John, (1987), *O rosto da Batalha*, tradução de José Vieira de Lima, Lisboa, Editorial Fragmentos.

MARTINS, Miguel Gomes, (2011), *De Ourique a Aljubarrota, A Guerra na Idade Média*, Lisboa. Editora A Esfera dos Livros, 1.<sup>a</sup> edição.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, (1989), *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Volume I, (1339-1521), Lisboa, Editora Livraria Sá da Costa, 1.<sup>a</sup> edição.

MONTEIRO, João Gouveia, (2003) *Estratégia e Tática Militares*, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*, volume 1, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, pp 216-244.

PEREIRA, José António Rodrigues, (2010), *Marinha Portuguesa Nove Séculos de História*, Lisboa, Edição da Comissão Cultural de Marinha, 1.<sup>a</sup> edição.

PERES, Damião, (1982), *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Editora Vertente.

RUMEU DE ARMAS, António, (1996), *España en el África Atlántica*, Tomos I e II, ediciones del Cabido Insular de Gran Canaria, Las Palmas de la Gran-Canária

SARAIVA, José Hermano, (Dir.), RIBEIRO, Ângelo, (Coord.), (2004), *História de Portugal*, Volume II, *A Afirmação do País – Da Conquista do Algarve à Regência de Leonor Teles*, Matosinhos, Editorial QuidNovi.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, (Dir.) (1987) *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV, Nova História de Portugal*, volume IV, (Coord.) A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença Lda, 1.<sup>a</sup> edição.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, (2005), *D. Afonso IV (1291-1357)*, Reis de Portugal, Direcção de Roberto Carneiro, Coord. Científica de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Edição do Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Dezembro de, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro.

SOUZA, Armênia Maria de, (2015), *Afonso IV (1325-1357) e a doação das Ilhas Canárias pelo Papa Clemente VI (1332-1342)*, Coimbra, Revista Portuguesa de História. Nº 46, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 47-64.

## ESTUDOS MONOGRAFICOS EM LINHA

ANTUNES José, OLIVEIRA, António Resende de, e MONTEIRO, João Gouveia, (1984), *Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão*, Separata da Revista de História das Ideias, n.6, 1984, Coimbra, pp. 25-160 [http://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol6/pdfs/02\\_aresende\\_jmonteiro\\_jantunes.pdf](http://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol6/pdfs/02_aresende_jmonteiro_jantunes.pdf) [em linha, consultado em 5/12/2015].

BONNET Y REVERON, Buenaventura, (1943), *La expedición portuguesa a las Canarias en 1341*, La Laguna de Tenerife, *Revista de historia*, Tomo 09, Año 16. Número 062, pp. 112-133. <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/revhistoria/id/569>  
<http://mdc.ulpgc.es/cdm/singleitem/collection/revhistoria/id/569/rec/4> [em linha, consultado em 5/12/2015].

BONNET Y REVERÓN, Buenaventura, (1942) *Las Canarias y los primeros exploradores del Atlántico*, La Laguna de Tenerife, *Revista de historia*, Tomo 08. Año 15. Número 057, pp. 038-046, <http://mdc.ulpgc.es/cdm/singleitem/collection/revhistoria/id/376/rec/1> [em linha, consultado em 5/12/2015].

BONNET Y REVERÓN, Buenaventura, (1942), *Las Canarias y los primeros exploradores del Atlántico (conclusión)*, La Laguna de Tenerife, *Revista de historia*, Tomo 08. Año 15. Número 058, pp.082-089, <http://mdc.ulpgc.es/cdm/singleitem/collection/revhistoria/id/268/rec/1> [em linha, consultado em 5/12/2015].

COELHO, Maria Helena da Cruz, (1988), *O Poder e a Sociedade ao Tempo de D. Afonso IV*, Porto, Sep. de *Revista de História*, Vol 3, pp.33-51, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6442.pdf> [em linha, consultado em 5/12/2015].

CORREIA, Pedro Pezarat, (2009) *Evolução do pensamento estratégico, revolução nos assuntos militares e estratégia pós-moderna*, in *Boletim Ensino – Investigação* nº7, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, pp.33-64, <http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/B7-3.pdf> [em linha consultado em 24/01/2015].

FERREIRA, José, *Política-Tratado de Alcáçovas-Toledo*, Centro de História de Além-mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade, Nova de Lisboa,

<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=768> [em linha consultado em: 20/05/2015].

FITZ, Francisco García, (1998), *Hubo estratégia en la Edad Media? A propósito de las relaciones castellano-musulmanas durante la segunda mitad del siglo XIII*, História, Revista da Faculdade de Letras. História, série II, vol. 15, nº. 2, pp. 837-854, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4039.pdf> [em linha consultado em 05/06/2016].

FONSECA, Luís Adão da, (2003), *Política e Cultura nas Relações Luso-Castelhanas no Século XV, Península – Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 0, pp. 53-61, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12581.pdf> [em linha, consultado em 5/12/2015].

FONSECA, Luís Adão da, (2009), *Portugal e o Mediterrâneo, Entre Castela e Marrocos a Formação da Fronteira Marítima nos Séculos XIV-XV e a Noção de Espaço Político Descontínuo*. Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, População e sociedade, Revista nº17, Porto, pp. 45-60 <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56624> e <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56624/2/luisfonsecaportugal000133727.pdf> [em linha, consultado em 5/12/2015].

FONTES, João Luís Inglês, (1995), *Cruzada e Expansão: A Bula Sane Charissimus (1418)*, Lisboa, Lusitânia Sacra, 2ª série, nº7, pp. 403-420, [http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4952/1/LS\\_S2\\_07\\_JoaoLIFontes.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4952/1/LS_S2_07_JoaoLIFontes.pdf) [em linha consultado em 17MAR2016].

FOUQUIN, Guy, (2000), *História Económica do Ocidente Medieval*, Coleção Lugar da História, Edições 70, Lisboa.

GASPAR, António Tejera, (2004), *Canarios, taínos y europeos en los siglos XIV y XV: (Un modelo de contacto interétnico)*, Madrid - Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, Anuario de estudos atlânticos, Número 50, Tomo 2, pp.809-836 <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/aea/id/2113> [em linha, consultado em 5/12/2015].

GODINHO, Vitorino Magalhães, (1952), *Economia das Canárias nos séculos XIV e XV*, Revista de História, São Paulo – Brasil, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Volume 4, nº10, pp.311-348, <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35082/37821> [em linha consultado em:21/11/2015].

GONZÁLEZ, José Molina, (2003), *Conocimientos científicos técnicos de los guanches*, Gáldar (Gran Canaria), Memoria Digital de Canarias – Textos, InfoNorte Digital, <http://mdc.ulpgc.es/cdm/singleitem/collection/MDC/id/1434/rec/1> [em linha, consultado em: 13/04/2015].

LALANDA, Maria Margarida Nogueira, (1989), *A Política Externa de D. Afonso IV (1325-1357)*, Ponta Delgada, Arquipélago História, Vol. 11, pp. 107-151 [https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/982/1/MariaMargaridaNogueiraLalanda\\_p107-151.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/982/1/MariaMargaridaNogueiraLalanda_p107-151.pdf) [em linha, consultado em 5/12/2015].

MACEDO, José da Costa de, (1844), *Memória em que se pretende provar que os árabes não conhecerão as canárias antes dos Portuguezes*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa. [https://books.google.pt/books?id=4ExBAAAcAAJ&pg=PA76&lpg=PA76&dq=Mem%C3%B3ria+em+que+pertende+provar+que+os+%C3%A1rabes+n%C3%A3o+conhecer%C3%A3o+as+can%C3%A1rias+antes+dos+Portuguezes&source=bl&ots=R6T8DVKo2C&sig=bWL3UbXkIaUoarIJD9Inv\\_OSQQ4&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiDn5DKmLrQAhWBVxQKHc8GDdEQ6AEIKDAB#v=onepage&q=Mem%C3%B3ria%20em%20que%20pertende%20provar%20que%20os%20%C3%A1rabes%20n%C3%A3o%20conhecer%C3%A3o%20as%20can%C3%A1rias%20antes%20dos%20Portuguezes&f=false](https://books.google.pt/books?id=4ExBAAAcAAJ&pg=PA76&lpg=PA76&dq=Mem%C3%B3ria+em+que+pertende+provar+que+os+%C3%A1rabes+n%C3%A3o+conhecer%C3%A3o+as+can%C3%A1rias+antes+dos+Portuguezes&source=bl&ots=R6T8DVKo2C&sig=bWL3UbXkIaUoarIJD9Inv_OSQQ4&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiDn5DKmLrQAhWBVxQKHc8GDdEQ6AEIKDAB#v=onepage&q=Mem%C3%B3ria%20em%20que%20pertende%20provar%20que%20os%20%C3%A1rabes%20n%C3%A3o%20conhecer%C3%A3o%20as%20can%C3%A1rias%20antes%20dos%20Portuguezes&f=false) [em linha, consultado em: 05/12/2015].

MACEDO, Joaquim José da Costa de, (1816), *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Memórias para a História das Navegações e Descobrimentos dos Portuguezes*. Por Discurso lido na Sessão pública de 24 de Junho de 1816. <https://ia800307.us.archive.org/16/items/memoriasparahist00mace/memoriasparahist00mace.pdf> em linha, consultado em 5/12/2015].

MARQUES, José, (2009), *Relações fronteiriças luso-castelhanas, nos séculos XIV-XV*, in *Ibéria: Quatrocentos/ Quinhentos. Duas Décadas de Cátedra (1984-2006)*, Homenagem a Luís Adão da Fonseca, - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto, pp 91-141, <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/iberia-quatrocentos-quinhentos/ler-em-pdf> e <http://docplayer.com.br/12916732-Iberia-quatrocentos-quinhentos-duas-decadas-de-catedra-1984-2006-homenagem-a-luis-adao-da-fonseca.html> [em linha consultado em 27/10/2015].

MARTINS, Miguel Gomes, (2005), *A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338*, Faro, in Promontoria, Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, Ano 3, Número 3, Editora, Universidade do Algarve, FCHS, Faro, 2005, pp.19-80. [https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7118/1/PROM03\\_pp019-080.pdf](https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7118/1/PROM03_pp019-080.pdf) [em linha consultado em: 20/05/2015].

MORENO, Humberto Baquero, (1991) *A Organização Militar em Portugal nos Séculos XIV e XV*, Porto, Repositório Aberto da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2256.pdf> [em linha, consultado em 16/12/2015].

MORENO, Humberto Baquero, (1989) *A Situação Política em Portugal nos Fins da Idade Média e os seus Reflexos na Expansão Ultramarina*, Ponta Delgada, Arquipélago História, Vol. 11, Repositório da Universidade dos Açores, pp-49-65, [https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/979/1/Humberto%20BaqueroMoreno\\_p49-65.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/979/1/Humberto%20BaqueroMoreno_p49-65.pdf) [em linha, consultado em 5/12/2015].

MORENO, Humberto Baquero, (1996), *Portugal - Do Mediterrâneo ao Atlântico no Século XV*, *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval. N. 10, (1994-1995)*, Universidad de Alicante, [http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6924/1/HM\\_10\\_10.pdf](http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6924/1/HM_10_10.pdf) pp. 197-213 [em linha, consultado em 5/12/2015].

MORENO, Humberto Baquero, (1996), *Portugal e a fronteira com Castela no século XIV*, Actas III Jornadas de Estudo Norte de Portugal – A Aquitânia. Publicações da Universidade do Porto, <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19927/2/hbaqueromorenoportugal000083353.pdf> [em linha, consultado em 25/02/2016].

MORENO, Humberto Baquero, *Relações entre os Reinos Peninsulares (1290-1330)*, (1997), Alicante, Universidad de Alicante. Departamento de Historia Medieval, [https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6819/1/HM\\_11\\_02.pdf](https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6819/1/HM_11_02.pdf) e <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56521> [em linha, consultado em 5/12/2015].

RÁFOLS, Elias Serra y, (1941), *Los portugueses en Canarias*, La Laguna (Tenerife), Imprenta y Librería Curbelo, discurso inaugural del año académico 1941 – 1942, Memoria Digital de Canarias, <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/MDC/id/1460> [em linha, consultado em 26/10/2015].



SALGADO, António Augusto Alves, (2005), *O poder naval português no Atlântico*, Lisboa, in *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*, 2 a 5 de Novembro de 2005, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Investigação Científica Tropical, [http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/augusto\\_alves\\_salgado.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/augusto_alves_salgado.pdf) [em linha consultado em 24/01/2016].

SILVA, Isabel L. Morgado de S. e, (2006), *Perspectiva global das viagens dos portugueses às Canárias no âmbito dos descobrimentos e expansão portuguesa. Uma questão adiada até Alcáçovas-Toledo (1479-80)*, Porto, Revista da Faculdade de Letras, História, III Série, vol. 7, pp. 93-106. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3406.pdf> [em linha consultado em 10/02/2016].

SILVA, Jorge Manuel Moreira, (2009) *Operações Navais e Estratégia Marítima na Reconquista e Consolidação do Território Nacional*, Lisboa, *Revista Militar*, V. 61, n.º 4 (Abr.2009) [http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art\\_id=469](http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=469) [em linha, consultado em 5/12/2015].

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, (1989) *O Sangue a Cruz e a Coroa a Memória do Salado em Portugal*, La Rioja, *Penélope: revista de história e ciências sociais*, N.º. 2, 1989, pp. 27-48 <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2690758> [em linha, consultado em 12/09/2015].

VENTURA, Margarida Garcez, (2011), *Portugal e Castela na Reconquista Cristã e na Partilha do Mundo: legitimidades, debates, cedências (1249-1494)*, *Revista Signum*, V. 12, n.1, Associação Brasileira de Estudos Medievais, <http://www.abrem.org.br/revistasignum/index.php/revistasignumn11/article/view/50/40> [em linha, consultado em 5/12/2015].

VIANA, Mário, (2011) *O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média*, Comunicação apresentada nos VIII Encuentros Internacionales del Medievo, «*Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*», Centro Cultural de la Fundación Caja Rioja, del 26 al 29 de Julio de 2011. Repositório da Universidade dos Açores/Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Disponível em: <http://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/1465> [Em linha, consultado em 12/11/2015].

VIEIRA, Alberto, (2004), *As Ilhas Atlânticas. Para Uma Visão Dinâmica da Sua História* Anuario de estudios atlánticos, Número 50. Tomo 1, Editorial Cabildo Insular de Gran

Canaria, pp. 0219-0264, <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/aea/id/1897> e <http://www.madeira-edu.pt/portals/31/ceha/avieira/islas.pdf> [em linha, consultado em 5/12/2015].

VIEIRA, Alberto, (2008), *As Ilhas e o Sistema Atlântico*, Anuario de Estudios Atlánticos, Número 54. Tomo 1, Homenaje a Antonio Rumeu de Armas, Cabildo Insular de Gran Canaria, Madrid - Las Palmas 2008, p. 207-222. <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/aea/id/2096> [em linha, consultado em 5/12/2015]

VIEIRA, Alberto, *Los Portugueses y las Islas Canárias-Madeira, Azores y la Isla de Lanzarote*, Centro de Estudos de História do Atlântico, <http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/avieira/lanzarote.pdf> [em linha, consultado em 5/12/2015].

VIEIRA, Alberto, (2015) *O Arquipélago das Selvagens. Um Mundo de Ilhas portuguesas com História*, Anuario de Estudios Atlánticos, nº 61, 061-006, <http://anuariosatlanticos.casadecolon.com/index.php/aea/article/view/9306> [em linha, consultado em 5/12/2015].

VIEIRA, Alberto, (2012) *Reconstrução e Desconstrução do Mundo Insular do Atlântico Oriental. Séculos XV e XVI*, Anuario de Estudios Atlánticos, núm. 58, 2012, pp. 133-184, Cabildo de Gran Canaria, Las Palmas de Gran Canaria, España <http://epistolario.casamuseoperezgaldos.com/index.php/aea/article/view/9306/8789> [em linha, consultado em 5/12/2015].

VILAR, Hermínia Vasconcelos, (2010), *No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, Lusitânia Sacra, 2ª Série nº 22, pp.149-165 [http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4552/1/LS\\_S2\\_22\\_HerminiaVVilar.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4552/1/LS_S2_22_HerminiaVVilar.pdf) [em linha, Consultado em 12/06/2015].

## SÍTIOS DE INTERESSE HISTORIOGRÁFICO

*Memória Digital de Canárias*, <http://mdc.ulpgc.es/cdm/landingpage/collection/revhistoria> [em linha, consultado em 5/12/2015].

*Los Portugueses en Canarias*, <http://mdc.ulpgc.es/cdm/ref/collection/MDC/id/1460>

[em linha, consultado em 5/12/2015].

*Revista dos Centenários* n<sup>os</sup> 2 e 3, Fevereiro e Março de 1939, Portugal. Comissão Nacional dos Centenários, Hemeroteca Municipal de Lisboa, [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/N02\\_3/N02\\_3\\_master/RevistadosCentenariosN2e3.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/N02_3/N02_3_master/RevistadosCentenariosN2e3.pdf) [em linha consultado em 12/2/2016].

## **ANEXO**

## CARTA DE D. AFONSO IV, REI DE PORTUGAL, AO PAPA CLEMENTE VI

12 DE FEVEREIRO DE 1345<sup>227</sup>

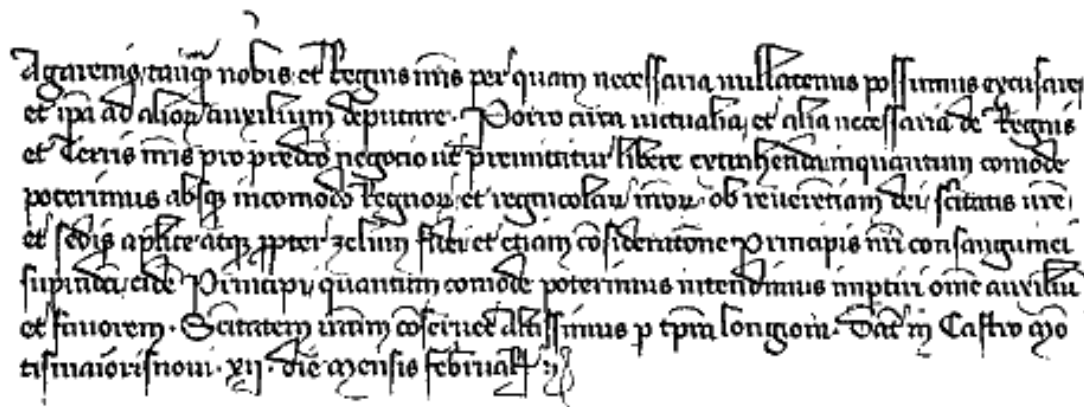
Sanctissimo ac beatissimo in xpo patri ac dno dno Clementi divina dei providentia sacro  
 sanctae roman ac universalis ecclesie summo pontifici. Cuius devotus filius Alfonsus dei  
 gratia Castellae Legionis Tolletae Gallie Sibillie Cordube a iure Gieny Algarbi et  
 Algezire rex ac Comitis arolis dominus cum filiali recommendatione devota pedum oscula  
 beatorum. Sanctitatis vestre litteras recepimus pater sancte committentes qd carissimum consanguineum  
 nostrum nrm Ludovicum de spania dignitatis principatus insignis in clementia deomites  
 sibi pro se suisq hereditibus et successoribus fortunis ac quasi alias in suis in partibus affricae  
 consistentes et eadem adiacentes duxerunt concedendis ac cum de Princeps instanti optimo  
 tempore aggredi intendat negotium supradictum nos requireratis qd eundem principem et  
 negotium huiusmodi haberemus pro divina et apostolice sedis reverentia ac zelo fidei commendamus  
 et super hijs quantam commode posset impari auxilium et favorem. Et paterissime qd  
 nulli dubium existat qd proventores an dare memorie terminum istam de manibus p fidei  
 ac potentia legum affricae de proprio acquiritis omne ab eodem p fidei faciatate et semis in  
 pugnationibus defenserunt uaria psonarum pcula et expensas profuturas in guerris quibus  
 propterea contra pcedo blasphemias infirmitate commie subeundo ac qd adquisitio legum affri  
 ce ad nos utraqz ius legum multumqz alium dno saque pvenire. Nichilominus ob iram  
 et ap sedis reverentiam ac unanimum sanguinis quod dicitis princeps nobis ad invicem  
 in nobis advenit dicitur in suis concessio sibi facta et ex eo spale sanctitati vestre quas referim  
 actiones prompti in hijs et alijs que in et apostolice sedis beatitudo inuenerit obedire devoto. Sa  
 tatem vestram consuegere dignetur altissimus p tempore bonum. Dat Malle de fenares xij  
 die martij Anno dñi millmo trecentesimo. Quadragimo quarto.

Sanctissimo patri ac dno dno Clementi divina providentia sacrosce ac universalis ecclesie summo  
 pontifici. Summis et devotis filius nrm Alfonsus rex portugali et algarbi cum reverentia  
 debita et devota pedum oscula beatorum. Ille qui summo angulari lapide suam sanctam fundavit eccle  
 sic ea noluit p suos successores suos impotenter gubernari qd recta p omnia impendat munera ac men  
 sura assidue salubrioribz proficiat incrementis ut augmento fidei cotidie dilatata evener  
 uata paginorum p fidei per totam iuguet fides xpi. Et nos quide dimissimus successores dñi  
 cu omnimoda cura est vnicuique regis et sollicitudo commissa no solum cum asserere a lupis mor  
 sibus neqz etiam ampliare annis quod in litteris a iam sanctitate directis suscepimus dum ad  
 extinguendo in fidelitatis iulantes infelices qui totam terram in sulaw forme inuliter occupat  
 et plantacionem vinearum ac vlearum dñi Ludovicum consanguineum nrm principem elegimus  
 ad quas quide litteras referentias prout nobis usum erat p ordinem cum reverentia respon  
 demus qd predicta in sulaw fuerunt prius in legnole inuenciones nos nro attente qd  
 predicta in sulaw nobis plus qd alia principi propinquiores existat qd p nos possent comodum  
 subiugare ad hoc oculos dñi nrm mentis et cogitationem nrm ia ad effam pntat aspicere.

<sup>227</sup>FONSECA, Faustino da, A Carta de D. Afonso IV ao Papa Clemente VI, 1916, Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal, Vol. II, n.º7, pp.69-71. [http://purl.pt/258/1/bad-1507-v/bad-1507\\_1-serie/index-a\\_1916-HTML/M\\_index.html](http://purl.pt/258/1/bad-1507-v/bad-1507_1-serie/index-a_1916-HTML/M_index.html)

gentes nunc et Naues aliquas illuc misimus ad illius patrie condicem explorandum /  
 que ad duas Insulas accedentes cum homines et animalia et res alias p. violentia occi-  
 parunt et ad ma. Regia cum ingenti gaudio ad vitam. Ven. cum ad prefatas Insulas  
 expugnandas armatum unum intrare curavimus cum auxilium et pecuniam multitudine  
 copiosa: quicquid primo inter nos et Regem Castelle. tunc inter nos et Reges Sarinano  
 subita. min. posuimus impedire que omnia tamq. notoria sanctitate unum late. minime  
 dubitamus que in sup. ambaxiatores in quos nup. ire destinavimus sanctitati attendentes  
 fiat ex huius relatione predicta dñi Ludovici preceptum de provisione et assignatione dñi In-  
 sular. fiam p. vos ead. dño Ludovico. existimaverunt nos fore et non merito agnatos et hoc  
 vris auri. inamari. considerantes q. tam p. vianitatem q. nob. est cum Insulis sepe. et  
 q. p. arduam et optinuatam quam scimus preteritis ipis Insulas expugnandi  
 ac etiam propter negotium quod iam p. nos et gentes nunc feliciter fuerit inchoatum. Ad  
 ipm. laudabiliter fundendum debuisse p. scientiam unum prae. aliquis unitari. vel  
 saltem id rationabiliter abisset nob. una satis nuntiat. Nos vero non obstinab. supradicti  
 predecessores nros. sequi uestigia cupientes. qui semper amaverunt mandatis apostolicis obedire  
 nre voluntati et dispositioni predictis ob reverentiam unum et apostolicam salutis voluntatem  
 unam omnino conformamus. et maxime quia Nobilem et prouidum dñm dñm Ludovicum  
 consanguineum nrm. ipm. Insular. Principem electis qui diuina sibi gr. existente ac  
 clementia una et sedis apostolicae eadem adiutores inanis pro tanto et tam pio negotio porrige-  
 re cura. cultum dñm dñm Sabahor. in dñi actus se. de. talis se exhibebit oparium et auctorum  
 q. p. eius ministerium. xpianitatis dñm et alia augmentari valeat in futurum. Sup. eo auri  
 et quo pietas unum nos rogat et attentius in dño exhortatur. iudicis q. pro diuina et ap. sedis  
 reuerentia. eiusdem zelo fieri. ipm. Principem et negotium supradictum recomentata ha-  
 bere uelimus. et ipis quantum comode possentis impertiremur auxilium et fauorem. saltem  
 q. dictus Princeps possit de Regnis et Terris nris nauigia gentes armos. uictualia et alia  
 pro predictis necessaria habere ac certum libere. suis tamen stipendiis. et iustis pretijs pro  
 negotio supradictum benignam clementiam certam reddere affectamus. q. tam Prin-  
 cipem q. negotium recomentata habemus utiutrumque premissor. et esse si comode possentis.  
 impertiremur auxilium et fauorem. Sed o. quis potest conatere quod non habet. quis em  
 agens suis facientibus. quam in suis predictis orantibus alior. usum uicior. fieri punitat.  
 none carnis ordinata se inape. debet none etia. pater alius necessitates nras. quas scimus  
 pro defensione et dilatatione. fieri. orthodoxe. in dñm imp. per nos ambaxiatores expo-  
 sumus. ppter. quas supplicamus apostolicam sancti. quatenus dignaretur auxilium imperti. nob.  
 pro ipis necessitatibus subleuandis. deam. ecclesiam. Regnos. nros. pie et paternale. coram.  
 quis ei. causam. Regem. peti. si non egerat. habeat. igitur. nos in hoc unum satis excusatos. cu  
 impotencia nos excuset. Gentes autem armos. et Nauigia maris. si multo amplius exister-  
 rent. pro guerra. quam habemus et habere intendimus. cu. p. fidis. potentibus. et nob. p. nris.





Fac-simile dos documentos contidos no Livro n.º138, fls. 148 e 149, do *Arquivo Secreto do Vaticano*.

(Registos das cartas de Afonso XI de Castela e de Afonso IV de Portugal ao Papa Clemente VI, a respeito da descoberta e doação das Ilhas Afortunadas).

A tradução apresentada por Costa de Macedo<sup>228</sup>, diz-nos acerca das palavras do rei castelhano o seguinte:

[...] que tendo os seus antecessores arrancado a Hespanha das mãos dos Mouros com muito risco de suas pessoas, e muita despeza de sua fazenda, lhe competia a conquista de Africa; porém que se conformava com a nomeação feita, e dava por ella as graças a Sua Santidade, [...]

E da resposta do rei de Portugal nos seguintes termos:

Ao Santíssimo Padre e Senhor Clemente, pela Divina Providencia Summo Pontífice da Sacrosanta e Universal Igreja, Affonso Rei de Portugal e do Algarve humilde e devoto filho vosso, com a devida reverencia e devotamente beija os beatos pés.

<sup>228</sup> MACEDO, Joaquim José da Costa de, (1816), *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Memórias para a História das Navegações e Descobrimentos dos Portuguezes* <https://ia800307.us.archive.org/16/items/memoriasparahist00mace/memoriasparahist00mace.pdf>

Aquelle que sobre a pedra angular fundou a sua Santa Igreja quiz que ella fosse para o futuro governada pelos seus successores, de maneira que directamente em tudo, com peso, conta, e medida, recebesse continuamente os mais assiduos e saudaveis incrementos; para que dilatada cada dia com o augmento dos fieis, enfraquecida a perfidia dos Pagãos, totalmente floreça a fé de Christo. E por isso vós, digníssimo successor do Senhor, a quem foi commettido inteiramente o, cuidado e a diligencia acerca do rebanho Christão , não só cuidais em guardalo das mordeduras dos lobos, mas ainda em augmentalo , como entendemos da Carta que Vossa Santidade nos dirigio, creando Principe a D. Luiz nosso parente para extirpar as estéreis varas da infidelidade que inutilmente occupão toda a terra das Ilhas Afortunadas, e para plantar a vinha dilecta de Deos. Respondendo pois á dita Carta o que nos occorreo, diremos reverentemente, por sua ordem, que os nossos naturaes forão os primeiros que acharão as mencionadas Ilhas.

E nós attendendo a que as referidas Ilhas estavam mais perto de nós do que de qualquer outro Principe, e a que por nós podião mais commodamente subjugar-se, dirigimos para alli os olhos do nosso entendimento, e desejando pôr em execução o nosso intento, mandámos lá as nossas gentes, e algumas náos para explorar a qualidade daquella terra, as quaes abordando ás ditas Ilhas se apoderarão por força de homens, animaes, e outras coizas, e as trouxerão com grande prazer aos nossos Reinos. Porem quando cuidávamos em mandar huma armada para conquistar as referidas Ilhas, com grande numero de Cavalleiros e Peões, impedio o nosso propósito a guerra que se ateou primeiro entre nós e ElRei de Castella, e depois entre nós e os Reis Sarracenos. Tudo isto, por ser notório, estamos certos de que não se escondia a V. Santidade, e tomando-o em consideração os nossos Embaixadores que ha pouco enviámos a V. Santidade (como nos consta da litteral relação do predicto D. Luiz) julgárão, e não sem causa, que se nos tinha feito agravo em terdes assignado e provido nas ditas Ilhas o mesmo D. Luiz; e assim o fizerão chegar aos vossos ouvidos; considerando que não só pela nossa visinhança com as sobreditas Ilhas, como pela commodidade e oportunidade que temos sobre todos os outros para as conquistar, e também por termos já nós e as nossas gentes começado felizmente este negocio, deveríamos ser convidados por V. Santidade, com preferencia a qualquer outro, para louvavelmente o concluir, ou ao menos pedia a razão que



isto nos fosse communicado por V. Santidade. Porém nós, não obstante o que fica dito, desejando seguir as pizadas de nossos antecessores, que sempre cuidarão em obedecer aos mandados Apostólicos, em reverencia da vossa e da Apostólica Santidade, conformamos absolutamente a nossa vontade com a vossa vontade e disposição, e principalmente porque elegestes para Príncipe das mencionadas Ilhas ao nobre e prudente varão D. Luiz nosso parente, o qual assistindo-lhe a Divina graça, a vossa clemência, e a da Sé Apostólica, que em tamanho e tão pio negocio lhe dê mão ajudadora, se mostrará tal operário e cultivador na cultura da vinha do Senhor Sabahot, que he a Santa Igreja de Deos, que pelo seu Ministério haja de aumentar-se para o futuro a honra e gloria da Christandade.

Mas quanto ao que a vossa piedade nos roga, e para que mais attentamente nos exhorta em o Senhor, e vem a ser que em reverencia divina e da Santa Sé Apostolica, e por zelo da mesma Fé, tenhamos por mui recommendado o referido Príncipe e o negocio acima dito, e lhe demos o auxilio e favor que commodamente podermos, ao menos que o sobredito Príncipe possa ter e tirar livremente de nossos Reinos e terras, á sua custa e por seus justos preços, navios, gentes d'armas, e outras coizas para o dito intento: certificamos a V. Benigna Clemencia que havemos por mui recommendado assim o Príncipe, como o negocio, á vista do que fica exposto, e que se commodamente podessemos lhe daríamos auxilio e favor, &c.<sup>229</sup>

Mas quem pode dar o que não tem? Quem é que tendo os seus carneiros sedentos, deixa correr a agua que nasce nos seus prédios para uso dos outros vizinhos?

Acaso a caridade bem entendida não deve começar por nós? Acaso, o Pai espiritual, não exposemos, há pouco, a V. Santidade, por intermedio dos nossos embaixadores as nossas necessidades, que pela defesa e dilatação da fé catholica havemos contraído, e em razão das quaes vos temos supplicado Beatissimo Padre, que vos digneis auxiliar-nos, concedendo-nos com paternal piedade o dizimo das

---

<sup>229</sup> Termina neste ponto a transcrição da carta na apresentação de Costa de Macedo, voltando a transcrever apenas o fecho da Carta, no último parágrafo que manteremos na devida transcrição do texto referente ao mesmo autor. A transcrição da Carta de D. Afonso IV, a seguir a este interregno de Costa Macedo encontramos-la na transcrição de Faustino da Fonseca, que transcrevemos até ao parágrafo antes ao fecho da Carta.

egrejas dos nossos reinos? Quem acusará um rei de pedir quando carece? Nisto porein V. Santidade nos desculpará. A gente de guerra e os nossos navios, ainda que os tivéssemos em maior quantidade, não podemos distrahi-los, e envia-los em auxilio dos outros, por causa da guerra que sustentamos e nos propomos sustentar com os agareremos nossos vizinhos pérfidos e poderosos. Quanto porein a viveres o outras cousas necessárias, permitimos que os levem livremente dos nossos reinos e terras, tanto quanto for possível, sem detrimento destes e dos meus súbditos, por respeito para com Deos, para com V. Santidade e á Sé Apostolica, zelo de fe, e também por consideração com o referido Principe, nosso parente, ao qual dispensaremos o mais possível todo o auxilio e favor.

O Altissimo Senhor conserve a V. Santidade por longos anos. Dada na Villa de Monte Mor o novo em 12 do mez de Fevereiro de 1345.

